Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social

Monografia

NEOCONSERVADORISMO E OS IMPACTOS NA IMAGEM E AUTOIMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

Jacqueline Luiza de Sousa

Mariana, MG
2023

Jacqueline Luiza de Sousa

NEOCONSERVADORISMO E OS IMPACTOS NA IMAGEM E AUTOIMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio H. Miranda Horst

Mariana, MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S725n Sousa, Jacqueline Luiza De.
Neoconservadorismo e os impactos na imagem e autoimagem do Serviço Social. [manuscrito] / Jacqueline Luiza De Sousa. - 2023.
99 f.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Conservantismo. 2. Planejamento político. 3. Serviço social - Pesquisa. 4. Imagem (Filosofia). I. Horst, Claudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVICO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jacqueline Luiza de Sousa

NEOCONSERVADORISMO E OS IMPACTOS NA IMAGEM E AUTO-IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 03 de Maio de 2023

Membros da banca

Doutorado - Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutorado - Cristiane Silva Tomaz - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestrado - Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Universidade Federal de Ouro Preto

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/07/2023

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/07/2023, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0555412** e o código CRC **D4A07089**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

À Adenisia L. Rodrigues, por todos os caminhos abertos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos Orixás e a todos os meus guias que me mantiveram de pé e seguindo em frente. Se um dia segui por saber que não estava só, hoje caminho com a leveza que só foi possível a partir dessa certeza. Na minha espiritualidade, eu encontrei e encontro forças para acreditar não só na Vida e tudo que ela representa, mas em mim mesma e na minha capacidade de elaborar significados e tecer o fio da minha história. "*A esperança é um dom que eu tenho em mim. Eu tenho sim, não tem desespero não"*.

À Adenisia, minha mãe, por ser um acontecimento na vida de todos os seus. Por ter sido a primeira da família a ingressar na faculdade, e ter construído as condições para que minha irmã e eu pudéssemos ser as primeiras a ingressar e formar em uma universidade federal. Por sempre me apoiar, respeitar meu próprio tempo, e acreditar em mim. Pela presença. Pelo Amor. Por tudo e por tanto. Que bom é poder compartilhar a vida com você!

À Jéssika, minha irmã, pela companhia e acolhimento. Por ser minha referência desde a infância até os dias de hoje, independente da distância. Por me receber em Ouro Preto antes mesmo de eu pensar em entrar na UFOP, e, por isso, também tornar tudo isso possível. Por ser essa amizade sólida que se constrói para além dos laços sanguíneos. Você é meu porto seguro.

À Giulia, minha cunhada, pela amizade. Pela recepção tanto em casa quanto em sua vida. Dividir o dia a dia com você nessa trajetória foi um prazer. Obrigada pelas conversas, risadas e toda compreensão. Te admiro imensamente.

Ao Lucas, meu querido amigo, por todo o cuidado que foi e é solo que potencializa a germinação de processos transformadores. Você se encontra ao lado das minhas maiores referências. Seguimos juntos construindo um modo de vida pautado no amor. Celebremos. Te celebro.

À Valesca, minha irmã de coração, pelo apoio incondicional e pela presença fundamental em todas as fases da minha vida. Sigo feliz pelos caminhos da vida porque sei de onde venho, quem me acompanha e que tenho para onde voltar. Você faz parte da minha base.

À Larissa, pela companhia nos anos iniciais da graduação e neste momento simbólico de encerramento. Pela construção paciente e terna de um laço que se estende pela nossa história e pelo mapa que nosso caminho é desenhado. Com você, compartilho os sonhos mais abstratos e as conquistas e falhas mais bonitas e reais.

À Esther, por ser família, colo e aconchego. Com você é fácil compartilhar até mesmo o que para mim é difícil expor. Você é força da natureza em toda sua espontaneidade. Sua presença nessa etapa em especial foi fundamental para o meu processo. Obrigada por tanto.

À República Decanas por ter me acolhido no final da minha graduação. Apesar do curto tempo de ligação, foi o suficiente para eu redescobrir o quão significativo é ter uma rede de apoio capaz de preencher os nossos dias de afeto. Vocês são exemplo da beleza do acaso, da grandeza dos encontros e da importância das relações que constroem um espaço seguro para ser quem se é. Todo meu carinho a cada uma de vocês.

Ao PET ICSA Conexão de Saberes por me mostrar a potencialidade da extensão. Fazer parte desse grupo me permitiu viver a universidade para além do ensino ainda no início da minha graduação, fazer laços com pessoas que eu não conheceria se não fosse as atividades do programa, e entender a importância das mesmas ultrapassarem os muros da universidade. Sempre lembrarei com carinho das trocas em todas as reuniões que tornaram a distância do isolamento social pandêmico algo menos solitário.

À Virgínia, que me apresentou o universo da pesquisa, minha admiração. Ao me convidar para fazer iniciação científica no NEESFT, me abriu muitas portas e possibilitou minha aproximação com o curso ao me auxiliar a compreender mais profundamente seus fundamentos. Se me encontrei no Serviço Social, é graças a essa grande oportunidade. Agradeço imensamente pelas orientações, colaboração em artigos, confiança e pelo espaço humanizado de compartilhamento das nossas vivências nas reuniões no momento delicado da pandemia.

Ao Cláudio, meu orientador, por aceitar o convite para construir junto esse trabalho tão simbólico que é o Trabalho de Conclusão de Curso. Por compreender meu processo e as variáveis da vida que estenderam o tempo de confecção desse material. Agradeço a cumplicidade para estruturar os caminhos, o manejo cuidadoso do que chegou em suas mãos, e os retornos atravessados de generosidade.

À Marina e Cristiane, membros da banca, pelos momentos compartilhados ao longo da graduação e por terem aceitado o convite para fazer parte deste momento único. A presença e gentileza de vocês tornou tudo mais significativo.

Às professoras/es e colegas por todos os ensinamentos que transcendem o Serviço Social. Ao me sentir confortável o suficiente em uma sala de aula para expor minhas inquietações e pensamentos, descobri o quanto podemos expandir enquanto indivíduos nesse

ambiente quando o conhecimento é construído em conjunto e de forma horizontal. A cada fala acolhida, eu me retirava do silenciamento e de um local de não pertencimento. A cada sinal de respeito e admiração pela estudante que descobri ser nessa trajetória, eu passava a vislumbrar o meu horizonte. Vocês me ajudaram a acreditar na minha capacidade em todos esses momentos. Desejo que todas as pessoas possam ter o espaço que tive, e que o ensino público e de qualidade seja construído de forma emancipadora por todas/os e para todas/os.

À todas/os as/os profissionais que buscam ultrapassar os limites do cotidiano e imprimir uma direção verdadeiramente emancipadora à sua prática profissional a partir do compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social, mesmo em meio às condições mais adversas.

Nós vos pedimos com insistência
Não digam nunca:
Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão
Em que corre o sangue
Em que se ordena a desordem
Em que o arbítrio tem força de lei
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca:
Isso é natural!
Para que nada possa ser imutável!
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelam o inexplicável.
Que tudo que seja dito ser habitual, cause inquietação.
Na regra, descubra o abuso,
E sempre que o abuso for encontrado, encontre o remédio.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Serviço Social busca compreender os desdobramentos da conjuntura brasileira da última década no campo do Serviço Social, a fim de identificar como o neoconservadorismo da "nova direita" impacta, em especial, a autoimagem dos profissionais. Trata-se de um estudo bibliográfico e investigativo que, fundamentado no materialismo histórico e dialético, objetiva se aproximar da discussão sobre o conservadorismo e o significado social da profissão, se guiando pelos seguintes objetivos específicos: aprofundar o estudo sobre a origem do conservadorismo e suas transformações; analisar sua relação com o Serviço Social brasileiro; e contribuir para o debate de imagem e autoimagem de assistente social na contemporaneidade. Para tanto, percorremos no primeiro capítulo, o caminho de elucidação do pensamento conservador e suas formas ao longo das transformações societárias. Em seguida, faz-se a análise da política brasileira, principalmente do governo de Jair Messias Bolsonaro, datado de 2019 a 2022. O segundo capítulo deste trabalho consiste na discussão da imagem social da profissão e autoimagem do profissional no Serviço Social brasileiro, entrando nesse debate na atualidade a partir de um levantamento de comentários feitos nas páginas do Conselho Federal de Serviço Social, do Serviço Social Libertário e da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico. Além disso, apresenta a direção social contida em posicionamentos que permeiam documentos como "As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro" e a "Carta de Toledo". Esta pesquisa realiza uma aproximação às vertentes neoconservadoras de base ideopolítica liberal que se opõem ao Projeto Ético-Político. Os resultados da pesquisa confirmaram que a oposição ao PEP feita no contexto de avanços neoconservadores que assolam tanto a esfera do exercício profissional quanto a da produção acadêmica influi diretamente na compreensão da imagem social do Serviço Social e da autoimagem de assistentes sociais. Dessa forma, o neoconservadorismo confronta a autoimagem construída pela categoria profissional no processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social; Projeto Ético-Político; Conservadorismo; Imagem; Autoimagem.

ABSTRACT

The present work for the conclusion of the Social Work course aims to understand the development of the Brazilian situation in the last decade in the field of Social Work, in order to identify how the neoconservatism of the "new right" impacts, in particular, the self-image of professionals. This is a bibliographic and investigative study that, based on historical and dialectical materialism, aims to approach the discussion on conservatism and the social meaning of the profession, guided by the following specific objectives: to deepen the study on the origin of conservatism and its transformations; to analyze its relationship with the Brazilian Social Service; and contribute to the debate on the social worker's image and self-image in contemporary times. Therefore, in the first chapter, we cover the path of elucidation of conservative thinking and its forms throughout societal transformations. Then, an analysis of Brazilian politics is made, mainly of the government of Jair Messias Bolsonaro, dating from 2019 to 2022. The second chapter of this work consists of the discussion of the social image of the profession and the self-image of the professional in the Brazilian Social Service, entering into this current debate based on a survey of comments made on the pages of the Federal Council of Social Work, of the Libertarian Social Service and of the Brazilian Society of Clinical Social Work. In addition, it presents the social direction contained in positions that permeate documents such as "As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro" and the "Carta de Toledo". Thus, this study approaches the neoconservative strands of liberal ideopolitical base that are opposed to the Ethical-Political Project. The research results confirmed that the opposition to the PEP made in the context of neoconservative advances that devastate both the sphere of professional practice and that of academic production directly influences the understanding of the social image of Social Work and the self-image of social workers. In this way, neoconservatism confronts the self-image built by the professional category in the process of renewal of Brazilian Social Work.

Keywords: Social Work; Fundamentals of Social Work; Ethical-Political Project; Conservatism; Image; Self-image.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social da UFOP

Quadro 2 – Autoimagem e projetos profissionais do Serviço Social em questão

Quadro 3 – Projeto profissional do Serviço Social na contemporaneidade: avanço do neoconservadorismo na profissão e disputa pela autoimagem/imagem

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

Consea-PR - Conselho de Segurança Alimentar do Paraná

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

ENBRASSC - Encontro Nacional de Serviço Social Clínico

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

OMS - Organização Mundial da Saúde

PEP - Projeto Ético-Político

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar -

PT - Partido dos Trabalhadores

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SASERS - Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul

Sivep-Malária - Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Malária

SoBSSC - Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico

STF - Supremo Tribunal Federal

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO 1. CAPITALISMO, NEOCONSERVADORISMO E CONJUNTURA BRASILEIRA.....27

1.1. A origem do conservadorismo e sua relação com o modo de produção capitalista….....27

1.2. Metamorfoses do pensamento conservador.....31

1.3. Neoconservadorismo e escalada da extrema-direita no Brasil.....37

CAPÍTULO 2. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PARTICULARIDADES E TRANSFORMAÇÕES DA IMAGEM E AUTOIMAGEM DO PROFISSIONAL….....50

2.1. O projeto reformista-conservador e a Imagem Social da profissão.....51

2.2. A contestação do conservadorismo e seus desdobramentos.....56

2.3. Renovação da autoimagem profissional: o Projeto Ético-Político e o neoconservadorismo na atualidade.....58

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....89

REFERÊNCIAS.....92

ANEXOS……..96

Anexo A – Prints das publicações consultadas para coleta de dados……..……..…….96

INTRODUÇÃO

> *O medo é contrário às utopias. Quando se tem um projeto emancipador, deve-se entender que o medo pode ser uma consequência da conjuntura, mas nunca uma resposta a ela (FERNANDES, 2019, p. 107).*

No Brasil, o ano de 2018 foi marcado pela eleição presidencial na qual Jair Messias Bolsonaro saiu vencedor após derrotar Fernando Haddad no segundo turno. O representante da extrema-direita tornou-se chefe de Estado em 1 de janeiro de 2019, dia em que foi empossado e iniciou seu mandato de quatro anos. Tal resultado caracteriza-se como uma etapa decorrente do processo que o país vivenciava, de ruptura com a conciliação de classes promovida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e que teve o Golpe de Estado contra Dilma Rousseff em 2016 como desdobramento.

Esse processo, contudo, não se define e restringe aos fatores citados. A dissolução da agenda política do PT e o golpe sofrido pelo mesmo simbolizam um novo estágio da hegemonia burguesa na sociedade brasileira. Isto é, a recusa da agenda referida reflete a adesão da agenda – não só econômica, mas, também, político-moral – da direita implementada para enfrentar o cenário de crise política e econômica no país que estava interligado aos efeitos da crise mundial de 2008. A adesão ocorreu tanto entre os diversos setores da pequena burguesia quanto por parte de parcelas minoritárias da classe trabalhadora (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204).

Para adquirir o consentimento das classes subalternas e ganhar capilaridade no tecido social, o programa da burguesia utilizou-se de estratégias de mobilização dos descontentamentos da população com a conjuntura atravessada por repercussões – que partem "da precarização do mundo do trabalho, da crise da organização sindical e partidária, do novo perfil dos jovens operários e trabalhadores [...]" (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204) – próprias das políticas neoliberais[1] adotadas no Brasil a partir da década de 1990[2].

Todavia, a pauta econômico-política não é colocada em debate de forma isolada. Os interesses do capital apresentam-se desde então em conjunto com a defesa enfática de pautas comportamentais de caráter retrógrado que atacam sistematicamente os direitos de segmentos

---

[1] As políticas neoliberais são as políticas aplicadas sob o projeto político-moral do neoliberalismo, que, segundo Brown (2019, p. 23), "visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringido radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação". Desse modo, essas políticas configuram-se na atualidade como ataques à justiça social e às políticas que a tem como horizonte.

[2] Para um aprofundamento do tópico, indicamos a obra *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos* de Elaine Rossetti Behring (2008).

sociais como as mulheres, as populações racializadas como negras, indígenas e quilombolas, a comunidade LGBTQIA+[3]. Essa associação ocorre pois:

> O avanço de pautas econômicas ultraneoliberais requer a adoção de um extremado conservadorismo reacionário, antidemocrático e intolerante com as demandas das (mal) ditas minorias sociais, como forma de legitimar uma radical supressão dos direitos trabalhistas e dos pilares de proteção social previstos na Constituição de 1988 (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 205).

Esse conservadorismo entranhado nas ideologias e práticas que compõem o caldo cultural do contexto analisado diferencia-se, pois, do conservadorismo clássico que se formou "[...] entre 1789 e 1914. Período histórico que recobre mais de um século e coincide com dois grandes acontecimentos históricos: vai da Revolução Francesa até o início da primeira guerra mundial" (SOUZA, 2020, p. 200). Ele se apresenta na sua forma atualizada na qual vincula-se a um conteúdo *reacionário* no capitalismo contemporâneo.

Na sua forma clássica, o conservadorismo se desenhou como uma ideologia antirrevolucionária fundamentada na obra *Reflexões sobre a Revolução na França* de Edmund Burke que se contrapõe aos processos que rebatem nas relações sociais contestando a ordem vigente e os valores por ela reproduzidos – como a Revolução Francesa que implodiu os interesses políticos e econômicos aristocráticos[4]. Dessa forma, seu caráter antirrevolucionário diz respeito à incompatibilidade com movimentos protagonizados por outras classes sociais que não a dominante, o que não exclui a alternativa do conservadorismo de construir seu próprio significado de revolução limitado a "melhoria com a permanência perene das instituições consolidadas" (SOUZA, 2020, p. 150).

Ou seja, a *naturalização* das relações sociais como se configuram na sociedade burguesa, bem como das outras determinações que constituem sua totalidade, é uma das características do pensamento conservador. Escorsim Netto (2011, p. 69) aponta que tal vertente ídeo-político-cultural também é antirracionalista e antidemocrática a medida que rechaça "a cultura da Ilustração e os traços mais salientes da Modernidade (autonomia do

---

[3] Sobre as declarações de Bolsonaro em relação a esses grupos e suas repercussões, sugerimos o livro *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Leonardo. Avritzer; Fábio Kerche, Marjorie Marona (orgs.) 1 ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

[4] Souza (2020, p. 157) específica que "[...] Nas *Reflexões*, o autor faz a crítica aos valores, ideais e princípios que orientaram a Revolução Francesa – aqueles construídos pelo Iluminismo moderno. Eles são pejorativamente apresentados como meras "abstrações", destituídas de significado objetivo. É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias".

indivíduo, secularização, industrialização, urbanização), em defesa de valores e instituições pré-capitalistas".

Em momentos de crise social, no entanto, ele adquire novas formas. Após a Segunda Guerra Mundial, a conjuntura foi atravessada por fenômenos como a nova esquerda, o *Welfare State* e a contracultura, composta por movimentos diversos em torno da defesa de direitos de grupos classificados como minoria política – como mulheres, população negra, sindicalistas, comunistas, LGBTQIA+, dentre outros – e que ganharam força na década de 1960. Já nos anos finais de tal década, irrompe a crise econômica que decorre do esgotamento do modelo fordista-keynesiano de acumulação.

Em reação a essas transformações, o neoconservadorismo se apresenta pautando a "reestruturação da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa" (ALMEIDA, 2018, p. 28). Isso se dá em razão da perspectiva dos neoconservadores sobre os acontecimentos, como o entendimento de que a origem da crise que se consolidou na década de 1970 se encontra no campo da *moralidade* visto que os valores tradicionais – considerados por eles como naturais e necessários para organizar a civilização desde seus primórdios – foram negligenciados por causa da intervenção estatal centrada no igualitarismo.

Para além das características citadas, Mota e Rodrigues (2020, p. 203) apontam que:

> [...] o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um compósito ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado. Contudo a heterogeneidade e a colisão das duas partes não impedem que afluam ideários comuns, de cunho moral e político, que tratam de santificar a família, a propriedade e o mercado e, assim como muitos, de demonizar conquistas e costumes relativos aos direitos individuais, sociais e do trabalho, dando indícios do quanto a ambição deste conservadorismo moral ultrapassa o plano doutrinário e a prescrição de condutas reacionárias no plano pessoal.

É possível identificarmos esses seus aspectos no mundo contemporâneo em que, no processo de crise estrutural do modo de produção capitalista, verifica-se uma rearticulação política definida pela colocação não somente da direita, mas também, e de forma significativa, da extrema-direita nas mais diversas atividades políticas. No contexto mundial, podemos citar de forma mais abrangente alguns representantes de tais espectros: Donald Trump nos Estados Unidos, Boris Johnson no Reino Unido, Matteo Salvini na Itália e Marine Le Pen na França. No Brasil, além de Jair Bolsonaro, temos figuras ativas como Sara Winter que é uma das líderes da milícia armada autodenominada "300 do Brasil" e os próprios filhos do presidente

que ocupam cargos de vereador (Carlos Bolsonaro), deputado (Eduardo Bolsonaro) e de senador (Flávio Bolsonaro).

O neoconservadorismo, no entanto, não se apresenta sozinho nessa rearticulação. Para Barroco (2022), o *neofascismo* também manifesta-se no interior desse rearranjo como uma ideologia concebida em decorrência do resgate do ideário fascista. Além das características citadas até aqui, que remetem a defesa da ordem e de valores tradicionais, ocorre a difusão de uma divisão da sociedade entre "nós e eles" e a desumanização do "outro", principalmente das pessoas que fazem parte de grupos sociais que historicamente vivenciam situações de exploração/opressão/expropriação – havendo, assim, a legitimação social do racismo, do antissemitismo, da xenofobia, dentre outras estruturas de opressão.

Relacionados as características do neofascismo e a pressupostos do neoconservadorismo, podemos citar alguns traços inerentes ao governo Bolsonaro: o nacionalismo expresso no slogan "Brasil acima de tudo" utilizado desde sua campanha, acompanhado da aderência e exaltação das cores presentes na bandeira do país; a perseguição política aos movimentos de esquerda como um todo e ataques moralistas à grupos sociais em defesa da ordem capitalista; o negacionismo no que tange a história e a ciência, que se conforma como método por trás da difusão de conspirações, e que é uma das representações do irracionalismo junto à exaltação de um mito criado em torno da ditadura empresarial militar; a divisão da sociedade através da criação de inimigos, mobilizando sua base não somente contra os comunistas mas também contra as instituições democráticas (BARROCO, 2022).

E, na nova etapa da hegemonia burguesa, esse conflito cultural que se desenrola caracteriza-se como ferramenta das classes dominantes – nacionais e internacionais – para viabilizar um conjunto de regressões econômicas e sociais. Em outros termos, a burguesia investe em uma ofensiva ideopolítica que visa a passividade das classes subalternas diante seus interesses de natureza política e material para que haja, então, tanto a propagação de suas ideias e costumes quanto a possibilidade de expansão do capital (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204). Não por coincidência, ocorre de forma ostensiva o sucateamento dos direitos trabalhistas e de cunho social que exprime um projeto de desarticulação dos bens que não se encontram dentro da esfera privada. A partir disso, é possível afirmar que:

> A grande burguesia apenas se aproxima do movimento fascista quando começa a se apresentar com forte potencial e quando não vê outra saída para a crise. Então a

> burguesia dirige o movimento fascista e o transforma em seu instrumento político, dando-lhe condições para chegar ao poder (PAIVA; TAVARES, 2020, p. 607).

Contudo, mesmo com tal programa da burguesia não contemplando os interesses de outras classes, citamos anteriormente sua capilaridade no tecido social. Essa adesão significativa é produto da reprodução da ideologia que o representa, a neoconservadora e neofascista, por parte, inclusive, de parcelas das classes subalternas. Para que isso acontecesse, foi necessária a existência de outras determinações na sociedade brasileira que não somente os descontentamentos da população que foram mobilizados pela direita. É preciso dizer que "numa sociedade de raízes racistas fincadas na herança colonial escravocrata e na cultura patriarcal, esse éthos está inserido na estrutura da sociedade, reproduzindo-se em níveis diversos na vida cotidiana [...]" (BARROCO, 2022, p. 20).

Outra determinação que condiciona os desdobramentos concretos da realidade brasileira, e de forma basilar, é a localização do país em um continente de capitalismo periférico. A América Latina possui uma relação de subordinação com os centros capitalistas desde sua inserção na divisão internacional do trabalho, configurando-se como parte fundamental do processo de acumulação dos países industriais por fornecer recursos físicos de origem alimentícia e metais preciosos, e por possibilitar a ampliação da capacidade produtiva do trabalho (TRASPADINI; STEDILE, 2011).

No processo de acumulação de capital dos países de capitalismo central, o desenvolvimento da produção em território latino-americano se deu com base na superexploração dos trabalhadores nesse continente. Em virtude dessa dinâmica, os países da América Latina são o "alvo prioritário da polaridade comandada pelos Estados Unidos da América (EUA), tornando-se um insumo implacável da dinâmica capitalista imperialista na moldagem dos *contravalores* reacionários" (PAIVA; TAVARES, 2020, p. 604)[5].

E quando falamos do golpe de 2016 que foi efetuado no Brasil pela burguesia, alinhada aos interesses do capital internacional que se sobressaem na relação de dependência, o abordamos porque "o efeito social e político dele foi uma espécie de reprodução, à brasileira, da ascensão do conservadorismo na conjuntura internacional" (SOUZA, 2020, p. 345). A sua dimensão na conjuntura brasileira, portanto, indicam as formas do

[5] Para exemplificar tal relação, podemos citar o Golpe de 1964 que ocorreu no Brasil e também os que ocorreram no Chile em 1973 e na Argentina em 1976, ocorridos com o apoio dos Estados Unidos para barrar possíveis reformas democráticas e populares em razão do seu interesse e necessidade de que tais países continuem a reproduzir a relação de dependência.

conservadorismo na atualidade, suas particularidades nesse território e como elas impactam o cenário político, econômico e social do Brasil.

No que tange às particularidades dessa conjuntura no âmbito do Serviço Social, Teixeira (2019) aponta que os rebatimentos transpassam a esfera da atuação profissional em diversos níveis, que vão desde o agravamento das expressões da "questão social" em razão das mudanças no mundo do trabalho, às condições precárias das políticas sociais por se configurarem como mediação da atuação de assistente social, e, também, à própria posição de trabalhador/a assalariado/a de profissionais dessa categoria[6].

Além disso, o autor diz que "essa conjuntura afeta a direção social da profissão e, dessa maneira, o projeto de formação profissional e a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS" (TEIXEIRA, 2019, p. 220). Isto é, a *ascensão do conservadorismo reacionário* interfere na direção social do Serviço Social uma vez que nega a intervenção profissional orientada pela perspectiva crítica que baseia sua apreensão da realidade e do significado social da profissão, em fundamentos ancorados na teoria social crítica, no materialismo histórico dialético expressa nos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares que formam uma unidade articulada para a formação e o trabalho de assistentes sociais.

Assim sendo, a ofensiva conservadora intensifica os embates teórico-profissionais que visam solapar a cultura profissional advinda do processo de renovação do Serviço Social brasileiro marcado pela intenção de romper com o tradicionalismo. Essa ofensiva regressa aos traços antimodernos do Serviço Social tradicional caracterizado pelo seu cariz moralizador e doutrinário de traços filantrópicos e voluntaristas.

O *interesse pelo tema* deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu em etapas ao longo da graduação. Desde o início da minha trajetória acadêmica, que começou no primeiro semestre de 2018, a questão do conservadorismo e como ele atravessa o Serviço Social me chama a atenção para os efeitos dessa relação. Inicialmente, por possibilitar-me compreender mais a fundo o contexto histórico do desenvolvimento da própria profissão, meus estudos se concentraram na área da Teoria Social. O conhecimento construído na primeira etapa do curso, a partir das discussões que contemplam o projeto societário contido no Projeto Ético Político do Serviço Social e abrangido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, foi

---

[6] Tendo em vista que a categoria é majoritariamente composta por mulheres, utilizaremos a linguagem no feminino quando não for possível a utilização da linguagem neutra e inclusiva para nos referir as assistentes sociais. Segundo o CFESS, 92,92%, da categoria profissional se identifica com o gênero feminino. Para conferir a pesquisa sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil, acessar <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>.

fundamental para a construção da minha compreensão da realidade social – que, naquele momento, também estava relacionada ao interesse de analisar a conjuntura do Brasil.

Esse interesse em olhar para a conjuntura devia-se ao fato de que há alguns anos a extrema-direita se encontrava em ascensão, visivelmente mais forte após o Golpe de 2016, e naquele ano começava o mandato de Jair Messias Bolsonaro. À medida que o curso avançava, e, consequentemente a aproximação com o arcabouço teórico fundamentado na teoria marxista, algumas inquietações já existentes foram se intensificando. O que representava a vitória de Bolsonaro para a classe trabalhadora naquele momento? Qual seu significado no que tange ao avanço do conservadorismo no Brasil? Para além da figura política do então presidente, qual a relação da extrema-direita com o conservadorismo? E, além disso, qual o impacto desse cenário no Serviço Social?

Outro momento importante na minha trajetória e que influenciou fortemente o direcionamento dos meus questionamentos, foi quando ingressei no Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social - NEESFT/CNPq. Ali, me tornei bolsista voluntária da pesquisa *Ingressante e Egresso do Curso de Serviço Social da UFOP: um estudo sobre seus perfis* e me aproximei do Serviço Social em si ao pesquisar elementos mais relacionados ao Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Foi nesse movimento que meu interesse ultrapassou o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e se emaranhou na profissão de forma a querer analisar, também, elementos particulares como o perfil profissional de assistente social nesse momento histórico.

O meu ingresso no campo de estágio fomentou minhas reflexões sobre a imagem e autoimagem do Serviço Social ao entrar em contato com as demandas colocadas às pessoas que atuam na área, e ouvir falas como "a teoria é diferente da prática" me levando a questionar como o exercício profissional de assistente social é compreendido e como o mesmo compreende a profissão. Dentre outras questões que me provocaram, está a relação da prática profissional e a da dimensão técnico-operativa, como esta, por vezes, aparece desarticulada das outras dimensões – e como esperam da profissional uma atuação meramente operativa, desencadeando questionamentos em torno das outras possibilidades dentro dos limites da institucionalidade.

A *relevância científica* deste trabalho visa contribuir para o debate acerca do Serviço Social, mais especificamente sobre a imagem e autoimagem de assistente social, uma área de estudo com poucas referências sobre o tema. Além do mais, faz-se necessário acompanhar a

dinamicidade da realidade concreta para acompanhar o processo de construção e reconstrução do próprio trabalho de assistente social dentro do contexto de neoliberalismo selvagem e reatualização do conservadorismo no tecido social.

Com vistas a demonstrar a relevância científica da nossa pesquisa, realizamos um levantamento no banco de dados de TCCs do curso de Serviço Social da UFOP. Foram realizadas buscas a partir de tais palavras-chave: conservadorismo e imagem, e foram identificadas 3 monografias, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social da UFOP

Autor/a	Título do TCC	Ano da publicação	Palavras-Chave	Resumo
João Sada Leiroz Machado	Serviço social e capitalismo : reflexões acerca do conservadorismo no exercício profissional.	2022	Serviço Social Capitalismo Conservantismo	O conservadorismo ainda está presente na sociedade contemporânea, seja nas relações sociais, pessoais ou profissionais. No Serviço Social não é diferente. Devido a uma herança histórica, dos primórdios do aparecimento da profissão, em que a intolerância, a desigualdade e a polarização estavam presentes no cotidiano dos indivíduos, muitos profissionais, até hoje, continuam com resquícios desse pensamento conservador, em seu dia-a-dia de trabalho. Através da contextualização histórica do Serviço Social e do conservadorismo, far-se-á um paralelo com o capitalismo, que veio para gerar ainda mais desigualdades, o que vai de contra aos ideais da profissão. No decorrer da pesquisa será feita uma análise crítica das demandas e dos desafios intrínsecos ao assistente social que, apesar de já ser uma profissão consolidada no território brasileiro, possui muitas batalhas ainda a vencer, bem como, elaborar-se-á estratégias de superação de atuações conservadoras. O objetivo é mostrar como as raízes conservadoras no exercício da profissão podem causar malefícios no cotidiano de trabalho dos profissionais e dos usuários do Serviço Social.
Thayná da Costa Machado	Projeto ético-político do serviço social brasileiro: hegemonia e tendências profissionais.	2019	Serviço Social Ética política Hegemonia Profissões - mudanças	O trabalho de conclusão de curso objetivou desenvolver uma pesquisa exploratória-bibliográfica sobre a crise de hegemonia do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Para tanto, refletiu-se a categoria de hegemonia em Gramsci a fim de compreender o lugar que

				o termo adquire na obra do autor, tendo em vista suas contribuições para pensar a sociedade brasileira e a profissão. Realizou-se uma análise-descritiva sobre a polêmica da crise de hegemonia do PEP, como também identificou-se quais as principais tendências profissionais que disputam por hegemonia na categoria profissional. Constatou-se que a manutenção de hegemonia do atual projeto profissional está em crise. Verificou-se também que as principais vertentes identificadas pelos autores são: a intenção de ruptura, a de cariz tecnocrático, a reatualização do conservadorismo, a neoconservadora e as aparentemente radicais.
Andreza Caroline de Ataides	Interlocuções entre a imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político da profissão na região dos Inconfidentes.	2019	Serviço Social Capitalismo Conservantismo	Este trabalho objetivou se aproximar da imagem socialmente construída e autoimagem da profissão e sua relação com a afirmação ou negação do PEP do Serviço Social, junto aos assistentes sociais da região dos Inconfidentes. O interesse pelo tema se deu por identificar, durante minha inserção ao campo de estágio, intervenções profissionais que se desenvolveram em contraposição a autoimagem da profissão defendida pelos organismos da categoria - ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO. Para isso, percorremos no primeiro capítulo, o caminho da elucidação das principais categorias do modo de produção capitalista que culminaram no surgimento do Serviço Social. Em seguida, a reflexão acerca do Serviço Social tradicional e sua ruptura, que possibilita a apreensão de elementos da imagem socialmente construída e construção de uma nova autoimagem da profissão. O segundo capítulo deste trabalho, consiste em uma pesquisa feita com sujeitos envolvidos no problema deste trabalho. Dessa forma, foram analisados 18 questionários aplicados a assistentes sociais que atuam na região da Universidade Federal de Ouro Preto. Para aproximação a elementos na imagem socialmente construída e autoimagem do Serviço Social na região, buscou-se na primeira parte do capítulo, refletir acerca das particularidades do território no qual a UFOP se insere. A segunda parte, objetivou a análise do questionário semi-estruturado, dividido em duas partes. A primeira parte, refere-se à formação e área de atuação dos assistentes sociais e a segunda, à concepção que estes têm da profissão. Dessa forma, este trabalho

				possibilita aproximação aos fundamentos da profissão de Serviço Social e compreensão da imagem socialmente construída e autoimagem da profissão e suas especificidades na região de abrangência da UFOP.

Fonte: Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão - UFOP, 2022. Elaboração própria.

Esse levantamento realizado demonstra uma pequena presença de reflexões acerca do conservadorismo, desde seu significado até sua presença na sociedade contemporânea, e sua relação com o Serviço Social dentre as/os estudantes do curso da UFOP. E, sobre essa relação, os trabalhos transitam entre os fundamentos da profissão, o projeto ético-político e a imagem da profissão. Os trabalhos encontrados abrangem a relação da conjuntura política, econômica e social com os fenômenos abordados – como a crise de hegemonia do PEP e as tendências profissionais em disputa. E, com base nisso, nossa proposta de pesquisa se propõe a abordar tais questões de forma mais aprofundada, explorando o impacto do neoconservadorismo da conjuntura atual na imagem socialmente construída do Serviço Social, bem como na sua autoimagem.

E, em relação à sua *relevância social*, existe, em tal discussão, a potencialidade de respaldar o exercício profissional a partir do movimento que é feito sobre o entendimento das profissionais no que se refere ao significado de sua atuação, o que abrange de forma direta o atendimento que o usuário recebe e seus limites. Isto é, pensar as tendências profissionais é voltar aos fundamentos do Serviço Social e, ainda, criar ferramentas para desnudar o cotidiano e intervir nas demandas para além do que está dado dentro dos limites institucionais – algo intrinsecamente ligado ao compromisso com os princípios éticos e, consequentemente, com o usuário.

A partir desse caminho, o presente Trabalho de Conclusão de Curso se orienta pela seguinte *pergunta de pesquisa*: Se o Serviço Social tem sua gênese e desenvolvimento relacionado ao conservadorismo, como o atual cenário – de fortalecimento do neoconservadorismo no Brasil – pode rebater na compreensão da imagem e autoimagem de assistente social?

Esse questionamento foi ocasionado pela dimensão do debate de novas tendências profissionais que se contrapõem ao projeto profissional quando as mesmas saíram em defesa

de Bolsonaro e seu projeto que se coloca em oposição ao que é defendido de forma hegemônica pela categoria. Com base nisso, os *objetivos* deste trabalho foram delineados.

Tem como *Objetivo Geral* analisar como o neoconservadorismo se projeta na sociedade e seu rebatimento no Serviço Social com o intuito de identificar possíveis movimentações no interior da área no que tange a compreensão do significado social da profissão.

Os *Objetivos Específicos,* são: 1) Estudar as origens e o significado do conservadorismo, do neoconservadorismo a fim de fundamentar a discussão sobre a atual conjuntura brasileira; 2) Recuperar a trajetória histórica do Serviço Social na contemporaneidade a fim de identificar seus avanços e limites diante da conjuntura neoconservadora; 3) Analisar a percepção de assistentes sociais acerca da imagem do Serviço Social em comentários no Instagram e no Facebook de páginas relacionadas à profissão a fim de identificar a relação com o projeto ético-político ou novas tendências profissionais.

Na presente pesquisa partiremos de uma perspectiva crítica para interpretação da realidade, afinal,

> a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p. 18, *grifos do autor*).

Partindo para "o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade" (MINAYO, 1994, p. 16), o materialismo histórico-dialético nos conduz à investigação da essência do nosso objeto de pesquisa a partir de uma aproximação que leva em consideração a história das relações sociais no modo de produção capitalista. No entanto, a história nesse contexto não se limita a algo linear e estático, sendo ela, na verdade, processual e complexa.

Para apreender sua riqueza, faz-se necessária a apropriação da totalidade para ultrapassar a limitação das partes e chegar à estrutura, bem como captar a especificidade dos fenômenos e fazer a mediação entre essa singularidade e a totalidade para descobrir a interação que ocorre entre ambas. Dessa forma, torna-se possível o desvelamento das contradições postas no movimento dialético da realidade concreta (NETTO, 2011).

Ainda, no que diz respeito ao método dialético-crítico, Fernandes e Prates (2016, p. 108) caracterizam "a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação" como um compromisso da investigação com os sujeitos envolvidos, bem como com o tema em si. E,

para ter tal postura, é imprescindível explicar para que buscamos conhecer o que estudamos e o que queremos para não nos restringirmos à identificação da questão. A materialização dessa postura nos objetivos também coloca-se como algo constituinte do método, o que apresenta a possibilidade de desencadeamento de ações educativas e organizativas a partir dos resultados encontrados.

Sobre a abordagem da pesquisa, ela caracteriza-se como *qualitativa* visto que buscamos uma compreensão detalhada do entendimento sobre o Serviço Social na sociedade, seja pelas pessoas de dentro da área ou fora dela, no contexto social próprio de um governo conservador de extrema-direita como o de Bolsonaro. Esse modelo de pesquisa nos permite não somente compreender a visão dos sujeitos que estão sob a luz da investigação, mas também descrever de forma mais aprofundada a dinâmica das relações entre fenômenos e conceitos específicos (CAMARA, 2013, p. 181) – como, no nosso caso, entre as novas tendências dentro da profissão[7] e sua relação com o neoconservadorismo.

Para início do estudo, realizamos uma *revisão bibliográfica* com o intuito de tornar consistente a base teórica que possibilitará o aprofundamento dos conceitos fundamentais para sustentar as reflexões da discussão que será fomentada no decorrer deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa documental que analisou comentários encontrados e selecionados em postagens de redes sociais (Facebook e Instagram) do conjunto CFESS/CRESS, bem como dos grupos das tendências profissionais que encontramos. A partir da base teórica condizente com os fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, analisamos o posicionamento dos profissionais da área do Serviço Social diante das discussões mais atuais da profissão.

Para isso, primeiramente, definimos qual seria a base de análise. Escolhemos as páginas do facebook "Serviço Social Libertário" e "Conselho Federal de Serviço Social – CFESS" para identificarmos como as pessoas se posicionam nos comentários de suas publicações e quais tendências teórico-políticas se destacam nos dias atuais através dos posicionamentos. Com a mesma intencionalidade, coletamos comentários no Instagram do referido conselho, cujo alcance é maior e possui mais interações. No mais, acessamos a página "Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico" para consultar o documento "Carta de Toledo"; e

[7] Vale a pena destacar que na última eleição do conjunto CFESS/CRESS, realizada entre Janeiro e Março de 2023, diversos CRESS vivenciaram disputas de chapas, parte delas envolvendo grupos que confrontam o projeto ético-político. Conforme consta no relatório, os seguintes CRESS no Brasil tiveram disputas: CRESS 1ª Região/PA; 5ª Região/BA; 10ª Região/RS; 15ª Região/AM; 19ª Região/GO; 25ª Região/TO. Ver: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/eleicoes-cfess-cress-2023-2026>. Acesso em: 6 jun 2023.

utilizamos a produção teórica "As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro". No segundo momento, após a definição da base de análise, verificamos as publicações das páginas nas redes sociais citadas para realizar uma leitura de identificação dos dados ali presentes, de aproximação aos dados.

O terceiro passo foi selecionar os comentários a partir da aproximação aos dados feita na leitura para identificar os elementos contidos no material, e inserir os comentários selecionados em dois quadros organizativos. O primeiro foi construído visando mapear a autoimagem a partir dos seguintes *parâmetros*: concepção de profissão, objetivo do trabalho, objeto de trabalho, atribuições e competências, e valores ético-políticos. Já o segundo quadro se organiza a partir dos eixos do Projeto Ético-Político (PEP), que são: produção do conhecimento crítica, entidades da categoria, Código de Ética, diretrizes curriculares (projeto de formação), lei de regulamentação da profissão, e documento bandeiras de lutas.

Os posts selecionados das páginas "Serviço Social Libertário" dizem respeito à crítica ao CFESS e o que compreendem como "militância política-partidária-ideológica" (14 de junho de 2019), a comemoração de 2 anos de lançamento das 23 teses (28 de setembro de 2019), e a crítica ao 16° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS (4 de novembro de 2019). Quanto à página "Conselho Federal de Serviço Social - CFESS", o post escolhido (tanto no Facebook quanto no Instagram) foi referente às eleições de 2022, publicado no dia 27 de outubro de 2022, no qual o CFESS reafirmou a posição democrática da categoria profissional. Em seguida, o quarto passo consistiu no início da análise descritiva e a análise propriamente dita mediando com a teoria crítica.

Dessa forma, o presente trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro busca abordar os primórdios do conservadorismo, delineando o contexto de seu aparecimento, suas características e seu impacto nas relações sociais para nos aproximarmos de suas transformações ao longo da história e analisar suas forças no século XXI. Para isso, este capítulo foi estruturado em três seções: a primeira discute o advento do conservadorismo, o quadro societário em que ele se origina e desenvolve, e como essa vertente ídeo-político-cultural se estrutura. Na segunda seção abordamos a refuncionalização cultural decorrente da crise da Modernidade e a alteração na funcionalidade sociopolítica do pensamento conservador – versando as mudanças que a sucedem, e, também, a base conservadora do neoliberalismo. A partir disso, a terceira seção adentra a relação do

neoliberalismo e conservadorismo com a ascensão da extrema-direita brasileira, que avança especialmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

O segundo capítulo deste trabalho, também dividido em três seções, tem como objetivo se aproximar do Serviço Social no contexto brasileiro. Para isso, na primeira parte deste capítulo, foi explorada a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil e as circunstâncias de sua emergência a fim de compreender os traços conservadores que marcaram seu perfil e a atuação profissional a princípio. Na segunda parte, aludimos brevemente ao processo de renovação que a profissão passa a partir dos influxos tardios do Movimento De Reconceituação. Dessa forma, se enfatizou a dimensão desse processo e como as transformações que decorreram dele alteraram o Serviço Social brasileiro. Por fim, na terceira parte deste capítulo, concentramos nossos esforços na exposição do projeto ético-político que resulta dessas modificações históricas e do novo perfil profissional para então compreender o tensionamento que ocorre dentro da profissão no que tange às tendências teórico-políticas – relacionando, assim, as mudanças societárias e a disputa de hegemonia no Serviço Social.

CAPÍTULO 1. CAPITALISMO, NEOCONSERVADORISMO E CONJUNTURA BRASILEIRA

> *(...) Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas (MAIAKOVSKI).*

O objetivo deste capítulo é estudar as origens e o significado do *conservadorismo* e do *neoconservadorismo* a fim de fundamentar a discussão sobre a atual conjuntura brasileira; perpassando, dessa forma, não só o surgimento e estruturação desses elementos, como também sua penetração no tecido social e suas repercussões na sociedade brasileira na última década. Ele está organizado em tais subtópicos: 1.1) A origem do conservadorismo e sua relação com o modo de produção capitalista; 1.2) Metamorfoses do pensamento conservador; e 1.3) Neoconservadorismo e escalada da extrema-direita no Brasil.

1.1. A origem do conservadorismo e sua relação com o modo de produção capitalista

A feudalidade foi marcada pela riqueza mobiliária que surgiu a partir de atividades comerciais localizadas na bacia mediterrânica (que inclui regiões como o sul da Europa, o norte da África e o Antigo Oriente Próximo), formando, assim, a burguesia comercial protagonizada pelos mercadores. Neste contexto, é constituída a superestrutura política de tal período histórico: o Estado Absolutista – que possibilitou ao grupo citado não somente explorar, como também oprimir, o campesinato e a sociedade como um todo para manter-se em uma posição de poder. Escorsim Netto (2011, p. 42) aponta que "o concurso da emergente burguesia, que logo deslocaria sua riqueza (mobiliária) para o que seria a manufatura e, depois, a indústria, alterava substantivamente a condensação de forças de que este Estado se constituía". Isto é, a formação social do período feudal logo seria implodida pela dinâmica própria dessa movimentação.

Entre os séculos XVI e XVIII, no Ocidente, ocorreu o processo geral da revolução burguesa, conhecido também como Revolução Industrial. Para além das transformações que se referem a forma de produzir bens materiais, o conjunto de mutações ocorridas neste período referem-se a consolidação da hegemonia social e econômica da burguesia ainda na sociedade feudal. A ascensão dessa classe, que advém dos mercadores do quadro do feudalismo, modifica tanto as relações econômicas quanto a cultura. Com a industrialização,

vemos a formação do capitalismo e sua cultura própria, que transcende os ideais de mundo e condições operantes até então, sendo ela nomeada cultura da Modernidade. Segundo Escorsim Netto (2011, p. 43),

> esta cultura, com seus traços mais determinantes – *racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo* – e suas características mais marcantes – *secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante* –, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o *desenvolvimento científico*, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos (teológicos) para a condução da vida prática etc. Sem as implicações desta cultura da Modernidade – por exemplo: a constituição de um espaço público (com a refuncionalização da família e do papel social da mulher); o privilégio da calculabilidade (com o desenvolvimento de técnicas de manipulação e formalização impessoais) –, a industrialização e a urbanização seriam inconcebíveis.

Neste sentido, é possível afirmar que a Modernidade assegura a hegemonia econômico-social da burguesia nesse processo – que também possui sua dimensão política, tendo esta sua hegemonia ocasionada pelas revoluções políticas clássicas que ocorrem na Europa. Souza (2020, p. 24) coloca que

> a destituição do antigo regime feudal e a definição das bases da sociedade burguesa foram processos marcados por revoluções e rápidas transformações nas relações sociais, motivadas pelas novas contradições suscitadas pelo capitalismo. A luta de classes e a construção ideológica burguesa, que inclui o movimento intelectual do iluminismo, redefiniram as instituições vigentes, a estrutura da propriedade privada e a divisão social do trabalho.

Além da Revolução Inglesa, que ocorreu em 1688, temos a Revolução Francesa datada em 1789 e que ganha destaque pela configuração e intensidade dos conflitos que explicitam a luta de classes. Sua repercussão gerou reações como a obra *Reflexões sobre a Revolução na França* de Edmund Burke[8] na qual o autor condena características da cultura moderna que perpassam os acontecimentos desse período, como a mobilização das massas na revolução burguesa e a racionalidade antitradicionalista concernente à rejeição e destruição das instituições sociais tradicionais (ESCORSIM NETTO, 2011, p 45). Assim dizendo,

> o que apavora o porta-voz dos privilegiados do Ancien Régime é toda a cultura (moderna) [...] o que esta cultura contribui para destruir é a autoridade fundada na tradição, o poder legitimado pela religião institucional (Igreja), a desigualdade

[8] Edmund Burke foi um político e filósofo de origem irlandesa nascido em 1729, cujas obras filosófico-políticas elaboradas até o ano de sua morte (1797) marcaram o início do pensamento político da época moderna ao se opor ao processo revolucionário francês, posição esta que deu origem a tradição conservadora.

> jurídica dos homens, a administração personalizada da justiça, a lei assentada na moralidade e a subordinação do indivíduo à sociedade (idem, p. 60).

Pode-se dizer, pois, que é nesse marco histórico que surge o *pensamento conservador*, sendo a obra de Burke sua precursora. Ou seja, "o pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa*" (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41, grifo da autora). Tal compreensão faz-se necessária para ultrapassar a limitação do senso comum que concebe o conservadorismo como somente a vontade de conservar algo, reduzindo sua dimensão à esfera individual e o separando da história – o que, de acordo com Escorsim Netto (2011, p. 36), leva, inclusive, os pensadores dessa vertente ídeo-político-cultural a colocá-la como parte da essência do próprio ser humano.

Na medida que ocorre essa negação da história, a possibilidade de alteração das condições que estão dadas se torna remota e ocorre a naturalização das relações sociais. Nas *Reflexões*..., por exemplo, isso atravessa o entendimento de Burke sobre a sociedade e o Estado pela estrutura perene que formam uma vez que divinamente instituída. Em outros termos, o filósofo aderiu concepções teológicas relativas ao monoteísmo cristão e acreditava, de forma idealista, que a estrutura da sociedade seguia uma ordem natural eternamente estabelecida (SOUZA, 2020, p. 161).

Ao assumir o ordenamento societário como natural, por consequência, a visão burkeana engloba a propriedade privada, a divisão de classes e a desigualdade social nesta ordem. Logo, todos esses elementos são interpretados como insuperáveis pelos conservadores. Por isso, "nesse contexto, seria como um atentado contra a natureza a defesa de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina" (SOUZA, 2020, p. 161). A desigualdade social, portanto, não é colocada somente como insuperável uma vez que é parte constituinte do ordenamento natural da sociedade, mas também como necessária para a continuidade da mesma.

Outra característica do pensamento conservador, e que exemplifica a historicidade de sua gênese e aparece na obra de Burke, mas não somente, é a perspectiva restauracionista. Os interesses expressos na contraposição à Revolução se alinham aos interesses e ideais da aristocracia feudal a fim de restaurar o Antigo Regime. O autor rejeita os princípios e valores que se manifestam na estrutura da Revolução e, na sua obra,

> eles são pejorativamente apresentados como meras "abstrações", destituídas de significado objetivo. É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem,

> razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias. Sua posição monarquista evidenciava suas escolhas antirrepublicanas e antidemocráticas (SOUZA, 2020, p. 158).

Souza (2020) ressalta que essa recusa do que, na perspectiva conservadora é considerado abstrato, trata-se de um princípio do conservadorismo que é amplificado em suas atualizações que ocorrem da metade do século XX em diante[9].

Além dessa concepção em que a razão é classificada como destrutiva, e a de que a desigualdade é tanto natural quanto necessária, Escorsim Netto (2011, p. 60) lista outros argumentos que são defendidos nas *Reflexões*… e se tornam base do pensamento conservador no século XIX. São eles: *a) só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; b) a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; c) a democracia é perigosa e destrutiva; e d) a laicização é deletéria.*

A autora lista ainda as "proposições gerais" do que são, para Robert A. Nisbet – sociólogo norte-americano conservador que tem tal linha de pensamento como objeto de investigação – a natureza do homem e, consequentemente, da sociedade. Segundo o sociólogo, a dogmática do pensamento conservador é fundamentada nos seguintes pressupostos:

> 1. A sociedade "é uma entidade orgânica, com leis internas de desenvolvimento e com relações pessoais e institucionais infinitamente sutis"; 2. O estado atual, presente, da sociedade não pode escapar das raízes do passado e não se submete a qualquer "manipulação racional"; 3. A sociedade tem primazia sobre o indivíduo; 4. O "todo orgânico" que é a sociedade não pode ser desmembrado; 5. O fenômeno social é sempre interdependente: nele coexistem "crença, hábito, associação e instituição"; quaisquer esforços para reformar ou refazer uma parte da sociedade "inevitavelmente violam as complexas linhas de relacionamento que existem e devem existir em qualquer sociedade estável"; 6. O que importa, na vida social, não são "direitos naturais", mas o "princípio das necessidades" - necessidades inalteráveis dos homens; "cada sociedade e cada uma de suas partes é a resposta para certas necessidades eternas dos seres humanos"; 7. É primordial o "princípio da função": "Toda pessoa, todo costume, toda instituição, serve a alguma necessidade básica da vida humana, ou contribui [...] para existência de outras instituições e costumes"; 8. É afirmada a necessidade de pequenos grupos (família, vizinhança, associações profissionais) [...]; 9. Insiste-se na valorização do sagrado, do irracional e do não utilitário nas relações sociais; 10. Exige-se hierarquia e status [...]; 11. Reafirma-se a imprescindibilidade da autoridade legítima [...] (NISBET, 1986, p. 65-71 *apud* ESCORSIM NETTO, 2011, p. 104-105).

---

[9] Para aprofundamento conferir: Georg Lukács - A Destruição da Razão. Disponível em: <https://46e7eb6b-866a-4277-a8cb-e20bf85ff46b.usrfiles.com/ugd/46e7eb_38a0c6edfea14005b5716095b30cdc64.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

As análises conservadoras de Nisbet possuem, em sua obra, uma correlação com a tradição sociológica. A sociologia aparece como expressão científica do conservadorismo em sua obra na medida que esta constitui o tratamento analítico e histórico de problemas de natureza filosófico-social (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 102). Entretanto, a relação entre sociologia e pensamento conservador não ocorre de forma ocasional e apenas nas obras do intelectual norte-americano dado que essa ciência social é fundada pelo conservadorismo. Para falar sobre essa questão, falemos antes do movimento de refuncionalização cultural que modificou os sentidos e a funcionalidade da cultura moderna.

1.2. Metamorfoses do pensamento conservador

No período entre 1815 e 1830, o desenvolvimento capitalista ocorrido por intermédio das transformações societárias, aqui abordadas de forma breve anteriormente, demonstrou o caráter irreversível dessas mudanças, na Europa Ocidental, que levaram à solidificação do projeto societário do capital. Nesse movimento ocorre, também, a mutação do papel desempenhado pela burguesia na história – que, sendo progressista no processo revolucionário, passou a defender somente os próprios interesses (de manutenção da ordem) ao tornar-se classe dominante. Em virtude disso, a cultura da Modernidade, que até então possuía uma dimensão emancipadora, foi submetida a uma refuncionalização entre 1830 e 1848 para se alinhar aos novos interesses da classe burguesa, com o objetivo de colocá-la a serviço da defesa da nova ordem (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 47).

Essa refuncionalização cultural ocorre em um contexto sócio-histórico que a burguesia abdica de sua herança cultural em razão do movimento da emergente classe operária, o qual protagonizou revoluções democrático-populares na Inglaterra e na França com reivindicações referentes à efetivação "do que vinha inscrito na cultura moderna" (idem). Em outras palavras, o proletariado e o movimento socialista pressionou a burguesia a incorporar o legado de tal cultura, fazendo-a adotar outras construções ideológicas capazes de legitimar e defender o *status quo*.

Aqui, a crise da Modernidade modifica a maneira que o pensamento burguês e o pensamento conservador se relacionam. Se, antes de tal período histórico este último se posiciona – desde sua origem com Burke – contra a revolução burguesa com uma perspectiva restauradora, após 1848 o conservadorismo adere características contrarrevolucionárias e se

volta, assim, contra o proletariado e a ameaça revolucionário-socialista. Dessa forma, seus traços se modificam e alteram, também, a funcionalidade sociopolítica do pensamento conservador, que passa a defender a *ordem instaurada pela burguesia* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49).

Dentre todas as mudanças, encontramos, também, alterações na estrutura teórica dessa vertente ídeo-político-cultural que, na conjuntura pós-48, "tende tanto a estruturar-se como *filosofia social* quanto como *conhecimento científico-social*, seja sob a forma de *ciência social*, seja sob a forma de *teoria política*" (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 51). É nesse cenário que ocorre a formação da sociologia, ciência social que tem sua origem ligada ao conservadorismo – o corpo de conhecimento que forma o pensamento de Émile Durkheim, sociólogo francês considerado fundador dessa ciência, exemplifica o caráter científico que o pensamento conservador adota ao criticar a sociabilidade burguesa dentro de limites condescendentes, de modo que sua abordagem de alternativas à fenômenos como a *revolução* e a *crise social* passa pela "ótica de *integração social* que incorpora os valores básicos do conservadorismo" (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 53).

Apesar das mudanças que ocorreram no interior do pensamento conservador até então,

> [...] da gênese a Durkheim, na sua curva do anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro (seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adiantaria lutar contra "a ordem natural", seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social). Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos *clássico* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 56).

Segundo Escorsim Netto (2011, p. 56), essa perspectiva otimista é perdida no desenvolvimento do pensamento em questão a partir do marco histórico da Revolução Bolchevique e da Primeira Guerra Mundial – quando as interferências das conjunturas histórico-sociais em suas respostas à realidade afetam, também, suas interações com as vertentes oponentes dos campos político, cultural e ideológico. Aparece, então, na filosofia social do conservadorismo.

> A obra de Spengler, refletindo o novo ceticismo conservador, [que] representa, ao mesmo tempo, "o prelúdio real e direto da filosofia do fascismo" (Lukács, 1968, p. 373). Vale dizer: um dos caminhos da evolução do conservadorismo, passado o seu período clássico, é associar-se ao reacionarismo moderno; o otimismo perdido é substituído pelo desespero – a *angústia* (inteiramente desconhecida pelos conservadores clássicos) favorece a sua vinculação às *filosofias da vida* tão funcionais (como o prova a trajetória de Heidegger) ao fascismo (idem).

Além dos acontecimentos históricos citados, a primeira metade do século XX conta com outras transformações socioeconômicas de grande impacto como a Segunda Guerra Mundial, o *Welfare State* e o regime de acumulação fordista[10]. No contexto pós-guerra, surge a contracultura, que é o motivo pelo qual o conservadorismo se reatualiza para enfrentar as tensões sociais protagonizadas pelos movimentos que a compunha na década de 1960, a exemplo do movimento negro e do movimento feminista. Cabe ressaltar que essa movimentação contextualiza-se no cenário de *crise do capital* que irrompeu nos anos 1970. À vista disso, a manifestação de tal reação se conforma como a integração dos princípios econômicos do neoliberalismo à compreensão da realidade social que é própria do conservadorismo (BARROCO, 2015, p. 624).

A defesa dos valores da família, como também da implantação de políticas neoliberais e do militarismo – em contraposição aos direitos sociais e ao Estado social – passa a se apresentar também como um programa político, tendo o governo Reagan como marco inicial. Esse programa político tem como pressuposto a conservação da ordem capitalista e o desejo de um mercado irrestrito, e cabe ao Estado, nesse contexto, reprimir o que contesta a ordem vigente e os costumes reproduzidos por ela ao passo que a moral é utilizada como justificativa para as crises sociais.

Em suma, a moralização dos problemas que atravessam o sistema capitalista consiste no entendimento de que as expressões da "questão social"[11] passam pela ordem moral uma vez que elas seriam consequências da degradação dos valores tradicionais e da família. E, de acordo com Barroco (2015, p. 625), "esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização".

A estabilidade do *status quo* é fundamentada nessa naturalização que possibilita o funcionamento pleno das instituições, sendo estas estabelecidas sobre os pilares da autoridade e tradição, e, ainda, resguardadas sob a defesa assídua da garantia da *ordem* – definida à vista do que desenvolvia-se em contraposição nos âmbitos político e moral, de acordo com o desdobramento da luta de classes e da ruptura com os valores e crenças tradicionais. Para

---

[10] Para aprofundamento e contextualização do período em questão conferir os dois livros de David Harvey: 1) Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural; 2) O neoliberalismo: História e Implicações.

[11] Conforme Iamamoto (2015, p. 156), "a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais", sendo ela fruto da ordem burguesa e se manifestando através de expressões particulares na sua reprodução que exprimem as desigualdades – de natureza política, econômica e cultural – das classes sociais.

manter tal funcionamento, “a moral desempenha uma função de destaque na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões” (BARROCO, 2022, p. 14).

Para Brown (2019), a racionalidade neoliberal, por si só, já está diretamente ligada às reivindicações pautadas no tradicionalismo moral e na liberdade de mercado que resultam, na contemporaneidade, no ataque à sociedade e à justiça social. Isso ocorre porque, segundo a autora, tal racionalidade desqualifica a parte social e democrática da vida política com o intuito de governar os indivíduos através das esferas da moral e do mercado. Contudo, a moralidade tradicional é defendida mais direta e intensamente pelas forças conservadoras em conjunto com a mobilização de pautas como o patriotismo, livre-mercado e a cristandade.

> Os modos como o mercado e a moral se distorceram à medida que foram submetidos às gramáticas e ao espírito um do outro - isto é, à medida que a moralidade foi mercantilizada e os mercados, moralizados. Por meio desse processo, ambos foram politizados como credos dogmáticos [*fighting creeds*], perdendo assim o caráter e o modo “orgânico e espontâneo” de organizar a conduta [...]. Finalmente, o neoliberalismo intensificou o niilismo, o fatalismo e o ressentimento rancoroso já presentes na cultura moderna tardia (BROWN, 2019, p. 27).

Barroco (2022, p. 13) expõe que, além do tradicionalismo – que leva a valorização de instituições como a família e a igreja – e da defesa da ordem, o neoconservadorismo preserva do conservadorismo clássico princípios e práticas pautadas na autoridade, na experiência, na hierarquia, na ordem e no preconceito. E, do neoliberalismo, preserva-se o privatismo, o empreendedorismo, a meritocracia, bem como a repulsa pelos direitos e movimentos sociais, e pela intervenção do Estado na esfera econômica.

A conjuntura mundial contemporânea impactada pelo processo de *crise estrutural do capital*[12] propicia a combinação do neoconservadorismo com o neofascismo ao ocorrer o movimento de resgate não somente dos ideários conservadores, bem como dos ideários fascistas (idem). Paiva e Tavares (2020, p. 605) sintetizam as características que Umberto Eco – filósofo italiano que tem produções sobre a temática do fascismo – apresenta como constituintes do novo fascismo, sendo elas:

> 1) culto à tradição; 2) constante estado de ameaça - Tomam a vida como guerra permanente; 3) abuso e medo ao diferente; 4) obsessão a conspirações; 5) controle e repressão da sexualidade; 6) linguagem limitada e repetitiva; 7) repulsa ao moderno, hoje reconhecido nas pautas identitárias; 8) não aceitação do pensamento crítico; 9) apelo aos frustrados e economicamente instáveis e/ou inseguros; 10) fantasioso heroísmo; 11) o machismo; 12) o racismo (idem).

[12] Para aprofundamento: *A crise estrutural do capital.* István Mészáros. São Paulo: Boitempo, 2009.

Essas características, no entanto, não surgem na sociedade de um momento para o outro, posto que

> a regressão à barbárie é uma tendência ainda mais evidente do que as forças civilizatórias que o capitalismo tenha empreendido. Se o nazi-fascismo atingiu seu auge e derrocada no conflito de 1939-45, algum transformismo permitiu que se *mantivesse presente* nos contravalores do reacionarismo, desde então (PAIVA; TAVARES, 2020, p. 604).

Prosseguindo a argumentação, as autoras abordam a contribuição da filosofia marxista para a compreensão do *fascismo como identidade do capital*, tendo este último seu poder salientado e fortificado pelo primeiro à medida que se reproduz a mentalidade já existente de acordo com seus interesses. E, para continuar reproduzindo seus interesses no contexto pós-guerra, o fascismo introduziu sua propaganda na *indústria cultural de massas* em suas formas diversificadas – como produções artísticas, televisão e publicidade – para inserir-se no cotidiano dos indivíduos. Assim, é através dos mecanismos do próprio capitalismo que o neofascismo ultrapassa os limites da política institucional para cooptar a população.

Além disso, conforme sinaliza Barroco (2022, p. 14), para que ocorra a devida legitimação e difusão dos valores e mecanismos que estruturam o neoconservadorismo de traços neofascistas no tecido social, é necessária "a existência de condições sociais favoráveis, dadas em momentos de crise social, quando se acirram as tensões e a luta de classes, e o poder dominante utiliza mecanismos coercitivos para impor a ordem social [...]". Não coincidentemente, ocorre a ascensão da extrema-direita[13] em escala mundial nas duas primeiras décadas do século XXI, período em que ocorre a reedição de processos históricos.

Essa guinada à direita que ocorre globalmente com a inserção de líderes e partidos autoritários do espectro político em questão é sintomática da desilusão das massas com a democracia liberal em virtude dos desdobramentos das políticas neoliberais implantadas nas últimas décadas. Tal escalada também torna perceptível alterações no campo da direita, que

---

[13] É importante ressaltar que o campo da direita é heterogêneo e que é composto, na atualidade, por "grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremados incluem três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo" (MIGUEL, 2018, p. 19). A pesquisadora brasileira Michele Prado, especialista em extremismo político e autora do livro *Tempestade ideológica – bolsonarismo: a alt-right e populismo iliberal no Brasil*, relata que tanto a extrema-direita quanto a direita radical compõe a *far-right* e que as duas correntes se diferenciam conceitualmente. Utilizando Cas Mudde – cientista político holandês referência nos estudos sobre populismo e far-right – e sua definição como referência, a pesquisadora coloca que, enquanto a direita radical não busca romper com a ordem democrática apesar de rejeitar princípios básicos da democracia liberal, a extrema-direita despreza veemente tal democracia e tem um desejo de substituir a ordem democrática por um modelo autocrático (SANTOS, 2023).

passa a se apresentar de outras formas, no qual a *nova direita*[14] se diferencia da que se apresentou na conjuntura pós-guerra pela "recusa a democracia liberal, ou mesmo qualquer forma de democracia" (CARAPANÃ, 2018, p. 35).

Na busca do rompimento com esta, a extrema-direita rechaça conquistas de cunho progressista obtidas ao longo do século XX através de tensionamentos decorrentes de momentos em que a luta de classe se intensifica, como "a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos trabalhistas, todo o conjunto de direitos das mulheres que veio da revolução sexual, instituições políticas multilaterais em nível internacional e, também, o direito universal ao voto e à cidadania plena" (idem). Diante disso, o Estado também passa a ser atacado pelos grupos que compõem o espectro político em questão dado a sua função no que tange à garantia de direitos e serviços aos cidadãos como um todo. O que ocorre porque

> o conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como anacronismos niveladores sociais, isto é, utópicos desejos de igualdade, inaceitáveis no ponto de vista da desigualdade social natural e positivamente constituída. Por derivação, a pauta socialista e o projeto comunista, em quaisquer gradações, são rechaçados à priori (SOUZA, 2020, p. 152).

O anticomunismo, por sua vez, torna-se uma característica expressiva na conjuntura de ascensão da nova direita e suas correntes "visto que precisam, para prosperarem, da criação de bodes expiatórios nos quais colocarão culpa por todos os males que supostamente estão vivendo" (SANTOS, 2023), de acordo com os discursos criados para gerar mobilização em torno de um inimigo em comum[15]. Os desdobramentos dos ataques neoliberais à sociedade e ao Estado social que intensificaram a desigualdade não são relacionados ao sofrimento econômico das classes trabalhadoras, e o ressentimento dos cidadãos é cooptado para se virar contra políticas identitárias e os grupos sociais por elas representados.

Nesse quadro, a característica contrarrevolucionária do pensamento conservador é elevada a forma política que fragmenta a sociedade em "nós" e "eles", sendo esta um traço

---

[14] Segundo Carapanã (2018, p. 34), a nova direita é um conjunto ideológico com ideias advindas do reacionarismo, do conservadorismo e do libertarianismo, e que "a essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e fascismo". Michele Prado aponta que a nova direita brasileira surgiu, como um fenômeno *on-line*, no início dos anos 2000, sendo ela a origem do bolsonarismo (SANTOS, 2023).

[15] Ao analisarem uma pesquisa sobre grupos bolsonaristas nas redes sociais, Ferdnando Inocêncio e Galetti (2021, p. 126) destacam que "características suprapartidárias – que envolvem atributos identitários dos indivíduos – são acionadas para apartar grupos, tática que está imanente à retórica mais ampla de criação de inimigos em comuns. esses elementos contribuem para o entendimento de que os domínios 'público' e 'privado', compreendidos separadamente, não são mais suficientes para entender o imaginário da produção de inimigos políticos pelas novas direitas".

visceral dos regimes fascistas (BARROCO, 2022, p. 15). Ao se ocultar as raízes sistêmicas dos problemas socioeconômicos, temos a "ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas" (BROWN, 2019, p. 17) que promovem a perseguição política aos movimentos de esquerda na medida que as pautas e conquistas desse campo político são consideradas o motivo da destruição de um passado mítico.

1.3. Neoconservadorismo e a escalada da extrema-direita no Brasil

Tal conservadorismo de cunho reacionário se apresenta da maneira que é visto hoje na periferia e no centro do sistema capitalista a partir da crise de 2008[16] – responsável por colocar um fim "à bonança dos preços das commodities e do petróleo, às elevadas taxas de lucro, ao estímulo do crescimento econômico e à arrecadação do governo federal para implementar políticas sociais" (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204) – que circunscreve o fim do período em que o pensamento conservador ocultava a natureza e origem de seu conteúdo. A contar desse marco, ele se diferencia das formas que o pensamento possuía desde os anos 1980. É esse quadro de crise do capital que possibilita a ampliação da influência dessa vertente ídeo-político-cultural na sociedade e seu aprofundamento no tecido social. Segundo Mota e Rodrigues (2020, p. 204),

> as práticas e ideologias do núcleo central desse conservadorismo reacionário filo-fascista são reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espraia no país – e isso se dá por meio da implantação de um programa autoritário e antipopular, condizente com os interesses do capital financeiro e rentista.

Para que fosse possível implementar um programa nesses moldes, como ocorrido em 2019 com a posse de Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil, primeiramente foi necessário promover o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, para atacar a esquerda e findar o pacto de conciliação de classes característico dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva iniciado em 2003.

O movimento que resultou no golpe deu-se a partir da insatisfação de frações da burguesia e do consenso de parcelas das classes subalternas como reação ao contexto permeado de efeitos das políticas neoliberais adotadas nas últimas décadas que resultaram "no

[16] A crise financeira de 2008 foi iniciada pelo mercado imobiliário americano, que levou a uma grande reação em cadeia a nível mundial quando o banco Lehman Brother veio à falência e impactou fortemente a bolsa de valores. Algumas das consequências foram o desemprego em massa e a retração financeira internacional.

rastro de destruição dos empregos, do trabalho protegido, das terceirizações, [e] da uberização do trabalho individual e por conta própria [...]" (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204).

Esse consenso é produzido através de materiais e meios institucionais de coerção construídos pela classe dominante para tornar o projeto societário burguês hegemônico e, consequentemente, tornar-se classe dirigente ao passo que suas ideias, costumes e reivindicações são assimiladas pela classe trabalhadora como um conjunto ideológico referente aos seus interesses e necessidades.

Presidenta do Brasil no período de 2011 a 2016, Dilma Rousseff foi deposta após passar pelo processo de *impeachment* sob a alegação de ter cometido crime de responsabilidade pela utilização da manobra contábil conhecida como "pedalada fiscal". Em 2020, foi condenada em uma ação que determinou o pagamento do valor correspondente às manobras supostamente cometidas por se configurar como danos ao patrimônio público. Contudo, a ação foi extinta do sistema pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), em março de 2022, porque foi concluído que não houve provas de prejuízo ao erário público como consequência da utilização de tal prática.

Sua figura, no entanto, sofreu fortes ataques desde 2013 por parte da grande mídia que adotou a agenda antipetista. Os ataques recebidos ultrapassaram a questão política em torno dos julgamentos sobre sua competência para governar, e adquiriram um caráter misógino que se expressava desde críticas que a qualificava como descontrolada, hipersensível e emotiva à conteúdos populares na internet que "denotavam sua imbecilização, o que agravaria em uma desautorização de suas capacidades cognitivas" (FERDNANDO INOCÊNCIO; GALETTI, 2021, p. 123). Conforme demonstra Souza (2020, p. 361),

> o processo pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff unificou as frações mais altas das classes dominantes. As personificações do capital bancário; do capital industrial; do capital comercial; o agronegócio (e suas ramificações); os grandes monopólios midiáticos; os grandes conglomerados religiosos; os representantes do capital, do conservadorismo e do fundamentalismo de mercado nos poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, subsumiram provisoriamente conflitos intestinos em nome do objetivo comum de encampar o xeque-mate à liderança do Partido dos Trabalhadores na grande, contraditória e ultrapragmática coalizão de forças políticas da era "lulopetista".

É nessas circunstâncias, então, que emerge a cultura antimoderna e autoritária de aspecto fascistizante que "se fortalece com o apelo à anticorrupção, ao fundamentalismo religioso e contra uma suposta saga comunista" (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204). A agenda antipetista se ergueu sobre esses aspectos e mobilizou afetos, consolidando o ódio ao

PT e aos movimentos minimamente progressistas que questionam o que está posto pela ordem vigente, gerando, assim, pânico moral em discussões que pautam agendas defendidas pela esquerda como um todo, a exemplo dos direitos humanos (FERDNANDO INOCÊNCIO; GALETTI, 2021, p. 125).

Inserido na política institucional desde 1988, Bolsonaro ganhou espaço nas redes sociais e se tornou mais conhecido justamente nesse caldo cultural. Foram suas declarações contra adversários políticos que o tornou mais conhecido no contexto de críticas à ex-presidenta Dilma e ao PT como um todo, tornando-se, assim, relevante para os movimentos de direita e seus apoiadores que passaram a consirerá-lo um "mito" uma vez que o mesmo se apresentava como figura antissistêmica.

Sua trajetória política, no entanto, é marcada desde o início por declarações que ajudaram a construir sua imagem de politicamente correto para a nova direita. Em 1993, e também no ano seguinte, se declarou a favor da volta do regime de exceção e fechamento do Congresso Nacional, voltando a defender o fechamento do mesmo em 1998 – mesmo ano em que defendeu a redução da maioridade penal, assim como a prisão perpétua e a pena de morte – e em 1999 ao dizer, na TV Bandeirantes, que "no período da ditadura, deveriam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o que seria um grande ganho para a nação"[17].

Sua visibilidade em programas de televisão não se restringiu à plataformas como o programa Câmera Aberta, no qual realizou a declaração citada anteriormente, tendo cobertura da imprensa como um todo desde o princípio. É preciso relembrar a dimensão do papel mídia[18] de acordo com o impacto que seu conteúdo tem na sociabilidade tendo em vista que "propagandas podem ser condutoras de governos autoritários que se pautam em conservadorismos morais, e isso é possível de ser vislumbrado no decorrer da história, principalmente em regimes de cunho fascista e nazista [...]" (FERDNANDO INOCÊNCIO; GALETTI, p. 128), como dito anteriormente neste trabalho ao citar de forma breve a indústria cultural de massas.

---

[17] Disponível em: < https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

[18] A exemplo disso, tem-se discutido no Brasil a urgência do Projeto de Lei 2.630, que regula plataformas digitais. Com a discussão sobre a criação da Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, as big techs investiram na disseminação de fake news em relação ao PL – criando, assim, uma guerra de narrativas motivada pelos seus interesses econômicos. Ver mais informações sobre o PL e os ataques das plataformas na reportagem "Porque as grandes Plataformas são contra o Projeto de Lei das Fake News?", *Jornalistas Livres*, 2 maio 2023, em <https://jornalistaslivres.org/porque-grandes-plataformas-sao-contra-pl-fake-news/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Além disso, a agressividade contida em seus pronunciamentos também foi direcionada a grupos sociais específicos como as mulheres[19], comunistas[20], as pessoas negras[21], nordestinas[22], indígenas[23], a comunidade LGBT+[24], dentre outros. E a política que fez como vereador fluminense e deputado federal pelo Rio de Janeiro sete vezes, sendo eleito em virtude de uma plataforma com pautas como a defesa do controle de natalidade e da melhoria dos salários dos militares, conta também com oposições à: instituição do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 1996; proibição da venda de armas quando a mesma foi objeto de referendo em 2005; demarcação de terra indígena em Roraima no ano de 2007, mais especificamente do território Raposa/Serra do Sol; e da criação da Comissão da Verdade em 2011, sendo essa instituída para investigar as violações de direitos humanos no período da ditadura militar.

Os discursos de Bolsonaro, permeados de ataques moralistas, passaram a ter grandes repercussões nos anos que antecederam o *impeachment* de Dilma Rousseff por efeito da cultura da crise já instalada e que se intensificou desde Junho de 2013[25]. Atrelada ao

[19] Ver as falas de cunho misógino proferidas pelo ex-presidente na reportagem de Inara Chagas, "Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres", *Brasil de Fato*, 8 mar. 2022, em <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 23 jan. 2023.

[20] Em sua trajetória política, Bolsonaro se destacou com discursos anticomunistas disseminados atrelados ao antipetismo. Para ele, comunistas são todos aqueles que se opõem à agenda da nova direita e que defendem, mesmo que minimamente, a justiça social. Dessa forma, ao fazer declarações que se referem aos "marginais vermelhos", o ex-presidente se refere a um dos seus alvos principais de ataque: os comunistas, mesmo enquadrando opositores de uma forma geral nessa categoria. Ver um dos exemplos de tal discurso na reportagem de Alexandre Caverni, "Um dia após falar em 'banir vermelhos', Bolsonaro diz que aceita oposição", *UOL*, 22 out. 2018, em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/22/um-dia-apos-falar-em-banir-vermelhos-bolsonaro-diz-que-aceita-oposicao.htm>. Acesso em 23 jan. 2023.

[21] Algumas das falas racistas são citadas ao longo da reportagem de Paulo Motoryn, "Racismo: Bolsonaro volta a dizer que negros são pesados em arrobas, e PT entra com ação na PGR", *Brasil de Fato*, 13 maio 2022, em <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/racismo-bolsonaro-volta-a-dizer-que-negros-sao-pesados-em-arrobas-e-pt-entra-com-acao-na-pgr>. Acesso em: 23 jan. 2023.

[22] Uma lista de episódios xenofóbicos foi montada na reportagem de Edson Sardinha, "Cabeçudo, pau de arara, paraíba: dez vezes em que Bolsonaro foi preconceituoso com nordestinos", *Congresso em foco*, 9 out. 2022, em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/cabecudo-pau-de-arara-paraiba-10-vezes-em-que-bolsonaro-foi-preconceituoso-com-nordestinos/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

[23] Ver a esse respeito a reportagem de Mariana Belmont, "Como o governo Bolsonaro ataca sistematicamente os indígenas no Brasil", *UOL*, 5 ju. 2022, em <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/mariana-belmont/2022/06/05/como-o-governo-bolsonaro-ataca-sistematicamente-os-indigenas-no-brasil.htm>. Acesso em: 23 jan. 2023.

[24] Falas homofóbicas proferidas por Bolsonaro desde a década de 1990 foram reunidas na reportagem de Walter Barretto Jr, "As agressões a comunidade LGBTQI+, por Bolsonaro e seus seguidores", *Forum*, 29 set. 2022, em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/22/um-dia-apos-falar-em-banir-vermelhos-bolsonaro-diz-que-aceita-oposicao.htm>. Acesso em: 23 jan. 2023.

[25] Período em que ocorreu, no Brasil, mobilizações e protestos de rua em massa por todo o território. Para Fernandes (2019, p. 98), esse evento significou "uma ruptura da inércia da política promovida pela democracia representativa liberal, e também aceita por ela, e petrificada até então, mas que não apresentou a resposta à crise e nem se libertou do processo de despolitização que ainda está em curso". Para compreender melhor a dimensão

anticomunismo e sua criação do inimigo em comum, o discurso da nova direita se aproveitou do antipetismo para fazer uma manobra de inversão moral e ligar a defesa dos direitos humanos a um ataque direto à figura do "cidadão de bem" ao supostamente proteger criminosos com tal defesa – o que demandaria, então, uma "faxina ética" na sociedade (FERDNANDO INOCÊNCIO; GALETTI, p. 125). É esse pânico moral que abre espaço para a intensificação e capilarização dos posicionamentos violentos e antidemocráticos do então deputado federal.

A agenda de ordem moral e a "fixação" em pautas que orbitam nessa esfera, no entanto,

> não é exclusividade das novas direitas. Bobbio (2011) já caracterizava a direita clássica pelos ideais que envolvem o individualismo; a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa; a primazia do sagrado; a valorização da ordem e da tradição; o militarismo e a defesa da segurança nacional; o elogio da nobreza e do heroísmo; e, no que mais cabe ressaltar nesta investigação, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, para ficar nesses exemplos. O que a nova direita exerce é uma intensificação desse processo, utilizando-o como modo de governamento e principal aposta de fixação de seu ideário (FERDNANDO INOCÊNCIO; GALETTI, 2021, p. 123).

Barroco (2015, p. 629) ainda chama atenção para o fato de que essa moralização característica do neoconservadorismo tem sido utilizada na atualidade como uma ferramenta *punitiva*, não focando mais de forma preponderante apenas no ajustamento dos indivíduos, e como isso serve a interesses de natureza política e econômica tanto das elites nacionais quanto das internacionais. Sua utilidade favorece não só o objetivo destas de controle social, como

> participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrante para o capital, disciplinado a força de trabalho para o mercado informal [...] e aplacando a ira insana das forças neoconservadoras e reacionárias (idem).

Na América Latina, as crises políticas que afetam os países do continente estão diretamente ligadas à *dialética da dependência*. Esses países foram cruciais no processo de constituição e expansão mundial da economia capitalista em virtude da exploração de seus recursos (como os metais preciosos) para o desenvolvimento da grande indústria moderna, da oferta de alimentos criada pelos mesmos, e, sobretudo, da sua contribuição para "que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador" (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 138) – processo este que resulta na maior exploração do trabalhador no crescimento da produção

---

desse período na conjuntura brasileira, sugerimos o livro *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. Fernandes, Sabrina. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

nesse território. Dessa forma, a desvalorização dessa força de trabalho é fundamental para a obtenção da taxa de lucro que os países de capitalismo central obtêm em cima desse movimento para a sua acumulação de capital.

A superexploração do trabalho e a exploração dos recursos naturais são, portanto, elementos históricos nos processos estruturais da América Latina e, ainda hoje, influenciam no cenário dos países que a constituem. Isso porque a dinâmica imperialista[26] leva os países de capitalismo central, em especial o Estados Unidos, à interferir na política latinoamericana para manipular suas condições socioeconômicas com o intuito de manter a reprodução da natureza da dependência[27].

Na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro utilizou seu pronunciamento para exaltar, mais uma vez, a ditadura militar e dessa vez também um coronel torturador ao dizer "*Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff"*. Não tendo recebido nada além de condenações leves ao longo de sua trajetória política quando proferia ataques à democracia, ele ampliou "sua base de apoio para além do eleitorado militar, em direção a setores reacionários mais amplos da sociedade" (MATTOS, 2020, p. 170). Desde então, ocupou lugar de destaque na nova direita.

Em 2018, Bolsonaro foi eleito presidente da República e instalou um governo marcado pela maior presença de militares nomeados pela figura do presidente e de seus ministros para cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão desde a ditadura militar, com o adendo de que "mesmo na maioria dos governos daquele período" não teve uma quantidade significativa como essa (MATTOS, 2020, p. 205). Análises sobre seu primeiro ano de governo desenham sua composição e frisa quais grupos o constitui, como o eixo militar

> presente do primeiro ao quarto escalões dos ministérios, secretarias, autarquias e fundações federais. A ele se soma um núcleo dito "ideológico" (como se os demais fossem "técnicos"), fortemente influenciado por Olavo de carvalho, de um lado, e pelo fundamentalismo evangélico, de outro, que teria ocupado os postos de comando nos ministérios das Relações Exteriores, da Família e da Educação. O terceiro núcleo é o dos economistas ultraliberais, comandados por Paulo Guedes (MATTOS, 2020, p. 204).

---

[26] Para aprofundamento: a) Imperialismo: estágio superior do capitalismo - Lênin; b) O Novo imperialismo - David Harvey; c) O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história - Virginia Fontes.

[27] Além da ditaduras militares que foram instaladas na América Latina antes dos anos 2000, como a do Brasil citada anteriormente, a do Chile de 1973 e da Argentina de 1976, também podemos mencionar os seguintes momentos históricos listados por Paiva e Tavares (2020): tentativa de golpe na Venezuela em 2001; intervenção no Haiti em 2004, em Honduras no ano de 2009, no Paraguai em 2012, no Brasil em 2016 e na Bolívia em 2019.

Por dentro do próprio aparelho do Estado e sob os ditames da democracia liberal, mesmo a atacando constantemente, o então presidente adotou uma política de morte condizente com seus discursos violentos e propostas antigas[28]. Na pandemia da COVID-19, declarada como tal pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, a condução da crise sanitária por parte do governo federal foi marcada pelos ataques à ciência e sua posição negacionista presente tanto nos discursos de Bolsonaro quanto nas medidas tomadas – ou, melhor dizendo, na ausência delas. O ano de 2020 terminou com 194.949 óbitos registrados, e, em 2021, o total de mortes foi de 412.880. Em janeiro de 2023, o total de mortes decorrentes do coronavírus ultrapassou 696 mil.

Além de falas como "E daí, quer que eu faça o quê? Não sou coveiro" em que minimizou as mortes decorrentes do vírus, Bolsonaro desestimulou medidas de controle e prevenção recomendadas pela comunidade científica e pela OMS, defendendo apenas o uso de remédios ineficazes, e recusou ofertas de laboratórios que permitiriam a vacinação em massa, não priorizando, assim, a compra de vacinas. A escolha, portanto, foi apostar na "imunidade de rebanho". Doutorando em História pela UFRGS, Erick Kayser diz que a aceitação do fato de que um número incontável de pessoas seriam mortas até o país supostamente atingir tal imunidade representa a crença na descartabilidade de tais vidas e evidencia o projeto de necropolítica adotado pelo governo[29].

Em abril de 2021, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia para investigar possíveis omissões e irregularidades por parte do governo federal durante a pandemia do coronavírus no Brasil. Na leitura do texto final da comissão, que ocorreu em outubro do mesmo ano, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) mencionou que "se medidas

---

[28] Em sua carreira política, com mais de 30 anos inserido na política institucional, Bolsonaro defendeu várias vezes medidas de controle populacional. Em 2010, proferiu a seguinte frase em discurso na Câmara Federal em defesa de uma proposta de "controle de natalidade" apresentada por ele oito anos antes: "Uma das grandes causas da fome, da miséria e da violência é o crescimento populacional exagerado. [...] Temos que colocar um ponto final nisso se quisermos produzir felicidade em nosso país". Na mesma ocasião, na defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 584 e seu intuito de impulsionar a esterilização de pessoas de baixa renda, o então deputado federal disse que "[Devem ser esterilizadas] Para que não fiquem apenas, cada vez mais, colocando no mundo gente que, infelizmente, em sua grande maioria, não servirão para o futuro do nosso país". Em post no Facebook sobre a PEC em questão, Bolsonaro afirma que "Quanto maior o número de pobres, e com baixa instrução, maior o número de eleitores do PT. <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246/437731766375815/?type=3>.

[29] Ver a análise do pesquisador e explicação do termo "necropolítica", elaborado pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe para explicar que "a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer", na reportagem de Daniel Giovanaz, "Política de morte adotada na pandemia dialoga com velhas propostas de Jair Bolsonaro", *Brasil de Fato*, 18 mar. 2021, em <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/18/politica-de-morte-adotada-na-pandemia-dialoga-com-velhas-propostas-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 25 jan. 2023.

não farmacológicas tivessem sido aplicadas de forma sistemática no país, poderiam ter reduzido os níveis de transmissão da COVID-19 em cerca de 40%, o que significa que 120.000 vidas poderiam ter sido salvas até o final de março de 2021″[30] – ano mais letal da pandemia.

Nesse cenário pandêmico, as desigualdades sociais se intensificaram. O relatório da Oxfam divulgado em julho de 2021 informou que, do início da crise sanitária até aquele momento, o percentual da população que vive na extrema pobreza quase triplicou no território brasileiro, passando de 4,5% para 12,8%[31]. Em dezembro de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que em 2021 mais de 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver com R$ 486 mensais per capita em comparação com o ano anterior. Ou seja, houve um aumento de 22,7% no número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. No mesmo período, o número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza aumentou 48,2%[32].

Em 8 de junho de 2022, foi divulgado o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) que revela que, nesse mesmo ano, 33,1 milhões de pessoas não tinha o que comer[33] – o número total de pessoas no final de 2020 era de 19,1 milhões. A pesquisa aponta que 58,7% da população brasileira, isto é, mais da metade da população, convive com a insegurança alimentar em algum tipo de condição – seja ela leve, moderada ou grave[34].

---

[30] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-21/o-perverso-ecossistema-que-viabilizou-a-politica-de-morte-de-bolsonaro-na-pandemia.html>. Acesso em: 25 jan. 2023.

[31] Disponível em <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica/>. Acesso em 25 jan. 2023.

[32] Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/02/extrema-pobreza-cresce-quase-50-e-atinge-17-9-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge>. Acesso em: 25 jan. 2023.

[33] Disponível em <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

[34]Segundo Caroline Oliveira e Pedro Stropasolas, "a primeira se caracteriza pela 'preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro' e pela 'qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos'. A insegurança alimentar moderada é definida pela 'redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos'. Por fim, a forma grave da insegurança alimentar se caracteriza pela fome e pela ausência de alimentação por 'falta de dinheiro para comprar alimentos' ou por 'fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer'. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/ao-deus-dara-com-bolsonaro-brasileiros-passam-fome-e-dependem-de-doacoes-para-comer>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Esse aumento decorre do desmonte de políticas públicas, e o aprofundamento das desigualdades sociais no segundo ano da pandemia da COVID-19, fatores que influenciaram diretamente o quadro descrito na pesquisa. De acordo com Ana Maria Segall, pesquisadora e médica epidemiologista da Rede PENSSAN, "a pandemia surge neste contexto de aumento da pobreza e da miséria, e traz ainda mais desamparo e sofrimento. Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade social e da fome no nosso país"[35].

Ao passo que o Bolsonaro alega que a "fome no Brasil, fome pra valer, não existe da forma como é falado", e que "se a gente for em qualquer padaria, aqui, não tem ninguém ali pedindo pra você comprar um pão pra ele"[36], famílias são vistas recolhendo restos de comida em um caminhão de coleta de lixo[37] e na fila de ossos e restos de carne rejeitados pelos supermercados[38]. No que tange ao perfil da fome no país, as casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% (número relativo ao I Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, de 2020) para 19,3%; e 65% dos lares comandados por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas convivem com algum nível de restrição alimentar.

Vale ressaltar também que, nos núcleos familiares com crianças menores de 10 anos, a fome dobrou, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Nos lares com presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade na composição do grupo familiar, a fome atingiu 25,7% dos lares. A situação se modifica nos domicílios com apenas moradores adultos, onde a segurança alimentar chegou a 47,4%. Já a proporção de crianças com até 6 anos vivendo abaixo da linha da pobreza cresceu de 36,1%, em 2020, para 44,7% em 2021, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), do IBGE.

Como efeito, de acordo com o Instituto Desiderata, o quadro de desnutrição infantil voltou a subir, tendo mais de 700 mil brasileiros de 0 a 5 anos nessa situação. A vice-presidente do Conselho de Segurança Alimentar do Paraná (Consea- PR), Maria Isabel Correa, lembra que a Bolsonaro "eliminou o Consea nacional. A partir daí, começou a

---

[35] Conferir nota de rodapé 26.

[36] Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-duvidar-dos-33-milhoes-de-famintos-e-diz-que-nao-ha-fome-pra-valer-no-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

[37] Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/pessoas-procuram-restos-de-alimentos-em-caminhao-de-lixo-no-rio.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2023.

[38] Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216735.html>. Acesso em: 24 jan. 2023.

desestruturação das políticas públicas inclusivas. Uma delas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, que, na gestão dele (Bolsonaro), não teve reajuste. O PNAE é muito mais que oferecer alimentos, é alimentação saudável. E há um número significativo de crianças que só comem na escola”[39].

Apesar de ter sido eleito com o uso de *slogans* de origem nazifascista como “Brasil acima de tudo” e “Deus, pátria, família e liberdade" (MATTOS, 2020), a gestão de Bolsonaro comprovou seu caráter excludente e sem preocupação alguma com as crianças, grupo que foi utilizado em seus discursos sob a suposta necessidade de defender e proteger a família. Ferdnando Inocêncio e Galetti (2021, p. 126) explicam que

> o núcleo familiar tornou-se uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizam com os ideais neoconservadores. Nessa lógica, a família funciona como rede de proteção, um reservatório de disciplina uma estrutura de autoridade, e, por isso, se constrói em oposição aos excessos da democracia e das minorias, o que culmina no fato de que um dos focos do neoconservadorismo é o ataque a posições que façam alusão à justiça social (BROWN, 2019).

Nesse contexto, importa somente a família branca heteronormativa sob o signo de “família tradicional brasileira” – o que, por si só, é contraditório tendo em vista a formação social brasileira e o perfil da maior parte da população, na qual pretos e pardos (negros) representam 56,1%. Essa defesa conservadora da família tradicional brasileira é, portanto, racista. O caráter racista fica explícito não só nos ataques verbais que perpassam a comunicação de Bolsonaro e membros da sua equipe contra a população negra e os povos indígenas, como também em episódios simbólicos e em políticas do governo[40].

Ademais, a gestão ignorou durante todo o período de governo pedidos de ajuda feitos por comunidades indígenas na Terra Yanomami, no estado de Roraima. Os pedidos de ajuda partiram da situação que os povos originários desse território enfrentam por efeito da invasão decorrente do avanço do garimpo ilegal – este, apoiado por Bolsonaro que ainda na sua campanha em 2017 falou: “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola” porque “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela.

---

[39] Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2022/10/28/desnutricao-infantil-atraso-escolar-sem-vacinas-vida-piorou-para-criancas-com-bolsonaro.>. Acesso em: 24 jan. 2023.

[40] A exemplo disso temos o caso em que o ex-secretário da Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, reproduziu estética nazista e discurso do ministro da Propaganda de Hitler em um pronunciamento no ano de 2020; e o pedido de Damares, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acatado por Bolsonaro e derrubado pelo Congresso Nacional, para vetar, em plena pandemia, o projeto de lei que previa medidas de proteção para comunidades indígenas, o que impossibilitaria o fornecimento de materiais informativos sobre a doença, leitos de UTI, materiais de limpeza e higiene pessoal, água potável, e ventiladores pulmonares.

Temos que mudar isso daí"; e que, já em seu governo, disse que "não é justo, hoje, querer criminalizar o garimpeiro no Brasil"[41].

A falta de ajuda de saúde, também causada pelo descaso do poder público[42], ocasionou 570 mortes de crianças em quatro anos. Em 2022, no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami foram registrados mais de 11 mil casos de malária, sendo que tem cerca de 30 mil habitantes em todo o território yanomami. Ou seja, mesmo representando 0,013% da população brasileira, as comunidades pertencentes a essa etnia concentram 9,3% do total de casos de malária observados no país, segundo dados do Sivep-Malária (Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Malária) [43].

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) diversas vezes em seus pronunciamentos, como em um discurso em março de 2022 em que chamou os ministros da Corte de "inimigos". Essa postura inflama sua base, que, por sua vez, se manifesta de forma violenta – como no ataque em 13/06/2020 ao prédio do STF no qual um grupo de apoiadores do presidente lançaram fogos de artifícios e estavam caracterizados com tochas, túnicas e máscaras brancas semelhantes ao grupo supremacista branco norte-americano *Klu Klux Klan*. Além desse episódio, nos atos que ocorrem em defesa de Bolsonaro, é recorrente cartazes com ataques antidemocráticos como os que diziam "STF o câncer do Brasil" e "Pelas ações do: Congresso, Senado, Câmara, STF, políticos em geral, somente o AI-5" nos atos que a base bolsonarista realizou no dia 7 de setembro de 2021.

Para além desses ataques, a postura do representante da extrema-direita no Brasil refletiu, consequentemente, na corrida eleitoral de 2022. A disputa presidencial em que Bolsonaro e Lula lideraram como principais opções para a população foi marcada pela

---

[41] Como consequência da presença de garimpeiros nas terras indígenas demarcadas, os Yanomami sofrem com a contaminação de mercúrio que polui a água consumida pelas comunidades, e com a violência dos garimpeiros que assediam os indígenas e constroem estratégias de cercamento deste povo como ataque as unidades de saúde existentes. Esse cenário não somente leva a crise sanitária que assola o povo em questão, como também agrava suas repercussões uma vez que dificulta o atendimento para tratamento de doenças como malária, pneumonia, verminose, e quadro de desnutrição severa.

[42] Junior Hekurari, líder indígena presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami, relatou que, nos quatro anos de gestão Bolsonaro, 120 comunidades ficaram sem atendimento de saúde mas que houve descaso diante dos mais de 60 pedidos de auxílio para o governo quando realizada as denúncias da situação de crise de saúde no território.

[43] Tal situação foi reconhecida como emergência de saúde pública apenas em janeiro de 2023, e ganhou mais visibilidade com a visita do recém-assumido chefe de Estado, Luiz Inácio Lula da Silva e de vários ministros da sua administração. O atual presidente chamou atenção para a gravidade do quadro ao colocar o contexto de doenças, fome e mortes evitáveis nas seguintes palavras: "mais que uma crise humanitária, o que vi em Roraima foi um genocídio". O Instituto Brasil-Israel comparou o episódio ao Holocausto, afirmando a semelhança da situação dos yanomami à dos judeus que foram vítimas do genocídio cometido pelo regime nazista alemão na primeira metade do século XX.

intensificação da violência política, com 15 assassinatos e 23 tentativas de homicídio desde o início da campanha. Conforme o levantamento da Agência Pública, cinco mortes aconteceram no dia do segundo turno[44] que resultou na vitória eleitoral de Lula com 50,83% dos votos válidos.

Uma semana após a solenidade de posse de Luiz Inácio Lula da Silva como 39º presidente do Brasil, que ocorreu em 1º de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília que é sede do poder Executivo (Palácio do Planalto), do poder Legislativo (Congresso Nacional) e do poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal) sob a alegação de fraude eleitoral. O ato antidemocrático do dia 8 de janeiro, marcado pela depredação do patrimônio público nacional em prol de valores golpistas, reafirma a conceituação de Freixo e Pinheiro-Machado (2019, p. 19) do bolsonarismo "como um fenômeno político que transcende a própria figura de Bolsonaro".

No Serviço Social, o neoconservadorismo presente na conjuntura reverbera de uma forma que atualiza o que é esperado do profissional dessa área: uma postura que visa a *restauração* da ordem social e da lei ao enfrentar as expressões da "questão social" em conjunto com o *moralismo* punitivista que exige da profissão um posicionamento *contrário* às atribuições legais do Serviço Social e ao Código de Ética Profissional na execução das tarefas no cotidiano profissional (BARROCO, 2015, p. 634).

Além disso, o pensamento conservador no âmbito da profissão pode se apresentar de outras formas como em sua versão modernizadora caracterizada pelo tecnicismo – algo que é acompanhado por uma posição anti-intelectual que se coloca contra o desenvolvimento de uma posição e produção de conhecimento progressista proveniente do caldo cultural da renovação profissional, e se apresenta de forma pragmática por contestar a existência da dimensão política da profissão (MOTA; RODRIGUES, 2020).

As característica conservadoras e reacionárias presentes na sociedade se mostram nas relações de trabalho em que assistentes sociais se inserem e atuam, mas, justamente por estarem na estrutura social, não podem ser eliminadas de forma plena através do enfrentamento no âmbito do Serviço Social. Apesar dessa limitação posta pela origem das raízes do conservadorismo, Barroco (2015, p. 634) coloca que

---

[44] Para conferir o levantamento sobre ataques presenciais contra eleitores, candidatos, jornalistas e trabalhadores de institutos de pesquisa, acessar a matéria "As marcas da violência que atravessou a eleição de 2022, Nexo Jornal, 4 nov. 2022, em <https://www.nexojornal.com.br/externo/2022/11/04/As-marcas-da-viol%C3%AAncia-que-atravessou-a-elei%C3%A7%C3%A3o-de-2022>. Acesso em: 26 jan. 2023.

> profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Essas ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas.

É pensando na necessidade de enfrentamento dessa vertente ídeo-político-cultural que se espraia na sociedade brasileira que seguimos para o Capítulo 2 com o intuito de identificar as suas repercussões no Serviço Social, de que maneira este passa a ser visto pela sociedade civil e pelo Estado. E, para compreender como construir formas de atuação emancipatória, é preciso reconhecer como os assistentes sociais apreendem o significado social da profissão e suas possibilidades diante das demandas e limites institucionais.

CAPÍTULO 2. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PARTICULARIDADES E TRANSFORMAÇÕES DA IMAGEM E AUTOIMAGEM DO PROFISSIONAL

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia
Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria
Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia
Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia
Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia.

(Samba da Utopia)

O objetivo deste capítulo é recuperar a trajetória histórica do Serviço Social na contemporaneidade a fim de identificar seus avanços e limites diante da conjuntura neoconservadora. Busca, também, analisar a percepção de assistentes sociais acerca da imagem do Serviço Social com o desejo de identificar a relação com o projeto ético-político ou com as novas tendências profissionais. Assim, está estruturado em três subtópicos: 2.1) A relação entre o projeto reformista-conservador e a Imagem Social da profissão; 2.2) A contestação do tradicionalismo e seus desdobramentos; e 2.3) Renovação da autoimagem profissional: o Projeto Ético-Político e o conservadorismo na atualidade.

Para falar sobre o Serviço Social e sua origem, a fim de retomar seu entrelaçamento com o pensamento conservador, faz-se necessário traçar o movimento de expansão do capitalismo para abordar as transformações societárias acarretadas por ela. É a partir das mudanças na estrutura social que surgem novas demandas para a dinâmica da produção e reprodução entre as classes sociais que a dividem e, por conseguinte, entre as profissões. E, com as novas demandas, surgem novos meios de responder às necessidades de acordo com os objetivos estabelecidos pela classe dominante que, no capitalismo, é a burguesia.

2.1. A relação entre o projeto reformista-conservador e a Imagem Social da profissão

É no capitalismo industrial que surge o Serviço Social, que, como profissão "buscou afirmar-se historicamente – sua própria trajetória o revela – como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir" (MARTINELLI, 2011, p. 66). Seu próprio nome já expressa a inserção da prática da assistência racionalizada dentro da esfera de prestação de serviços, sendo as agentes executoras dessa prática social utilizada como estratégia de controle entre as demandas do capital e do trabalho denominadas assistentes sociais (idem).

No Brasil, o Serviço Social é originado no cenário de alterações nas dimensões econômico, político e social do quadro nacional no início dos anos 1930. Essas alterações decorreram da transição da centralidade das atividades agrárias e de exportação para as industriais no processo de acumulação capitalista nesse território, que suscitou o desenvolvimento do mercado de trabalho. Além disso, com a vinculação da economia ao mercado mundial e o avanço do movimento operário, a burguesia necessitava de meios para promover o controle social tendo em vista que a repressão policial se mostrava ineficaz para conter a organização da classe trabalhadora – que teve um notável amadurecimento político entre 1917 e 1921 (MARTINELLI, 2011, p. 122).

Para desmobilizar a organização do proletariado, a nascente burguesia uniu-se à Igreja Católica e ao Estado para introduzir o Serviço Social em solo brasileiro a partir das referências adquiridas do Serviço Social europeu para construir métodos orientados pela força disciplinadora. Como fruto dessa aliança, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) foi criado em 1932 para realizar a qualificação das agentes da prática social, marcando a trajetória do Serviço Social ao organizar a primeira iniciativa na área, que:

> [...] Sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista (MARTINELLI, 2011, p. 123).

Os núcleos pioneiros absorveram, assim, algumas características do Serviço Social europeu em sua atuação, como "o autoritarismo, o paternalismo, o doutrinarismo e a ausência de base técnica" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 228), porém, possuíam especificidades demarcadas por

> tratar-se fundamentalmente de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais; constituir-se a partir de moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade; ter como um ponto comum alguma forma de militância nos meios católicos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 228).

A origem de classe dos núcleos, em especial, inferiu no comportamento das pioneiras que, por sua base social e capital cultural decorrente da ideologia das classes dominantes, legitimava o paternalismo e a forma autoritária da intervenção através de sua suposta superioridade natural em relação às populações clientes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Assim, as profissionais "tendem a identificar sua prática profissional com traços altruístas e messiânicos" por não se identificarem como parte da classe trabalhadora (ORTIZ, 2010, p. 146).

Dada essa articulação entre Igreja, Estado e burguesia, e a conjuntura nacional do momento que o curso foi realizado – em que o medo da expressividade do movimento operário era acompanhado do receio de que este cenário se torna-se terreno fértil para a penetração de ideias comunistas no tecido social no contexto pós-guerra –, a essência do curso refletia a ideologia burguesa e seu projeto conservador.

Logo, o Serviço Social chega ao Brasil com um fundo ideológico em suas ações cuja função econômica se sobressai à função social devido sua utilidade para a expansão do capital amparada pelas práticas sociais de controle das camadas mais populares da sociedade para difundir a aceitação do modo de produção capitalista em larga escala.

Além disso, a Igreja Católica realizava o apostolado leigo através de seus grupos e associações, tendo o apoio do Estado e dos setores católicos da burguesia para ampliar e fortalecer o movimento católico leigo com o intuito de transpassar o núcleo familiar operário com a fé cristã e unificar a nação brasileira em torno do cristianismo – missão esta que era colocada como uma demanda imediata ao Serviço Social brasileiro ainda no seu contexto de emergência. Tal "ação cristianizadora do capitalismo" foi central na atuação profissional da área nas décadas de 1930 e 1940, e, por estarem "sempre prontos para oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante" (MARTINELLI, 2011, p. 127).

O enfrentamento da "questão social" e seus desdobramentos fundamentou-se em um projeto de caráter reformista-conservador, que está interligado não somente à emergência do Serviço Social no Brasil mas também ao seu processo de institucionalização. A profissão se

inseriu na divisão sócio-técnica do trabalho no contexto do Estado Novo[45], que, com sua política corporativista e legalista, constituiu um "conjunto de serviços e políticas sociais e [de] um aparato institucional socioassistencial para operacioná-los, sobretudo na década de 40 [...]" (ORTIZ, 2010, p. 88). E, ao fim de tal década, o Estado já se colocava como o maior empregador da categoria profissional que passava a ser influenciada a partir de então pelo Serviço Social norte-americano.

Vale dizer que, conforme ocorre a institucionalização do Serviço Social no país, a consolidação da profissionalidade suscita uma alteração no perfil da categoria. Se antes era caracterizado como "um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 229), o Serviço Social tem a inserção de outros segmentos sociais nas suas fileiras com o alargamento destas a datar da expansão da base de recrutamento de estudantes e futuras agentes profissionais. Ou seja, "de instâncias de preparação de moças da sociedade, com determinado capital cultural e formação familiar [...], as escolas passam a instâncias de seleção e formação de quadros subalternos" (IAMAMOTO; CARVALHO; 2014, p. 232).

Apesar de ser incorporado, em grande parte pelo Estado, no mundo do trabalho, o Serviço Social e sua atuação é associada de forma direta à *ideologia do favor* que permeia a maneira como a "questão social" e suas expressões são tratadas no contexto brasileiro. Compreende-se que o enfrentamento "pode ser feito por qualquer um que tenha boa vontade, seja paciente e/ou saiba ouvir" (ORTIZ, 2010, p. 146), conferindo, então, a assistente social, a particularidade de sua *imagem social* nessa perspectiva de que sua atividade profissional é fundamentada na *vocação* – o que afeta a autorrepresentação desta profissional por haver a dificuldade de assimilar sua condição de assalariado no mercado de trabalho.

Esse aspecto se relaciona à suposta "ausência de especificidade" que remete a falta de entendimento de todas as partes sobre o que realmente consiste o fazer profissional de assistente social.

De um lado, encontra-se o empregador, como "proprietário" da força de trabalho do profissional, que estabelece limites à autonomia deste – a partir de sua escolha, de acordo com seus objetivos, de incorporação ou não das propostas de intervenção apresentadas, e do seu poder sobre as relações e condições de trabalho estabelecidas – e que, por vezes, ainda o

[45] Intitulado como Estado Novo, o período que compreende a ditadura instaurada por Getúlio Vargas no Brasil em 10 de novembro de 1937 teve duração até 29 de outubro de 1945. Apesar de sua forma autoritária, a ditadura varguista foi transpassada por um discurso social que visava construir uma imagem paternalista do Estado através do aspecto populista ao buscar a conciliação dos interesses das diferentes classes sociais.

concebe como "a 'moça boazinha', a 'face humana' do hospital, da previdência, da empresa, da fala mansa, que possui 'escuta qualificada' e que coage sem demonstrar" (ORTIZ, 2010, p. 139).

Do outro, encontra-se o usuário que, quando não apreende a assistente social desde características que giram em torno da "distribuição de auxílios" e do aconselhamento que parte da "função socioeducativa" que se espera de assistente social, interpreta a profissional e sua prática social levando em conta uma imagem social da profissão "pautada na coerção, no intrometimento de suas vidas, ou seja, assentada a partir de experiências pessoais ou conhecidas acerca da ação técnica desenvolvida por aqueles" (ORTIZ, 2010, p. 136).

E, em meio a isso, encontra-se a assistente social que, ocasionalmente, pode não identificar o real significado do Serviço Social e a funcionalidade da sua ação profissional para o processo de acumulação capitalista. Essa despolitização em torno da intervenção profissional é um desdobramento do "fato de que as políticas sociais do Estado de corte burguês, [são] tomadas do ponto de vista técnico-burocrático, por um lado; e de outro, como 'favor' [...]" (ORTIZ, 2010, p. 147).

Tal questão implica na dificuldade de assistente social de especificar suas atribuições profissionais, algo que acarreta sua subalternidade no contexto institucional. Todavia, quando se consegue falar sobre o Serviço Social, a profissional remete ao seu agir e não a natureza da profissão – algo que rebate diretamente na percepção sobre a relação teoria e prática, e o papel atribuído a primeira no processo interventivo no cotidiano. Por isso, nessa dinâmica, "a teoria aparece como algo secundário, fazendo aparecer também a dificuldade em se conceber a relação teoria/prática como ineliminíveis. Há que se enfatizar ainda a influência do pragmatismo e da teoria reduzida a um método de intervenção" (ATAIDES, 2019, p. 31).

Dessa forma, podemos dizer que, para além da condução das práticas profissionais baseada no projeto reformista-conservador e suas demandas no processo de institucionalização da profissão, a vinculação do Serviço Social tradicional[46] com esse projeto "engendrou as bases necessárias para a constituição de uma definida imagem social, na

[46] De acordo com Netto (apud ORTIZ, 2010, p. 156), "Serviço Social 'clássico' denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social [Mary Richmond é o exemplo mais crítico]. Por Serviço Social 'tradicional' deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente, há um nexo essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teologia consiste na correção – numa ótica claramente funcionalista – de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção [aberta ou velada] idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável".

medida em que tal processo exigiu a formatação de um determinado perfil e ethos profissional capaz de responder às requisições sócio-históricas desse projeto" (ORTIZ, 2010, p. 88). Isto significa que

> [...] a incidência do arcabouço ideológico-cultural, advindo do pensamento conservador, sobre o modo de pensar e agir do profissional, tendeu a ratificar neste uma determinada imagem, que, embora não condizente com a sua então condição de profissional assalariado, é compatível com a maneira como as refrações da "questão social" são tratadas no capitalismo monopolista, quer seja, pela via do voluntarismo, da benevolência, do cuidado, da concessão, do favor e da ajuda. Tais traços, que permeiam o enfrentamento das expressões da "questão social" na ordem burguesa, especialmente no Brasil, comparecem como elementos flagrantes e constituintes de uma determinada imagem social desta profissão face aos seus empregadores, usuários e a si mesma (ORTIZ, 2010, p. 120).

Assim dizendo, ao passo que o Serviço Social é identificado como *evolução da caridade* e se insere na divisão sócio-técnica do trabalho para amenizar os conflitos advindos das reivindicações da classe trabalhadora frente aos problemas sociais, sua imagem socialmente construída se define como um perfil *voluntarista* constituído de elementos como "a subalternidade; a exigência de respostas imediatas e geralmente limitadas ao nível da aparência da situação demandada; o primado dos valores morais do agente profissional sobre sua 'especialização' técnica e a consequente desqualificação da teoria" (ORTIZ, 2010, p. 142).

As questões apresentadas no presente tópico que marcam a profissão na sua origem tem como solo as determinações já apresentadas por nós ao longo do capítulo 1 (principalmente tópicos 1.1 e 1.2), que asseguraram essa base conservadora na profissão, sendo o eixo central das determinações a preservação do moralismo como meio de reafirmar as instituições fundamentadas na autoridade para reproduzir a tradição e garantir a manutenção do sistema capitalista e dos valores que orientam as relações sociais que o compõe.

Por apreender princípios como a liberdade individual, os direitos do homem, a soberania popular e a igualdade como abstrações, o conservadorismo – construído como uma reação à revolução burguesa e alinhado, a princípio, às ideias do Antigo Regime e aos interesses da aristocracia feudal, em sua gênese, posicionou-se contra a Modernidade ao expressar uma perspectiva restauracionista que logo tornou-se antissocialista após 1848. Isto significa que, com a alteração de seus traços, essa vertente ídeo-político-cultural passou a defender a ordem instaurada pela burguesia, que se converteu em classe dominante no modo de produção capitalista.

A preservação do moralismo como atributo do pensamento conservador, portanto, está diretamente ligada à naturalização das relações sociais e de fatores que constituem sua estrutura, como a desigualdade social e a divisão de classes. Assim, a funcionalidade sociopolítica de tal pensamento é garantir a ordem social e sua reprodução – determinação intrínseca à origem do Serviço Social, que surge como ferramenta de controle social da classe trabalhadora.

2.2. A contestação do conservadorismo e seus desdobramentos

O Serviço Social, denominado tradicional, de caráter moralizador, doutrinário e de traços antimodernos, teve predominância até os anos 1960 e "sugeria uma homogeneidade nas suas posições práticas" (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 202). A homogeneidade que os traços característicos da origem da profissão tinha se dissolveu no processo de renovação no qual buscou-se romper com o tradicionalismo ainda sob a vigência da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Nesse período, para o Serviço Social,

> alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais [donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional]; a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada [bem como os padrões da sua organização como categoria]; e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis [assim como as suas auto-representações] (NETTO, 1994, p. 115).

Netto (1994) pontua que a renovação não se reduz às forças da ditadura, mas que sua dinâmica e crise são indispensáveis na gestação e desenvolvimento de seus múltiplos condicionantes. Apesar da autocracia burguesa ter preservado "os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil" (idem, p. 118), ela ampliou a demanda de assistentes sociais ao consolidar o mercado nacional de trabalho da categoria e modificou o perfil profissional ao reformular as estruturas dos espaços que ela se inseria.

Quer dizer, para além da expansão das entidades empregadoras no contexto de agravamento das expressões da "questão social" decorrente do processo de industrialização pesada, e as novas formas de atuação especializadas no que tange às políticas sociais setoriais em estruturas mais complexas e atravessadas por "interconexões múltiplas e polifacetadas", o Estado autocrático requisitou um perfil "moderno" de assistente social que se adequasse à

racionalidade burocrática-administrativa nos influxos do cotidiano, necessitando de "organicidade e transparência" (NETTO, 1994, p. 123) de uma forma que isso não "alterasse os fundamentos ético-políticos e filosóficos, pautados [...] em larga medida, no Positivismo, no ideário neotomista e nos valores da Doutrina Social da Igreja" (ORTIZ, 2010, p. 157)[47].

Esse novo requisito ocasionou a refuncionalização da formação de assistentes sociais para produzir o novo perfil profissional capaz de substituir os traços "tradicionais" por procedimentos "racionais", mesmo que apenas dando uma outra forma ao conservadorismo e fazendo a manutenção deste de acordo com os interesses da autocracia burguesa. Para tornar a formação "apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evolver do ensino do Serviço Social no Brasil" (NETTO, 1994, p. 124), as novas condições que acompanharam a incorporação do ensino de Serviço Social nas universidades propiciaram a concepção de uma massa crítica em seu interior, a partir do recrutamento de uma massa diversificada de novos docentes.

O processo de Renovação, que ocorre no quadro do Movimento de Reconceituação[48], possui, dessa maneira, uma grande dimensão na história em que se inscreve o Serviço Social brasileiro, pois forneceu à profissão as condições ideoculturais e sócio-históricas necessárias para a realização de alterações substanciais em seu âmago[49]. Em suma,

> [...] respondendo à conjuntura da crise da ditadura civil-militar instaurada em 1964 e ao processo de democratização que o Brasil experimentou entre o fim dos anos 1970 e meados dos anos 1980, o Serviço Social viveu uma extraordinária efervescência. O universo profissional passou por um notável aggiornamento: o monopólio exercido por décadas pelo conservadorismo foi amplamente vulnerabilizado, criticou-se com frontalidade a falsa e puramente formal assepsia ideológica exibida pela profissão, organismos profissionais foram redimensionados, expressivos segmentos da categoria profissional vincularam-se a movimentos sociais populares, instituições acadêmicas e profissionais passaram a dialogar e a interagir mais vivamente com setores progressistas do Serviço Social latino-americano, reformulou-se a grade curricular, consolidou-se a formação pós-graduada, as práticas profissionais se diversificaram, ganhou carta de cidadania na profissão o pluralismo político e

[47] Para um debate mais atualizado sobre essas tendências na profissão ver: FORTI, V. L; GUERRA, Y. D. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. 1. ed. Fortaleza, CE. Sociales Editora, 2020.

[48] Em síntese, "a Reconceituação questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional" (ORTIZ, 2010, p. 162).

[49] Cabe ressaltar aqui que os desdobramentos da interlocução do Serviço Social brasileiro com a Reconceituação possuem não somente continuidades com o debate desse movimento com a manutenção da crítica ao conservadorismo, como também se constroem a partir de rupturas. Isto é, apesar de continuar fundamentando sua interpretação da realidade e da profissão no pensamento marxista, busca-se romper com a incorporação do marxismo de forma vulgar e distante das obras marxianas que sustentam o rigor do método de análise dessa matriz – o que, de certa forma, recria as características conservadoras que o próprio processo almeja superar.

> teórico – e mais um sem número de processos e eventos que transformaram a face do Serviço Social no país (NETTO, 2016, pp. 62-3).

No que concerne a prática profissional nesse processo de redefinição da profissão,

> foi ocorrendo um desligamento da perspectiva modernizadora que, embasada em referências neopositivistas, caracterizou o Serviço Social nas décadas anteriores, desenhando-se um projeto de ruptura de compromisso com o poder burguês que marcou a profissão historicamente. Essa tendência de renovação do Serviço Social, chamada por José Paulo Netto (1991) de "intenção de ruptura", vai estabelecer a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, tanto no âmbito da formação profissional – âmbito acadêmico –, quanto em práticas profissionais interventivas (CARDOSO, 2016, pp. 154-55).

Esses inúmeros processos transformadores do Serviço Social que compuseram o processo de renovação tiveram, politicamente, "seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo" (TEIXEIRA; BRAZ, p. 12) – edição do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que ficou mais conhecido como "Congresso da Virada".

É nesse caldo cultural que surgem os embriões do enfrentamento dos traços tradicionais do Serviço Social e são construídos os caminhos de superação do seu conservadorismo histórico. No mesmo processo, ocorre também a renovação da autoimagem profissional visto que ele "tende a gerar, por conseguinte, uma autoimagem profissional caracterizada por elementos radicalmente diferentes" (ORTIZ, 2010, p. 170) conforme "nega a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa tão funcional à ordem burguesa" (idem). Surge, então, uma nova concepção do Serviço Social que empreende esforço para desvincular a prática profissional da concepção "da ajuda e/ou do cuidado" e a fundamentá-la na defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora.

2.3. Renovação da autoimagem profissional: o Projeto Ético-Político e o neoconservadorismo na atualidade

As práticas dos profissionais, assim como suas ideias, se associam a alguma direção social ao afirmarem valores e interesses sociais presentes na dinâmica societária. Tais práticas, também relacionadas às diretrizes profissionais, adquirem a condição de projeto profissional ao assumirem dimensões coletivas com a adesão massiva do corpo profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Isto posto, podemos dizer que:

> Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os

> requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95, apud TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7).

Dessa forma, ao se tornar expressivo entre assistentes sociais, o novo entendimento do significado social do Serviço Social construído pela renovação – sistematizado no avanço da produção de conhecimentos com alicerce na teoria social de Marx – desembocou em um projeto profissional que liga sua identidade coletiva a um projeto societário emancipador ao contrapor-se a um projeto societário conservador.

Dentre os eventos que compuseram o *aggiornamento* da profissão, temos o avanço da dimensão jurídico-política da profissão com o Código de Ética de 1986 que, apesar de não possuir teor prático-normativo, demarcou os compromissos assumidos na inversão ético-política da profissão dentro dos marcos legais posto o envolvimento do órgão de fiscalização do exercício profissional, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) – hoje nomeado CFESS. Essa tentativa de tradução do alinhamento com os compromissos da classe trabalhadora, que consumou a virada histórica ocasionada pelas vanguardas profissionais, foi reformulada na década de 1990 e resultou no Código de Ética de 1993. No mesmo ano, o avanço da dimensão jurídico-política da profissão também foi expresso na Lei de Regulamentação Profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Sobre os avanços que ocorreram no interior do Serviço Social brasileiro, Boschetti (2020, p. 23) aponta que eles se estruturam a partir da consolidação da nova imagem profissional e do Projeto pautado na "convicção na possibilidade de construção coletiva de uma sociedade emancipada". A autora pontua alguns avanços significativos ao longo das décadas, desde 1979 até 2018, organizando-os em períodos (1979-1989, 1989-1999, 1999-2009, 2009-2018) para uma melhor compreensão.

Para além da construção do PEP em mediações concretas nos Congressos de Assistentes Sociais (CBAS), no período de 1979 a 1989, a categoria profissional se fez presente

> em todas as lutas pelas liberdades democráticas, nas ruas pelas Diretas Já, nas Greves que sacudiram o país, nos movimentos contra a repressão, na defesa dos direitos sociais e da Seguridade Social na Constituinte (1987-1988), quando participamos no recolhimento das 15 milhões de assinaturas em 122 emendas populares que precisaram ser entregues ao Congresso num carrinho de rodas (BOSCHETTI, 2020, p. 24).

No período de 1989-1999 em que houve a introdução do neoliberalismo no Brasil, os três CBAS realizados na década em questão realizaram não somente a defesa da radicalização da democracia (recentemente restaurada após a ditadura empresarial-militar), das políticas sociais e dos direitos – que caracterizaram como "elementos fundamentais no atendimento às demandas sociais e à realização das atribuições e competências profissionais" (BOSCHETTI, 2020, p. 27), como também criticaram veementemente os governos neoliberais.

Em tal contexto, o Serviço Social, para além de se engajar às mobilizações e greves de grande expressão como forma de se aliar às pautas que compõe a luta da classe trabalhadora e reafirmar os princípios do PEP, "participou ativamente nos processos de regulamentação das Políticas de Saúde, da Assistência Social, do Estatuto da Criança e Adolescente" (BOSCHETTI, 2020, p. 26) e "formulou uma nova regulamentação da profissão com atualização do Código de Ética (Resolução CFESS) 273/1996 e da Lei de Regulamentação Profissional (Lei Federal 8662/1993)" (idem).

De 1999 a 2009, a categoria profissional conseguiu através da luta evitar que o Serviço Social fosse extinto no INSS e "assegurar o concurso público para 900 vagas em 2008" (BOSCHETTI, 2020, p. 29). Ao passo que isso acontecia na previdência social, a atuação profissional de assistentes sociais era ampliada tanto na área da assistência social quanto na da saúde e do sócio-jurídico em virtude do fortalecimento das políticas sociais no governo Lula. Além disso,

> o Serviço Social, ao longo dessa década, teve forte incidência na formulação e gestão da Política de Assistência Social, com a criação do SUAS e papel atuante nos Conselhos de Gestão e Controle Social das Políticas Sociais e Direitos Humanos e assumiu em seu cotidiano profissional uma intervenção pautada na defesa dos direitos da classe trabalhadora e mediação no atendimento às suas demandas e necessidades mais imediatas. A expansão profissional nas políticas sociais, contudo, ocorria na mesma medida em que aumentava a precarização na formação e no trabalho profissional (idem).

Em relação a precarização no âmbito da formação, convém ressaltar que:

> O Serviço Social se expande enormemente nessa década, como resultado da regulamentação da LDB e do novo redesenho no ensino superior provocado pelo Reuni, Prouni, EAD, Expansão do Enade. No final da década, em 2009, éramos 87.000 profissionais. Somente em um ano formamos o correspondente a 20% do que formamos em 40 anos (entre 1936 e 1976), e já éramos o segundo maior colégio de Assistentes Sociais do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (BOSCHETTI, 2020, p. 29).

Em resposta a esse cenário, que reflete como as mudanças societárias inferem na vida profissional, o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS lançaram a campanha "Educação não é

Fast Food"[50] após mapear a formação em Serviço Social à distância e o processo de expansão dessa modalidade de ensino do curso em questão no Brasil.

Já no período 2009-2018, marcado por processos de destruição dos direitos sociais, para além da luta contra o retrocesso e toda forma de expressão – seja pela participação em protestos e manifestações ou pelos eventos e materiais criados e promovidos pelas Organizações da categoria, a categoria profissional conquistou

> a jornada semanal de 30 horas sem redução salarial, resultado de intensa mobilização da categoria, da linda manifestação realizada em Brasília no contexto do X CBAS em 2010, do apoio político de parlamentares de partidos da esquerda, e de alguns ministros petistas, destacadamente do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BOSCHETTI, 2020, p. 32).

Em síntese, esse projeto profissional com pressuposto ético-político comprometido com valores éticos humano-genéricos, como a liberdade, a equidade e a justiça social, no entanto, encontra-se "fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 13) desde a sua consolidação, que converge com o avanço do neoliberalismo no Brasil[51]. Isto é, o neoconservadorismo profissional que repercute na categoria é fruto dessas circunstâncias marcadas pelas políticas neoliberais que ameaçam[52] o projeto em questão.

E, "diante do avanço do ideário neoliberal e do pensamento conservador na sociedade, é possível encontrar posicionamentos de assistentes sociais que sustentam a inviabilidade do PEPPSS[53]" (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 169). Apesar da hegemonia do projeto com influência da tradição marxista no discurso profissional, mantida pelas entidades que dão a direção intelectual e ético-política do campo do Serviço Social – CFESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), ele não possui homogeneidade. Logo, o conservadorismo nunca deixou de existir na arena profissional.

---

[50] Ver em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf>.

[51] Teixeira e Braz (2009, p. 14) ressaltam que, apesar do neoliberalismo impactar de forma negativa o Serviço Social, ele não é o único a fazer isto no contexto em questão. Além dele, e da pós-modernidade que é a base ideocultural da cultura que acredita na impossibilidade de superação do sistema capitalista, há um conjunto de estratégias econômicas, políticas e culturais utilizadas no quadro de crise do capital com o intuito de servir à "manutenção das taxas de lucros dos monopólios que, por meio de verdadeiras oligarquias financeiras e econômicas, controlam os rumos do modo de produção capitalista".

[52] A ameaça reside no fato dos desdobramentos das políticas neoliberais afetarem a classe trabalhadora de maneira nefasta, afetando, assim, tanto os usuários atendidos pela categoria profissional, quanto os próprios assistentes sociais. Pode-se dizer que a consolidação do projeto ético-político nesse enquadramento só foi possível por causa do conjunto de transformações que o Serviço Social passou na Renovação, e pelo robustecimento dos movimentos sociais e organização da classe trabalhadora no processo de redemocratização do país.

[53] Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social

No âmbito da formação profissional, por exemplo, a ampliação da oferta de cursos de Serviço Social no ensino a distância, introduzidos nessa modalidade de ensino em 2006, "tem provocado muitas problemáticas relativas a questões de ordem pedagógica, a dimensões políticas e de caráter teórico-metodológico" (DA SILVA, 2019, p. 138), dado a não consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS e o projeto hegemônico de formação do curso. Isso se deve a sua "funcionalidade de potencializar a disseminação de arranjos éticos e políticos que tendem a reiterar o senso comum e difundir ideologias orgânicas à reprodução social do modo de pensar das classes dominantes" (DA SILVA, 2019, p. 142).

Quer dizer, a participação do ensino a distância na conformação de projetos classistas ao fomentar a despolitização que desmobiliza possibilidades de disputas de hegemonia rebate na formação do Serviço Social no campo da compreensão do acúmulo cultural radicalmente crítico do projeto hegemônico advindo dos avanços da categoria no processo de renovação. Essa "reconfiguração teórico-cultural e ideológica da formação" (DA SILVA, 2019, p. 146) é explicitada nas formas de apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

As diretrizes curriculares da ABEPSS são ancoradas em três núcleos de fundamentação, sendo eles: "Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; [e] Núcleo de fundamentos do trabalho profissional" (TEIXEIRA, 2019, p. 76). Da Silva (2019, p. 143) aponta, entretanto, que, ao não se ter uma organização temática dos fundamentos assentada na direção de tais núcleos, a proposta pedagógica do EaD tende a fragilizar a dimensão teórico-metodológica e promover "uma fratura na unidade teoria e prática" ao centralizar o debate da intervenção profissional na formação – o que provoca tensões no contexto de disputas de concepções teórico-políticas no campo profissional interligadas as disputas de projetos societários. Nessa perspectiva,

> os conflitos e as tensões acerca das bases analíticas de apreensão da realidade social e das particularidades da profissão poderão desdobrar-se, particularmente no EaD, nas seguintes linhas tendenciais: 1) no redimensionamento da forma de acesso ao conhecimento acerca dos fundamentos teórico-práticos da profissão, haja vista um movimento de apostilamento e de hipertrofia de recursos midiáticos que ocorre na formação a distância; 2) na ausência de recurso à literatura clássica das teorias sociais, especialmente do marxismo como fonte teórico-política essencial para o entendimento da realidade social e das particularidades da profissão, bem como a possível recorrência a autores estranhos ao universo categorial marxiano e marxista; 3) na tendência ao metodologismo ou o privilégio do ensino da dimensão interventiva no eixo de fundamentos do trabalho profissional das diretrizes curriculares da Abepss; restringindo esse debate à questão dos instrumentos e técnicas na formação profissional, a partir de uma apropriação pragmática e tecnicista "do que fazer e do como fazer"; deslocando os fundamentos da dimensão

> técnico-operativo do vínculo com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas; e 4) no conservadorismo/ecletismo teórico: o processo de padronização do conteúdo teórico da formação tende a ser teóricos e políticos que assumem hegemonia na formação profissional em Serviço Social. A vala do ecletismo teórico e as expressões de conservadorismo podem assumir a tônica do conteúdo formativo, desenhado em apostilas, que sintetizam o material didático-pedagógico (DA SILVA, 2019, p. 145).

Para compreendermos a real proporção da ampliação do EaD no processo formativo de assistentes sociais, entremos no mérito quantitativo. "Atualmente [...] 60% da categoria profissional está sendo formada no EaD" (DA SILVA, 2019, p. 146), e

> do total de 451 cursos de Serviço Social em funcionamento no Brasil, 379 são ofertados no ensino privado e 72 no ensino público. O EaD representa 33 cursos, ofertados em sua integralidade no ensino privado. Do total de 153.548 matrículas para o curso de Serviço Social, 61% (92.781) ocorreram no EaD e 39% (60.767, sendo 17.747 no público e 43.015 no privado) no ensino presencial (INEP, 2018) (DA SILVA, 2019, p. 135).

Dado esse avanço do EaD e a consequente precarização da formação que não possibilita o desenvolvimento de fundamentos que confrontam o conservadorismo, desdobram-se desafios relacionados à concepção de uma autoimagem profissional coerente com o PEP, ou seja, renovada. Isso ocorre porque a formação em Serviço Social fundamentada nas diretrizes curriculares da Abepss busca construir um perfil profissional em que o trabalho de assistentes sociais esteja profundamente conectado aos princípios do Código de Ética e ao projeto que o orienta.

Sendo assim, um projeto educacional que não viabiliza a concepção de análises dos fenômenos históricos que incidem no trabalho profissional atravanca a efetivação dos compromissos emancipadores em sua integralidade visto que a atuação de assistentes sociais direcionada pelo PEP passa, necessariamente, pela construção de estratégias baseadas em análises críticas da realidade concreta para não reproduzir o padrão das práticas tradicionais – que é moralizador uma vez que responsabiliza os indivíduos pela sua condição, e desenvolve sua atuação voltada à um doutrinamento moral.

Silveira (2019) aponta que, mesmo o pensamento conservador possuindo uma influência pequena nos meios de legitimação da direção social do Serviço Social, elementos que naturalizam as desigualdades sociais são encontrados inclusive durante o período dos governos do PT (2003-2015) no qual os setores críticos adequaram seu suporte aos limites institucionais e à lógica da governabilidade no parlamento, que é conservadora.

Tal transformismo rebateu na profissão no campo do referencial teórico-político ao se incorporar ecleticamente categorias de análise como "vulnerabilidade social" para tratar das

políticas sociais que foram ampliadas de forma focalizada e alinhadas com organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e que colocaram requisições profissionais com uma configuração baseada no controle social da classe trabalhadora.

Para Silva (2019, p. 565), essa ampliação das "requisições de aligeiramento", junto a questões como a expansão das formas mais precarizadas da inserção profissional no mercado de trabalho e a tecnificação da formação na área que acompanha a expansão do curso na modalidade EaD a que aludimos anteriormente, são características da *encruzilhada* que se configura para o Serviço Social ao longo dos períodos presidenciais de Lula marcados pela presença acentuada do Serviço Social na elaboração de políticas sociais e pelo consequente crescimento da requisição da categoria profissional para executar as políticas em questão, em especial a política de assistência social.

É esse enredo que traz a tônica do desafio da profissão na primeira década dos anos 2000, que "gira em torno dos riscos reais de transformação da assistência social em fetiche, um 'mito' e de assimilar seus frágeis avanços como um avanço do próprio Serviço Social" (SILVA, 2019, p. 569). Em outros termos, o processo de expansão da assistência social trouxe consigo a dificuldade de compreender sua importância sem superdimensionar os ganhos conquistados e assimilar os avanços à uma completa efetivação do PEP por efeito da atenção dada às demandas da classe trabalhadora.

Enquanto ocorria esse processo na base da encruzilhada posta ao Serviço Social, também se intensificava no interior da profissão a identificação dos limites das pautas dos governos petistas e a críticas à sua agenda contrarreformista, ainda que houvesse o reconhecimento de que o cenário político desses períodos "deram bases importantes para que o projeto profissional do Serviço Social mantivesse a direção ético-política de suas entidades profissionais, com algum espraiamento na categoria profissional como um todo" (SILVA, 2019, p. 566).

No que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social ao longo dos mandatos do PT, pode-se dizer que foi um período no qual a conjuntura viabilizou a existência de uma livre oposição aos projetos dos governos, favorecendo, deste modo, a possibilidade de disputa de hegemonia em torno do PEP. Silva (2019, p. 578) sinaliza que isso ocorreu justamente porque

> a afirmação desse projeto crítico perpassa pela correlação de forças que marca uma profissão em sua pluralidade. [e] Sua hegemonia não se consolida de forma

> imediata; pelo contrário, é mediatizada pelas condições objetivas em que se realiza e pelas subjetivas que determinam a autoimagem da profissão.

Fazemos coro com Vasconcelos (2015) ao dizer que, no âmbito do Serviço Social, o enfrentamento do conservadorismo é uma possibilidade somente quando assistentes sociais orientam sua prática profissional em conformidade com a radicalidade do projeto profissional que tem como referência a tradição marxista[54]. Partindo de Netto, a autora ressalta a existência de outras alternativas no que tange a teoria e a prática de assistentes sociais, sendo as "linhas de desenvolvimento" (projetos profissionais) que constituem as escolhas – conscientes ou não – dos profissionais algo capaz de nomear os projetos que referenciam suas práticas.

Para adentrar nos pontos principais dos projetos profissionais em disputa hoje na profissão, a autora sinaliza os seguintes projetos: projeto com influência da tradição marxista; projeto que constitui uma "vertente aparentemente radical"; projeto de "cariz tecnocrático"; e o projeto assentado numa "vertente neoconservadora".

O projeto com influência da tradição marxista tem como objetivo a superação do conservadorismo histórico da profissão, algo que se iniciou com a "intenção de ruptura" no processo de enfrentamento de tal pensamento na virada dos anos 1970 para a década de 1980. A denúncia desse conservadorismo profissional se objetivou como o Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro na década de 1990 à medida que se desenvolveu e teve sua consolidação teórica e ético-política, e se solidificou com "os princípios do Código de Ética do assistente social (que, não fragmentados, lhe servem de preceito) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita a referência na teoria social crítica – Marx e o marxismo" (VASCONCELOS, 2015, p. 297) – sua base de fundamentação.

Enquanto isso, o projeto que constitui uma "vertente aparentemente radical" combina fontes de pensamentos aparentemente radicais, mas que as profissionais que o compõem negam a luta de classes ou a colocam em segundo plano mesmo havendo uma suposta priorização da tradição revolucionária. Aqui, ocorre uma defesa fragmentada dos princípios

---

[54] Vasconcelos (2015, p. 294) chama atenção para o fato de que, no cotidiano profissional dentro do contexto do capital, podem se apresentar contradições – ou até mesmo antagonismo – entre referências teóricas e princípios uma vez que os projetos profissionais existentes são "tomados como referência de forma eclética", indo além da perspectiva pluralista. E, por isso, "qualquer desses projetos pode ser travestido nas suas finalidades e objetivos". Ou seja, uma prática profissional pode se objetivar de forma alinhada a princípios e valores conservadores mesmo quando há a afirmação de defesa do PEP visto os impasses na construção de "práticas críticas e anti conservadoras" dentro dos limites institucionais do exercício profissional.

que constituem o Código de Ética em razão do reformismo que se forma a partir da colocação da humanização do capitalismo como finalidade.

Já o projeto de "cariz tecnocrático" "é herdeiro da 'perspectiva modernizadora' das décadas de 1960/70, renovado e alimentado pela ofensiva neoliberal e reciclado por outras teorias sistêmico-organizacionais" (VASCONCELOS, 2015, p. 299) que restringem a atuação profissional à burocracia institucional, focalizando, assim, em questões imediatas em detrimento da perspectiva de totalidade da realidade social. O que, por sua vez, leva a atuação profissional a focalizar

> em indivíduos/grupos considerados "de/em risco", "vulneráveis" e não superexplorados. Uma atividade profissional que, ao mesmo tempo em que dá respostas às requisições do capital, despolitiza o acesso aos direitos; desmerece e restringe o espaço público no atendimento às necessidades essenciais das maiorias; obscurece a força coletiva ao favorecer, mesmo que indiretamente, a individualização das diferentes expressões da questão social, a criminalização e/ou cooptação de indivíduos, movimentos e organismos de representação dos trabalhadores. Uma atividade profissional, quase sempre involuntária e inconsciente (VASCONCELOS, 2015, p. 301).

No entanto, mesmo que de forma involuntária e inconsciente, essa prática profissional que não consegue apreender de forma crítica as situações concretas e a complexidade das relações no âmbito da luta de classes se alinha aos interesses da classe dominante. Isto é, a assistente social que direciona sua prática a partir do projeto de "cariz tecnocrático", que influencia as assistentes sociais por permear a formação nos dias atuais – isso se deve pela questão deste mesmo projeto profissional "ser revelado pela veiculação de determinadas noções na formação graduada e pós-graduada" (VASCONCELOS, 2015, p. 304) – e ser reforçado pela legislação das políticas sociais, têm uma prática conservadora visto que essa atuação profissional reflete propostas neoliberais facilitadoras que desconsideram a inserção de classe dos usuários de tais políticas.

Sobre o projeto assentado numa "vertente neoconservadora", Vasconcelos (2015, p. 304) aponta que sua proposta remodela práticas tradicionais em moldes característicos da modernidade, como a inspiração na epistemologia pós-moderna e seu alinhamento com tendências das ciência sociais, e critica enfaticamente os substratos do caldo cultural da renovação do Serviço Social brasileiro e suas conquistas anticonservadoras. Criticando o marxismo, esse projeto ganha aderência com seu discurso que alega que o projeto com influência de tradição marxista não oferece ferramentas para compreender as particularidades dos indivíduos e atender os usuários.

Isto significa que tal vertente assenta sua compreensão na psicologização das expressões da "questão social", não captando de forma aprofundada a dimensão das "relações reais existentes entre indivíduo-sociedade" (VASCONCELOS, 2015, p. 312), mesmo que, por vezes, as assistentes sociais que têm tal projeto como referência declarem apoio ao projeto profissional. E,

> no âmbito do exercício profissional, essa referência também se expressa a partir da apreensão acrítica de noções assentadas em modismos facilitadores. Ver o Serviço Social Clínico e suas ramificações, o que, atualmente, está se espraiando para a área da política de Assistência Social, através da utilização intensiva de "Terapias Comunitárias", "Terapia de Família" e de instrumentos como genograma etc (VASCONCELOS, 2015, p. 305).

Já no que concerne a conjuntura como um todo, no período marcado pelo neoliberalismo, os setores críticos adotaram os imperativos dos organismos multilaterais como a única possibilidade viável de desenvolvimento para o país, demonstrando a submissão das forças de esquerda às estruturas de reprodução do capital ao tê-las reivindicando não somente a manutenção destas como também seu aprofundamento (SILVEIRA, 2019, p. 14) – o que não se alterou após a crise de 2008 ou mesmo com as jornadas de junho de 2013. A resposta prevalecente a esse cenário de crise foi dada pela direita, sendo esta construída

> em torno de um sentimento restauracionista da ditadura, de um combate, sem tréguas, a qualquer direito contrário ao conservadorismo moral, uma associação de neopentecostalismo, Libertarianismo e outras formas de Liberalismo conservador, cravado de anticomunismo. Essa é a situação, que se agudiza após junho de 2013, em que surgem e se multiplicam *think-tanks* e organizações partidárias (mesmo que não eleitorais) declaradamente anticomunistas, conservadoras e Liberais (SILVEIRA, 2019, p. 15).

É nesse contexto de espraiamento do conservadorismo moral após 2013 que se insere o "movimento Serviço Social Libertário", criado em 2016 e composto por profissionais e estudantes de Serviço Social que, por não concordarem com a direção social do PEP, apoiam a divulgação do movimento através de sua página no *Facebook* "que se concentra em ações de características doutrinárias, divulgação de conteúdos teóricos ultraliberais e conservadores e de combate ao Marxismo no Serviço Social" (SILVEIRA, 2019, p. 17).

Suas posições, no entanto, não se restringem à crítica ao marxismo. Elas se estendem às "posições mais progressistas e apontam para a redução de direitos e manutenção de desigualdades" (SILVEIRA, 2019, p. 19). Ela se alinha aos interesses dos grupos dirigentes à medida que se coloca contra todas as mobilizações e movimentos sociais que questionam tais grupos. Não coincidentemente, "a ideologia libertariana, defendida na página Serviço Social

Libertário, é um dos três eixos da extrema-direita brasileira que confluem atualmente com grupos diversos de forma pragmática, motivados pela percepção de um inimigo comum" (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 175).

Para Ramos e Santos (2016, p. 212), na contemporaneidade, a negação da expressão da cultura profissional que advém do processo de renovação do Serviço Social e a imposição do pragmatismo são duas formas de manifestação de uma tendência conservadora que confronta o legado desse processo, seja na formação ou no trabalho profissional. Assim sendo, é possível identificar na página Serviço Social Libertário não somente o *ethos* pragmático expresso "sob a unidade ideopolítica do liberalismo e capitaneada por grupos da chamada 'nova direita'" (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 176), que difundem o irracionalismo e a aversão à teoria, mas também o neoconservadorismo como uma das tendências teórico-políticas expressas em seus posicionamentos.

Vale evidenciar que, no contexto político brasileiro de 2016 a 2018, o pensamento conservador em evidência na dinâmica de reprodução das relações sociais propiciou a crítica ao PEP e ao marxismo, que, quando associada a tendência empirista e imediatista do pragmatismo, se manifesta através da "crítica à associação da profissão a uma direção política, perpassando o entendimento de separação entre trabalho profissional e direcionamento político no âmbito da profissão" (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 179). Essa pretensa neutralidade na atuação de assistente social não o permite desvelar o significado social do Serviço Social ao não ultrapassar os limites do cotidiano no exercício profissional, o que favorece apenas as classes dominantes ao se ter apenas a manutenção da ordem societária.

Ao analisar os comentários contidos nas postagens das páginas do *facebook* do Serviço Social Libertário e a do CFESS nesse mesmo período para identificar as tendências teórico-políticas presentes nos posicionamentos encontrados, Morsch e Lewgoy (2021) identificaram tanto a pragmática, a neoconservadora e a marxista quanto a funcionalista-sistêmica que se expressa em posicionamentos somente na página Serviço Social Libertário. Essa última tendência, também crítica ao marxismo e ao PEP como as duas primeiras, "é evidenciada pela defesa de práticas terapêuticas por assistentes sociais [...], com as seguintes abordagens clínicas: terapia familiar sistêmica; socioterapia; e terapia comunitária" (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 181).

Além dos conteúdos divulgados pelo Movimento que criticam abertamente a direção social do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, identifica-se a divulgação do

documento *23 Teses Pela Reforma do Serviço Social brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante,* cuja elaboração foi realizada em 2017 pelo professor Dr. Edson Marques, que

> ocupa papel chave na organização desta "nova direita" no Serviço Social, demonstrando articulação com os *think-tanks* e APH'S burgueses. Porém o que de fato o particulariza é a posição que ocupa no interior do campo acadêmico do Serviço Social, possuindo assim legitimidade para questionar desde os fundamentos à direção social do Serviço Social (SILVEIRA, 2019, p. 23).

Silveira (2019, p. 25) ressalta, inclusive, como o caldo cultural – marcado pelo ultraliberalismo econômico e pelo conservadorismo de ordem cultural e religiosa – que abriu espaço para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, rebate no material de Marques (2017) quando este desconsidera a laicização da profissão ao defender a relação entre ciência e religião na atuação profissional. Para o autor, esse caldo cultural subsidia a ofensiva contra os "segmentos críticos que se opõem à opressão de negras e negros, mulheres e LGBT's, negando direitos conquistados por estes segmentos nos últimos anos".

No documento das 23 teses é feita a defesa do Serviço Social Clínico que é uma "modalidade terapêutica de atendimento que passa a individualizar atendimentos em uma perspectiva que psicologiza as expressões das contradições capitalistas que requisitam o profissional de Serviço Social" (SILVEIRA, 2019, p. 3). Sobre essa perspectiva que visa atender as necessidades individuais dos usuários para *aliviar seu sofrimento*, Vasconcelos (2015, p. 312) observa que

> não escondendo sua perspectiva de classe ao explicar com clareza sua relação direta com a perspectiva de "ajuda"/perspectiva restauradora, se por um lado pode se mostrar bem-intencionada frente às desgraças do "ser humano", ela tem um endereço certo: a busca de "aliviar o sofrimento humano" sem ir às raízes desse sofrimento, e/ou imputando as causas desse sofrimento ao próprio indivíduo que sofre, resulta em atacar as consequências de um problema sem desobscurecer e atacar sua natureza e suas causas.

O Serviço Social Clínico defende uma prática vedada pelo conjunto CFESS-CRESS na resolução 569/2010 – realização de terapias – que não compõe o rol de atribuições e competências nem as matérias previstas nas diretrizes curriculares para a formação profissional em Serviço Social. Em 2016 ocorreu o *I Seminário Serviço Social Clínico* nas cidades de Porto Alegre (RS) e Salvador (BA). E, novamente na cidade de Porto Alegre, ocorreu em 2018 o *II Seminário Serviço Social Clínico – Um Debate Inadiável*, organizado pelo Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul (SASERS).

Defendendo a realização da prática clínica pelos profissionais do Serviço Social, o seminário objetivou contestar o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS alegando uma suposta ausência de pluralismo e que a "profissão tomou um rumo político partidário" (CSB, 2018).

Além disso, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Serviço Social Clínico (ENBRASSC) em dezembro de 2020, promovido pela Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SoBSSC) em que o diretor é o Prof. Dr. Edson Oliveira. Tal evento discutiu essa modalidade de intervenção, sintetizando seus posicionamentos no manifesto nomeado "Carta de Toledo" constituído por dez teses. Seu conteúdo também se vincula a um projeto profissional assentado na vertente neoconservadora uma vez que, assim como o documento das 23 teses, tem o Serviço Social Clínico como orientação. E, por este deslocar o objeto do Serviço Social das expressões da "questão social" para o ser humano, na "Carta de Toledo" podemos identificar alterações nas atribuições profissionais, assim como a defesa do pluralismo sob um entendimento pautado no ecletismo (conferir quadro 1).

Na descrição do ENBRASSC no site para inscrição do evento, consta que o encontro ocorreria "tendo apoio e participação de representantes de organizações internacionais como o Instituto Chileno de Trabalho Social Clínico, e o Instituto Espanhol de Trabajo Social Clínico, e profissionais da Argentina, Canadá e EUA" (MARQUES, 2020). Essa articulação com organizações internacionais é citada nas teses 04 e 06 (conferir quadro 2) fazendo referência ao que podem realizar principalmente no âmbito da formação profissional para disseminar o conhecimento do Serviço Social Clínico no Brasil. À vista disso, podemos dizer que

> a heterogeneidade de projetos societários sempre existiu na profissão, mas vem adquirindo consistência devido a condições históricas altamente regressivas e ao recrudescimento do conservadorismo. Ela se firma na disputa dos espaços representativos da categoria, no perfil das produções teóricas, nas condições adversas a que os assistentes sociais são submetidos nos espaços de trabalho e enquanto classe trabalhadora [...] (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 182)

No quadro síntese que construímos abaixo, a partir da análise dos dados, destacamos os elementos que nos guiaram na busca pela identificação do confronto à autoimagem renovada da profissão. Portanto, buscamos nas páginas[55] e documentos analisados a concepção de profissão; o objetivo do trabalho profissional; o objeto de trabalho de assistentes sociais; as atribuições e competências e os valores éticos defendidos, aqui sintetizados com

[55] As publicações utilizadas para coleta e análise de dados, também referenciadas nos quadros elaborados, podem ser observadas no **Anexo A - Prints das publicações consultadas para coleta de dados,** ao final deste trabalho.

alguns posicionamentos. A nosso ver, tais elementos em unidade constituem dimensões que revelam a autoimagem defendida por cada projeto profissional.

Quadro 2 – Autoimagem e projetos profissionais do Serviço Social em questão

Parâmetros da Autoimagem (PEP)	Fonte dos dados	Posicionamentos
Concepção de Profissão	Post sobre o documento das 23 Teses - Página Serviço Social Libertário	[redacted] Para falar a verdade esta página me ajudou primeiro a não desistir da profissão, segundo ganhar um interesse ainda mais profundo no assunto, por entender que o Serviço Social é uma profissão pautada em ciência que estuda o ser humano e seus comportamentos e as relações sociais afim de ser propositivo de fato na vida das pessoas e não de ficar fazendo militância política e defendendo ideologias claramente contraproducentes. Curtir Responder 3 a Editado 15
Objetivo do trabalho	Documento 23 Teses	12ª Tese: É preciso exercer o papel e a função de *facilitador e mediador* de conhecimentos que permitam apoiar, orientar e *motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida* (OLIVEIRA, 2017). O profissional de Serviço Social deve formar uma visão, ou melhor, uma cosmovisão integral e integrada, a fim de ver o ser humano como um ser completo, em suas múltiplas dimensões: corporal, mental, social, econômica, cultural, espiritual etc. (OLIVEIRA, 2013). Do mesmo modo, deve saber dialogar com os vários conhecimentos e estratégias disponíveis, tais como criar novas estratégias que visam a uma intervenção crítica, criativa e, sobretudo, propositiva. Para isso é necessário cultivar e desenvolver uma pluralidade de fato (OLIVEIRA, 2004) e não uma pluralidade fingida que contradiz o que se fala com o que de fato se faz. Em relação a isso, lembremos o ensinamento e aviso profundo de *Cristo*, que para além da espiritualidade dessas palavras, as mesmas podem ser utilizadas como parâmetro de análise crítica para os nossos dias em relação aos sofismas e ideologias que se impregnaram em nossa profissão: "Acautelai-vos [assistentes sociais] quanto aos falsos profetas [intelectuais de plantão]. Eles se aproximam de vós disfarçados de ovelhas, mas no seu íntimo são como lobos devoradores. Pelos seus frutos os conhecereis. É possível alguém colher uvas de um espinheiro ou figos das ervas daninhas? Assim sendo, toda árvore boa produz bons frutos, mas a árvore ruim dá frutos ruins." (Jesus Cristo, Bíblia Sagrada, Mateus, 7: 15 a 17). [grifo nosso], em outros termos, o nosso dizer tem que refletir com congruência o nosso fazer.

Objeto de trabalho	1) Post sobre o documento das 23 Teses - Página Serviço Social Libertário 2) Documento 23 Teses	[redacted] Por mais conteúdos no Serviço Social com abordagem dialógica (no lugar de dialética), dentro do paradigma sistêmico-pragmático (ao invés de marxista), centrado no ser humano (e não na Questão Social). Essas teses marcam um novo tempo na profissão no contexto brasileiro! 👏👏 Curtir Responder 3 a 37 2) 8ª Tese: Retomar a origem do Serviço Social como profissão e como ciência é resgatar a centralidade de seu objeto, que sempre foi, é, e sempre será o *ser humano* e sua realização.
Atribuições e Competências	1) Post sobre "militância política-partidária-ideológica" - Página Serviço Social Libertário 2) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020 3) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020	[redacted] Luta por novos espaços de atuação do serviço social já, bem como salário digno. Estou trabalhando em uma Comunidades terapêutica de dependência química. Muitos egressos me pedem atendimento individual fora da conunidade porém não temos essa prerrogativa. Curtir Responder 3 a 2) Tese 01: Que seja revogada em caráter de urgência a resolução 569/2010, por se tratar de uma ação indevida que constrange, censura e desrespeita a atuação de milhares de profissionais de Serviço Social Brasil, e por estes já atuarem no campo Clínico e psicoterapeutico há décadas, mas sem reconhecimento de seu Órgão de regulamentação, sofrendo impedimentos e situações vexatórias perante demais profissionais da equipe da assistência como se exercessem uma atividade ilegítima e ilegal, apesar de se tratar de área e matéria própria do Serviço Social desde sua origem e que encontra-se hoje, como foi visto nesse encontro, em pleno florescimento, importância e pertinência internacional. 3) Tese 08: Dar potenciação, ampliação e clarificação das competências, habilidades específicas do assistente social clínico, em específico quanto à questão da orientação social, como sendo uma possibilidade concreta de inserção da perspectiva psicossocial e da saúde pública - como uma atividade que está posta tanto na lei que a regulamenta, como na atualidade e na história futura do Serviço Social;
Valores Ético-Políticos	Post sobre as eleições de 2022 - Página do CFESS	[redacted] concordo. E tenho uma convicção comigo. Antes de ser um bom profissional você precisa ser um bom ser humano, ter princípios, valores que não se negocia. Ética? Tantos falam em ética profissional, e o que a gente ver é profissionais pisando nessa ética. Pra mim, antes da ética profissional, vem. Ética cristã. Ética moral. Jesus é o único ser perfeito. Se muitos profissionais tivessem ele como exemplo. Não seriam tão coniventes com coisas erradas. Paciência zero p militância errada. 1 sem 3 curtidas Responder Ver tradução

Fonte: Páginas Serviço Social Libertário, Conselho Federal de Serviço Social, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, Documento *23 Teses Pela Reforma do Serviço Social brasileiro*. Elaboração própria.

Ao partirmos do pressuposto que a defesa de uma autoimagem pode ser expressa a partir dessas frentes (podendo ser consideradas outras também), vamos desenvolver agora o que encontramos identificado no quadro acima.

Em relação a concepção de profissão, evidenciamos o seguinte posicionamento que aparece nos comentários do post de divulgação das 23 Teses no facebook do Serviço Social Libertário: "Para falar a verdade esta página me ajudou a não desistir da profissão, segundo ganhar um interesse ainda mais profundo no assunto, por entender que o Serviço Social é uma profissão pautada em ciência que estuda o ser humano e seus comportamentos e as relações sociais a fim de ser propositivo de fato na vida das pessoas e não de ficar fazendo militância política e defendendo ideologias claramente contraproducentes".

Nesse posicionamento, é possível encontrar uma concepção de profissão que compreende o Serviço Social como um trabalho, uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Entretanto, o mesmo concebe o ser humano como seu objeto de trabalho, diferindo da imagem profissional defendida pelo PEP em que as expressões da "questão social" são colocadas como o objeto de trabalho de assistentes sociais. Tal apreensão desconsidera que "as demandas apresentadas pelos/as usuários/as são as próprias expressões da questão social" (SANTOS *et al.*, 2019, p. 748), e individualiza as situações que "são reflexos da sociabilidade capitalista e da ideologia neoliberal" (*Ibid.*, p. 749).

Junto a isso, é feita a alusão ao agir profissional hegemônico do Serviço Social como "militância", um discurso contido no documento das 23 teses que se baseia na recusa do "discurso utópico" para construir estratégias de intervenção de maneira "praxipragmalógica". Isto é, acredita-se que a formação fundamentada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS não fornece subsídios suficientes para intervir na realidade dos "clientes" de forma objetiva uma vez que as análises conjunturais não apresentam soluções imediatas para as questões de natureza sócio-econômica por relacioná-las à totalidade social.

À vista disso, percebemos que a medida que a leitura crítica da sociedade é compreendida como militância no fazer profissional, o mesmo é condicionado a centralização da dimensão técnico-operativa em uma incorporação do pragmatismo no cotidiano ao priorizar respostas instrumentais no movimento de conversão das "contradições estruturais em conflitos individuais" (SANTOS, *et al.*, 2019 p. 750). Há aqui um nítido conflito e equívoco ao confundir (não sem intencionalidades) a dimensão ético-política, inerente a qualquer prática em uma sociedade de classes, com militância.

Acerca do objetivo de trabalho de assistentes sociais, ressaltamos a 12ª tese do documento das 23 teses em que o papel e a função de assistente social aparece como "de facilitador e mediador de conhecimentos que permitam apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida" (OLIVEIRA, 2017, p. 15). Em primeiro lugar, é possível notar o caráter pragmático imputado ao Serviço Social por colocá-lo "como uma profissão meramente técnica, e como se os profissionais fossem 'organizadores' da vida dos sujeitos" (SANTOS *et al.,* 2019, p. 752), assim como também a natureza motivacional que se relaciona a prática de *coaching* presente na formação de Edson Marques autor do documento. Nitidamente demarcada na afirmação que nosso exercício profissional deve se voltar para que os sujeitos se tornem "autores do design de seu projeto de vida". Como Silveira (2019, p. 22) evidencia,

> além da formação *strito senso* em Serviço Social, onde observamos que desde o seu doutorado em 2004, o autor aproxima-se de posições minoritárias no campo do Serviço Social, tratando da temática do "Empreendedorismo Social", acredito que sua formação complementar em *Master in Business Administration* (MBAS) e cursos de *coaching* estão mais relacionadas às posições que tem defendido. Sua formação passa por Institutos (*think-tank*) como o Instituto *Echos*, onde cursou Formação de Design Thinking, que possui como seus clientes as empresas Faber Castell, Ford, UNIMED, Klabin, Tecnisa, entre outras corporações. Talvez daí decorra sua defesa de um serviço social que atue como "*design de projetos e serviços sociais*" (MARQUES, 2017, sn.). Marques também foi premiado pelo Instituto *Ethos* com o "Prêmio Ethos/Valor Concurso para Professores e Estudantes Universitários, Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Jornal Valor Econômico" (MARQUES, 2018). O referido prêmio conferido por dois importantes aparelhos privados de hegemonia burguesa aponta para o campo político e social em que se insere o docente, autor de livros, na maioria deles voltados a técnica *Coaching*, ao Empreendedorismo e Responsabilidade Social empresarial.

Em segundo lugar, para a assistente social exercer a função explicitada pelo autor, na tese apresentada, ele coloca a necessidade de desenvolver a pluralidade de concepções baseando sua argumentação em uma passagem bíblica, utilizando, inclusive, uma citação referenciando a Cristo. Isto significa que o autor "fundamenta essa ideia sob o prisma religioso, evidenciando uma perspectiva conservadora e moralizante" (SANTOS *et al*., 2019, p. 752).

Com relação ao objeto de trabalho, destacamos o post das 23 Teses no facebook do Serviço Social Libertário onde aparece tal comentário: "Por mais conteúdos no Serviço Social com abordagem dialógica (no lugar de dialética), dentro do paradigma sistêmico-pragmático (ao invés de marxista), centrado no ser humano (e não na "Questão Social). Essas teses marcam um novo tempo na profissão no contexto brasileiro". E, também, na 8ª tese do

documento das 23 teses que defende que deve-se "retomar a origem do Serviço Social como profissão e como ciência é resgatar a centralidade de seu objeto, que sempre foi, é, e sempre será o ser humano e sua realização" (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Apesar do documento ser recente na história do Serviço Social brasileiro, as ideias sistematizadas em seu conteúdo não são. O moralismo que se expressa em uma "atuação voltada para a individualização e culpabilização dos sujeitos frente à sua condição de expropriação, pobreza, dentro de uma prática de ajustamento e adequação à ordem vigente" (SANTOS *et al.*, 2019, p. 750) a partir da intervenção profissional pragmática é um traço presente no Serviço Social tradicional. Essa relação fica explícita na 8ª tese em que é manifestada a defesa do retorno à origem do Serviço Social apresentada por nós no tópico 2.1.

Quanto às atribuições e competências, focamos no seguinte comentário feito no post na página Serviço Social Libertário: "Luta por novos espaços de atuação do Serviço Social já, bem como salário digno. Estou trabalhando em uma Comunidade terapêutica de dependência química. Muitos egressos me pedem atendimento individual fora da comunidade porém não temos essa prerrogativa". Além disso, abordamos tanto a Tese 01 que solicita a revogação da resolução 569/2010 por esta considerar a atuação no campo Clínico e psicoterapeutico uma atividade ilegítima e ilegal, quanto a Tese 08 que demanda a "potenciação, ampliação e clarificação das competências, habilidades específicas de assistente social clínico, em específico quanto à questão da orientação social" na Carta de Toledo.

O CFESS (2010) pontua que terapias não integram as diretivas legais da profissão ou mesmo a fundamentação teórica contemporânea do Serviço Social, e que a superação das ações de teor psicologizante é resultado do movimento de enfrentamento do conservadorismo histórico da profissão. Essa não inclusão de atividades terapêuticas no escopo das competências e atribuições profissionais, no entanto, não impede a pessoa de realizar tais atividades desde que elas não sejam *associadas ao exercício profissional de assistente social*. Portanto, tal defesa confronta as atribuições e competências construídas pela profissão na contemporaneidade, visando a inserção de atribuições e competências que o projeto de formação profissional defendido pelo PEP nem prevê. Além do mais,

> nada justificaria alterar a Resolução Cfess nº 569/2010. Ao contrário, todas as demandas institucionais, como está em editais de concursos e de processos seletivos para contratação de assistentes sociais, têm demonstrado a potência e o reconhecimento do papel que a profissão exerce numa sociedade como a nossa e o seu compromisso com a construção de uma outra ordem social (CFESS, 2010).

Sobre os valores ético-políticos, destacamos o comentário feito no post sobre a eleição na página do CFESS, em que aparece o seguinte posicionamento: “E tenho uma convicção comigo. Antes de ser um bom profissional você precisa ser um bom ser humano, ter princípios, valores que não se negocia. Ética? Tantos falam em ética profissional, e o que a gente vê é profissionais pisando nessa ética. Pra mim, antes da ética profissional, vem Ética cristã. Ética moral. Jesus é o único ser perfeito. Se muitos profissionais tivessem ele como exemplo. Não seriam tão coniventes com coisas erradas. Paciência zero p militância errada”.

Tal comentário coincide com o posicionamento contido na 22ª Tese do documento das 23 teses onde Edson Marques desenvolve uma argumentação de cunho cristão e moralista na defesa do alinhamento do exercício profissional aos valores das doutrinas religiosas das assistentes sociais ao salientar a importância dos mesmos se posicionarem com sua religião inclusive no âmbito do Serviço Social. É evidente que

> as argumentações extrapolam todas as diretrizes postas no Código de Ética (1993), sobre a importância e dever do/a assistente social em respeitar o/a usuário/a enquanto indivíduo autônomo e pertencente às suas próprias escolhas, como cita: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p. 23) (SANTOS *et al*., 2019, p. 750).

E, como afirma Silva (2019, p. 583),

> o pluralismo comporta as manifestações democráticas, mas quando estas se afinam a discursos e práticas moralistas, psicologizantes e apelos aos fundamentos da fé cristã para pautar a intervenção profissional e ações de cunho utilitarista, preconceituoso e que atentam contra o direito, à diversidade e a autonomia dos sujeitos com que trabalham os (as) assistentes sociais, elas devem e precisam ser combatidas.

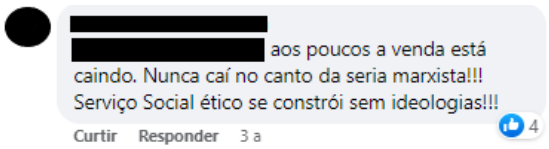
Conforme chamaram a atenção Mota e Rodrigues (2020), a conjuntura regressiva também possibilitou que setores conservadores retomassem a defesa, no âmbito da profissão, das ideologias cristãs, principalmente como forma de confrontar o materialismo histórico dialético. Nessa direção, um dos traços resultantes do conservadorismo reacionário e de seu retrocesso na profissão, conforme podemos identificar no comentário, é a subtração da laicidade da profissão, conquistada nos últimos 40 anos.

> Assiste-se hoje ao robustecimento do fundamentalismo religioso, que ao exportar seus conservadorismos para o âmbito do Serviço Social, atinge o exercício profissional por força de respostas místicas, etéreas e obscurantistas às problemáticas sociais contemporâneas que incidem nos comportamentos dos sujeitos, visando alterar sua conduta. Seu resultado mais imediato é o tratamento das problemáticas-objeto como questão moral (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 206).

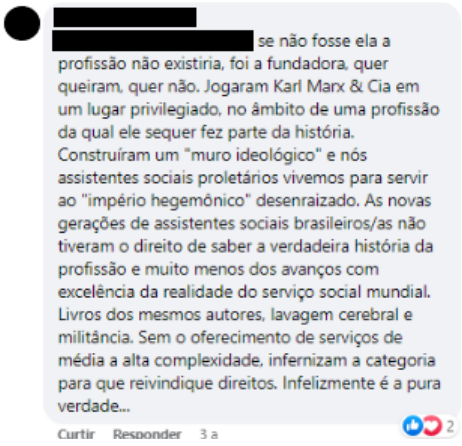
É importante reafirmar que uma das grandes conquistas da renovação profissional foi a superação da influência religiosa, particularmente católica na formação e no trabalho profissional, ainda que presente no que se refere ao segundo. A ação profissional orientada pela religião aciona uma ética prescritiva, baseada na dicotomia entre bem e mal, aparentemente abstrata, pois traduz os dogmas cristãos e a moral conservadora. Conforme Barroco (2010) chama atenção, a influência religiosa no exercício profissional exige o cumprimento das leis de Deus, nos supostos direitos naturais dos homens, voltada para eliminar os desajustes sociais, a partir de uma intervenção moralizadora, individualista e psicologizante visto que "os problemas sociais são concebidos como um conjunto de disfunções sociais, julgadas moralmente segundo uma concepção de 'normalidade' dada pelos valores cristãos" (idem, p. 94).

Nesta segunda parte, ao organizarmos a síntese dos dados decidimos destacar – após apresentar os eixos do que constituiria a autoimagem de um projeto de profissão e suas divergências – como essas "novas" tendências confrontam o PEP. Para tal, construímos como eixo de análise o quadro abaixo que contempla suas dimensões. O objetivo é destacar algumas falas e trechos que confrontam abertamente o projeto profissional, que constitui a autoimagem da profissão na contemporaneidade, a fim de apresentar o avanço do neoconservadorismo na profissão e a disputa pela autoimagem/imagem.

Quadro 3 – Projeto profissional do Serviço Social na contemporaneidade: avanço do neoconservadorismo na profissão e disputa pela autoimagem/imagem

Eixos do PEP	Fonte dos dados	Posicionamentos
Produção do conhecimento crítica	1) Post sobre o 16º CBAS - Página Serviço Social Libertário 2) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020	1)  2) Tese 06: Que haja estímulo e cooperação nacional e internacional para a realização de eventos, publicação/tradução de livros, revistas, artigos, intercâmbio de práticas, grupos de pesquisa, grupos de estudos, comunidades de aprendizado, e principalmente, fomento à pesquisa para que se possa

		criar novos espaços ocupacionais privados e públicos, empresariais e nas organizações sem fins lucrativos.
Entidades da categoria	Post sobre as eleições de 2022 - Página do CFESS	[redacted] Primeiro que esse conselho só serve para defender o que a esquerda defende, destruição da família, erotização infantil, ideologia de gênero, legalização das drogas, entre outras. Não me representam. 22 BR é Bolsonaro. 1 sem 5 curtidas Responder Ver tradução [redacted] O Cfess confunde suas prerrogativas para um ativismo/militantismo sectário partidário. Com isso, a profissão vem sofrendo o mal do ideologismo e se resumindo a um discurso revolucionário fantasioso. Na verdade, o que está em curso é o aparelhamento dos equipamentos representativos da categoria para disseminar uma única forma de ver e agir sobre a profissão e consequentemente a vida, e não a representação da categoria como um todo. O pior é que com anuidade absurda para alimentar e financiar uma postura e atitude de palanque e plataforma política, essa autarquia com receita na casa dos milhões prega algo que não vive. Luxo pro Cfess, miséria pros profissionais. E não se trata de 22 ou 13, porque AS vota em quem quiser. A filosofia do Serviço Social é a própria democracia!
Código de Ética	1) Documento 23 Teses 2) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020	1) 15ª Tese. Não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa, mas nunca deixar que esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos (SILVA, 2012). *É preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana*. 2) Tese 07: Garantir os princípios do Código de Ética condizentes à liberdade de expressão, de pluralidade do conhecimento e da busca pela melhoria da qualidade dos serviços, deixar cumprir as diretrizes curriculares no tocante à relação com organizações internacionais, do acompanhamento do crescimento e atualização profissional, do estudo da realidade local e da elaboração de respostas aos desafios dessa realidade;

Diretrizes Curriculares (Projeto de Formação).	1) Post sobre o 16º CBAS - Página Serviço Social Libertário 2) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020 3) Página Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - Carta de Toledo 2020	1)  [redacted] se não fosse ela a profissão não existiria, foi a fundadora, quer queiram, quer não. Jogaram Karl Marx & Cia em um lugar privilegiado, no âmbito de uma profissão da qual ele sequer fez parte da história. Construíram um "muro ideológico" e nós assistentes sociais proletários vivemos para servir ao "império hegemônico" desenraizado. As novas gerações de assistentes sociais brasileiros/as não tiveram o direito de saber a verdadeira história da profissão e muito menos dos avanços com excelência da realidade do serviço social mundial. Livros dos mesmos autores, lavagem cerebral e militância. Sem o oferecimento de serviços de média a alta complexidade, infernizam a categoria para que reivindique direitos. Infelizmente é a pura verdade... Curtir Responder 3 a 2 2) Tese 02: Considerando os atuais estudantes que fazem parte da futura geração de profissionais, estes têm o direito à liberdade de acesso e ao conhecimento desta especialização para que possam ser livres e realizar as suas escolhas em termos de especialização para que possam ser livres e realizar as suas escolhas em termos de especialização e principalmente terem acesso às condições institucionais para exercer tal prerrogativa profissional 3) Tese 04: Que sejam credenciadas organizações como a recém criada Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico - SoBSSC com o objetivo precípuo, e como referência, de avaliação formativa nessa área de atuação e que possam também auxiliar no processo de formação, supervisão e credenciamento/certificação do exercício da especialização no território brasileiro em parceria com as organizações internacionais congêneres.
Lei de regulamentação da profissão	Documento 23 Teses	6ª Tese: Sem uma identidade profissional adequada, não somos mais uma profissão, logo, a identidade é resultado do que somos, pensamos, agimos e interagimos com o nosso cotidiano (SANTOS, 2011, TAYLOR, 2013). Para ser profissional, devo pensar e agir como profissional, restringir-me a ser e atuar como profissional, pois isso facilita o estado mental e dá sentido e significado no fazer profissional cotidiano. Ademais, também dá direção para os processos de formação assim como para os de investigação e intervenção. É preciso que a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e as disciplinas nos cursos, sejam revistas e adequadas a essa lógica da profissão e não da militância. O mercado não contrata militantes para militarem em causa própria, e ainda serem pagos para isso. Estado, Organizações, empresários ou Terceiro Setor, todos querem profissionais que saibam investigar, planejar e propor ações interventivas efetivas com competência, ética e humanidade, para saber lidar com as demandas que se mostram cada vez mais complexas. E isso só pode ser feito por uma profissão, a qual é determinada pela clareza de nossa identidade como tal.

Documento Bandeiras de Lutas do Serviço Social	Documento 23 teses	3ª Tese: [...] é necessário potencializar e respeitar a educação na modalidade EaD, permitir que outras temáticas de pesquisas recebam financiamento e outros profissionais possam representar a profissão em órgãos como Cnpq, CAPES, e não ficar no revezamento dos mesmos representantes e os mesmos beneficiados, e muito menos levantar bandeiras que não cabem a um órgão de representação profissional. Tais questões são de viés político-partidário-ideológico, como o aborto, o feminismo, o movimento LGBT, os Sem-terra, etc. 18ª Tese: Devemos ampliar os espaços de atuação profissional e não restringi-los. [...] Além disso, deve atingir patamares de democracia, civilidade, dignidade e justiça, e isso só pode ser feito quando as organizações de representação da categoria assumirem de fato o seu papel de qualificar, ampliar e dar condições legais e educativas e formação continuada para os seus profissionais e deixar de ficar levantando bandeiras que nada agregam a esse papel real que eles têm que assumir.

FONTE: Páginas Serviço Social Libertário, Conselho Federal de Serviço Social, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico, Documento *23 Teses Pela Reforma do Serviço Social brasileiro*. Elaboração própria.

Em relação à dimensão da produção do conhecimento crítica, evidenciamos o seguinte posicionamento nos comentários do post sobre o CBAS na página Serviço Social Libertário: "Aos poucos a venda está caindo. Nunca caí no canto da seria marxista!!! Serviço Social ético se constrói sem ideologias!!!". Ainda, destacamos a Tese 06 da Carta de Toledo que reivindica estímulo à pesquisa, publicações, eventos e divulgação referente ao Serviço Social Clínico no Brasil.

Assim como a acusação de militância quanto a atuação profissional diz respeito a direção social impressa no PEP, a objeção em relação a dimensão ideológica do projeto relega o fato de que os outros projetos profissionais também possuem alguma ideologia fundamentando suas respectivas defesas de valores e interesses ao pautar outra direção social. Como elucidamos no início deste tópico (2.3), tais projetos possuem dimensões políticas uma vez que se conectam a projetos societários e também envolvem a autoimagem da profissão, contudo, o neoconservadorismo trabalha apenas *as outras* tendências como ideológicas e políticas. Conforme aponta Netto (2009, p. 145 *apud* SANTOS *et al.*, 2019, p. 747), "nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias". Com isso, "um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas" (idem).

Já o pedido de difusão do Serviço Social Clínico por parte das "organizações, CFESS, CRESS e ABEPSS, e órgãos afetos à regulamentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão representados pelo MEC" (CARTA DE TOLEDO, 2020, n. p) vai de encontro ao PEP visto que o mesmo se estrutura sob a crítica ao conservadorismo no interior do Serviço Social brasileiro. Dessa forma, o auxílio a propagação de práticas profissionais indubitavelmente alinhadas ao pensamento conservador violaria as legislações nacionais que regulamentam o Serviço Social brasileiro formuladas a partir de construções coletivas da profissão.

No que é pertinente a dimensão das entidades da categoria, ressaltamos os seguintes comentários realizados no post do CFESS sobre a eleição presidencial de 2022: "Primeiro que esse conselho só serve para defender o que a esquerda defende, destruição da família, erotização infantil, ideologia de gênero, legalização das drogas, entre outras. Não me representam. 22 BR é Bolsonaro"; e "O CFESS confunde suas prerrogativas para um ativismo/militantismo sectário partidário. Com isso, a profissão vem sofrendo o mal do ideologismo e se resumindo a um discurso revolucionário fantasioso. Na verdade, o que está em curso é o aparelhamento dos equipamentos representativos da categoria para disseminar uma única forma de ver e agir sobre a profissão e consequentemente a vida, e não a representação da categoria como um todo. O pior é que com anuidade absurda para alimentar e financiar uma postura e atitude de palanque e plataforma política, essa autarquia com receita na casa dos milhões prega algo que não vive. Luxo pro CFESS, miséria pros profissionais. E não se trata de 22 ou 13, porque AS vota em quem quiser. A filosofia do Serviço Social é a própria democracia!".

Acerca do primeiro comentário selecionado, é evidente o conservadorismo moral adotado pela extrema-direita desde sua ascensão no Brasil – processo abordado brevemente neste trabalho no tópico 1.3 – objetivando tensionar as relações sociais a partir da criação de um pânico moral em torno das pautas aludidas pelo campo político da esquerda. Junto a isso, ocorre o ataque às instituições – aqui, as organizações da categoria profissional – ao menor sinal de abertura para debate sobre questões que plasmam a vivência dos indivíduos, delineando as bandeiras de luta que dão substância à luta por justiça social. Conforme reafirmam Ramos e Santos (2016, p. 218):

> Compreendemos aqui a organização política da categoria de assistentes sociais como uma das condições históricas primordiais para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão e para a sociedade, bem como

> ferramenta que possibilita a ampliação da politização de diversos segmentos da classe trabalhadora que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade.

E, no segundo comentário, percebemos o mesmo ataque ao CFESS sob a acusação de de ativismo que acompanha a negação das dimensões políticas e ideológicas característica do conservadorismo que se expressa também na apreciação da defesa abstrata da igualdade e do bem estar dos usuários – perceptível no comentário ao destacar o princípio da democracia. Vasconcelos (2015, p. 174) frisa que

> se, por um lado, a escolha fragmentada dos princípios do CE não deixa de revelar uma preocupação de parte dos assistentes sociais com a "justiça social", com as opressões e as discriminações e com a distribuição e acesso à riqueza socialmente produzida, por outro lado, essa escolha não está assentada numa preocupação com a *origem da desigualdade*. Assim sendo, a escolha fragmentada dos princípios do CE tem consequências diretas na escolha das estratégias e ações a serem priorizadas pelos assistentes sociais porque *o enfrentamento da injustiça está baseado no consumo de bens e não na emancipação do sujeito o que envolver a participação na riqueza socialmente produzida através do trabalho* (trabalho como atividade humana autorrealizadora) *e da educação emancipadora*.

No que concerne a afirmação de que ocorre a disseminação de uma única forma de ver e agir sobre a profissão, despreza-se a existência do reconhecimento da diversidade das matrizes teóricas mesmo com a hegemonia do pensamento embasado na teoria social crítica (SANTOS *et al.*, 2019, p. 752). Todavia, quanto a alegação de que o pensamento hegemônico não representa a categoria como um todo, é certo dizer que

> se esse é o projeto que vem dando a direção do debate teórico e mantendo hegemonia, ainda, na luta política e nos processos organizativos da profissão, seu maior desafio é que ele não mediou nem vem mediando majoritariamente o exercício profissional – independente da área de atuação –, nem a formação profissional, hoje capitaneada pelo ensino privado, presencial e/ou a distância, como vem demonstrando vários estudos sobre a qualidade da formação e a qualidade da atividade profissional dos assistentes sociais brasileiros (VASCONCELOS, 2015, p. 299).

Agora, sobre a dimensão do Código de Ética, destacamos a 15ª Tese do documento das 23 teses que coloca que "é preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana". Além disso, destacamos a Tese 07 da Carta de Toledo que almeja "garantir os princípios do Código de Ética condizentes à liberdade de expressão, de pluralidade do conhecimento e da busca pela melhoria da qualidade dos serviços".

Como dito anteriormente, ao abordar valores universais de dignidade e ética humana sem adentrar nas questões que ferem tais valores, não é possível compreender a dinâmica que impede sua plena realização e a origem da desigualdade. Sobre a Carta de Toledo, o CFESS emitiu o "Ofício CFESS n° 307/2021" em resposta ao Edson Marques Oliveira, representante da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SoBSSC), dizendo o seguinte:

> Em nossa inserção em órgãos internacionais, aos quais nos vinculamos como entidade que representa a profissão no Brasil, há total respeito à convivência plural das diferentes formações profissionais, como regulamentadas em outros países e seus vínculos com as realidades que lhe são próprias. A nossa presença e os debates que realizamos sobre os desafios profissionais, a interlocução com outras categorias, a crítica à precarização das condições e relações de trabalho, a construção de estratégias coletivas e de crítica ao desmonte das políticas sociais, locus privilegiado do trabalho profissional, têm sido muito respeitados e valorizados (CFESS, 2021, n.p).

Ao pautar a pluralidade de conhecimento, a Carta de Toledo pressupõe a não efetivação do princípio do pluralismo presente no Código de Ética. Quanto a isso e a liberdade de expressão, tema interligado, cabe dizer que:

> A livre expressão e manifestação das ideias é um direito democrático conquistado na luta contra a ditadura e constitui um dos primeiros princípios do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais. O pluralismo, como reconhecimento do diverso e da diversidade, contudo, não pode desconsiderar as construções coletivas da profissão, que soube rever os princípios, diretrizes e valores conservadores e, instituiu seus novos fundamentos teóricos e ético-políticos em normas legais e regulamentadoras que passaram a orientar seu processo formativo e exercício profissional. O pluralismo não pode significar, e não significa, em nenhuma profissão no mundo, que os/as profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais sem considerar os fundamentos teóricos e ético-políticos e as normas coletivamente construídos e que regem uma profissão. A regulamentação do Serviço Social como profissão constitui-se numa conquista importante e no momento atual se torna ainda mais relevante diante das iniciativas impostas pelo Estado de desregulamentação em vários níveis da vida social (CFESS, 2010, p. 5).

Com relação à dimensão das Diretrizes Curriculares, selecionamos o seguinte comentário no post da página Serviço Social Libertário sobre o CBAS: "se não fosse ela [Mary Richmond] a profissão não existiria, foi a fundadora, quer queiram, quer não. Jogaram Karl Marx & Cia em um lugar privilegiado, no âmbito de uma profissão da qual ele sequer fez parte da história. Construíram um 'muro ideológico' e nós assistentes sociais brasileiros/as não tiveram o direito de saber a verdadeira história da profissão e muito menos dos avanços com excelência da realidade do Serviço Social mundial[56]. Livros dos mesmos autores,

[56] O serviço social brasileiro vem acompanhando, participando e construindo pesquisas em cooperação internacional, a fim de acompanhar as dinâmicas, avanços e limites da profissão mundialmente. Conferir: 1) IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso:** a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. 2) YAZBEK, M. C; IAMAMOTO,

lavagem cerebral e militância. Sem o oferecimento de serviços de média a alta complexidade, infernizam a categoria para que reivindique direitos. Infelizmente é a pura verdade…".

É importante começar destacando a análise endógena que é realizada no comentário ao vincular o surgimento, desenvolvimento e atualidade da profissão a figura de uma profissional – Mary Richmond, que apesar da sua influência e contribuição em nível mundial para o Serviço Social, não é a base que legitimou e demandou o seu surgimento. Conforme compreendemos, o Serviço Social como profissão surge a partir de um determinado tempo histórico - do capitalismo monopolista - para responder a demandas específicas na divisão social e técnica do trabalho.

No processo de renovação do Serviço Social brasileiro percebeu-se a necessidade de compreensão da área e da realidade social em que a profissão estava inserida para, então, compreender seu significado social. E, para isso, a teoria social crítica se mostrou apta a compor a dimensão teórico-metodológica ao auxiliar na apreensão da fundamentação da sociedade brasileira e do trabalho profissional ao fornecer ferramentas de análise a partir de uma perspectiva de totalidade. Dessa forma, a tradição marxista foi imprescindível para o entendimento da história da profissão visto que esta é afetada pelas transformações societárias, e continua sendo pela sua capacidade de acompanhar a atualidade das demandas apresentadas pelos usuários nessa etapa do capitalismo.

Boschetti (2020, p. 34) evidencia que a lapidação do PEP nas últimas décadas tem ocorrido no que "ele tem de essencial e determinante: a formação na graduação e pós-graduação pautada na crítica contundente ao capitalismo e à sua incapacidade civilizatória de conviver com a conquista de direitos". O documento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, portanto, é uma frente basilar na luta contínua de reafirmação das conquistas históricas do Serviço Social brasileito, mesmo frente aos limites excruciantes impostos pelas condições objetivas ao avanço das lutas e conquistas sociais no contexto de renovação e fortalecimento do conservadorismo que acompanha o avanço da extrema direita no cenário global.

Para mais, colocamos em evidência nesta frente a Tese 02 da Carta de Toledo que solicita "liberdade de acesso" ao conhecimento concernente ao Serviço Social Clínico para os estudantes para que os mesmos possam escolher suas especializações; e, também, a Tese 04

M. V. **Serviço Social na história:** América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2020. 3) SILVA, J. F. S. **Serviço social, Fundamentos e Tendências Teóricas**: contribuições ao debate latino-americano. São Paulo, Cortez, 2022.

do mesmo documento que reivindica credenciamento de organizações como a SoBSSC para exercer atividades como "auxiliar no processo de formação, supervisão e credenciamento/certificação do exercício da especialização".

Acerca da dimensão da Lei de regulamentação da profissão, ressaltamos a 4ª tese do documento das 23 teses que coloca que "é preciso que a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e as disciplinas nos cursos, sejam revistas e adequadas a essa lógica da profissão e não da militância", debate também feito pela Carta de Toledo

> em face a uma suposta "desatualização do Código de Ética, das diretrizes curriculares, da lei de regulamentação profissional e dos processos de formação" (sic), reivindicando "simetria com o desenvolvimento internacional da profissão" (sic). Diríamos, contrariamente, que o modo como a profissão se legitimou no Brasil tem sido exemplo para muitos países latino-americanos e se constitui referência ética para o trato com a pobreza e desigualdades regionais, inclusive. A construção dessas respostas passa por mediações teórico-políticas e éticas, que fundamentam o projeto profissional e seu ideário (CFESS, 2021).

A respeito da dimensão do Documento Bandeiras de Lutas, destacamos a 3ª tese do documento das 23 teses em que defende-se que não é papel do órgão de representação profissional levantar bandeiras porque "tais questões são de viés político-partidário-ideológico, como o aborto, o feminismo, o movimento LGBT, os Sem-terra, etc". Na mesma direção, a 18ª tese coloca que a categoria profissional deve "ampliar os espaços de atuação profissional e não restringi-los. [...] [e] deve atingir patamares de democracia, civilidade, dignidade e justiça, e isso só pode ser feito quando as organizações de representação da categoria assumirem de fato o seu papel de qualificar, ampliar e dar condições legais e educativas e formação continuada para os seus profissionais e deixar de ficar levantando bandeiras que nada agregam a esse papel real que eles têm que assumir".

O apoio e/ou participação em "movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania" (BRASIL, 2012, p. 34) constitui como um direito de assistente social porque "a militância e a vinculação com movimentos sociais da classe trabalhadora aproximam os/as assistentes sociais das expressões da questão social e das demandas que permeiam a sociedade" (SANTOS *et al.,* 2019, p. 754). Quer dizer, isso se dá não por uma questão político-partidária mas sim pelo reconhecimento da necessidade de estar em contato com a dinâmica societária do espaço-tempo que vivemos para apreender as demandas para além da aparência apresentada no cotidiano, com o reconhecimento dos limites e possibilidades do exercício

profissional – que, diante da condição de assalariamento e dos limites institucionais, pode fortalecer outras frentes. A defesa também escancara a negação da dimensão ética política e a negação dos princípios fundamentais do Código de Ética.

Quanto a ampliação dos espaços de atuação profissional, o CFESS (2021, n. p) reafirma que

> uma profissão responde a necessidades socialmente postas, no nosso caso, o conjunto de mecanismos políticos e profissionais no enfrentamento da questão social. A regulamentação é parte desse processo referenciado socialmente. Portanto, reafirmamos que não está posto qualquer movimento da sociedade que reivindique outro modo de atuação profissional, dado que a sua função social e seu objeto de intervenção não sofreram qualquer alteração que justifique uma "reforma" em seus regulamentos.

Ademais, "a Lei de Regulamentação da Profissão do/a Assistente Social (Lei 8662/1993), em seu artigo 7º estabelece que o CFESS e os CRESS têm o objetivo básico de 'disciplinar e defender o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional'" (CFESS, 2010). E a desestima demonstrada pelas tendências profissionais neoconservadoras no que tange a relação desse papel com a defesa do PEP, bem como o vínculo das bandeiras de luta com a reafirmação de valores como a democracia, justiça e dignidade – citados na 18ª tese, reitera a citada e

> [...] contraditória preferência de parte expressiva dos assistentes sociais por alguns dos princípios fundamentais do CE que, como sinalizado, se tomados de forma fragmentada e isolada, não expressam a substância e a lógica do projeto profissional concebido na sua radicalidade. Isso acontece porque é uma defesa do projeto profissional referenciada, principalmente, naqueles princípios que, considerados isoladamente, se prestam à defesa e colocam como limite a democracia burguesa (VASCONCELOS, 2015, p. 183).

Assim dizendo, valores centrais como

> a liberdade e a igualdade contidas/expressas nos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social não vão ser alcançadas para todos na base de distribuição de bens e recursos - acesso a direitos -, muito menos através de processos de ajuda. Só podem ser alcançadas na capacidade que uma organização social, sem dominação de classe, etnia e gênero, assentada no trabalho livre e associado, tem de disponibilizar a todos participação na produção e apropriação da riqueza, o que só pode resultar da propriedade social de todas as forças da natureza, de todas as forças sociais (os meios essenciais de produção), fruto do trabalho e da inteligência das gerações passadas e da presente, a que têm direito a gerações atuais e futuras (VASCONCELOS, 2015, p 174-175).

Diante do exposto até aqui, podemos concluir que o conservadorismo existente na gênese do Serviço Social brasileiro e presente em seu desenvolvimento encontra-se em um movimento de fortalecimento fomentado pelo avanço da extrema direita na última década. A

renovação dessa vertente ídeo-político-cultural rebate no interior da profissão com o espraiamento de posições que sustentam a inviabilidade do PEP sob uma unidade ideopolítica liberal, indo além da questão do ecletismo e seu possível efeito de "degeneração teórico-política" (SILVA, 2019, p. 583).

Essa oposição ao PEP feita no contexto de avanços neoconservadores que assolam tanto a esfera do exercício profissional quanto a da produção acadêmica influi diretamente na compreensão da imagem social do Serviço Social e da autoimagem de assistentes sociais. Em outras palavras, a objeção ao projeto profissional ancorado em projetos anticapitalistas que tem como horizonte a emancipação humana é fundamentada na percepção da imagem social da profissão atrelada à *ideologia do favor*, e corrobora com a tonificação de uma autoimagem de caráter missionário e altruísta.

Dessa forma, o neoconservadorismo confronta a autoimagem construída pela categoria profissional no processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Isso ocorre porque a consolidação de tal autoimagem, em consonância com a defesa dos direitos e com a luta política da classe trabalhadora, está diretamente ligada ao enrobustecimento das conquistas democráticas e dos avanços das lutas sociais. Então, as tendências teórico-políticas de cariz conservador legitimam o Serviço Social tradicional e a manutenção da ordem social vigente ao se contrapor a manutenção das atuais "bases teóricas, organizativas e ético-político do projeto coletivo da profissão (MORSCH; LEWGOY, 2021, p. 183).

Como forma de enfrentamento dessas tendências na formação e no trabalho profissional, sugerimos as seguintes medidas em tal processo: 1) Incorporar nos PPCs dos cursos de Serviço Social a discussão sobre o conservadorismo e neoconservadorismo com vistas possibilitar o conhecimento e estudo das tendências presentes na realidade na profissão no tempo presente; 2) Realizar uma pesquisa através de uma parceria entre os órgãos de fiscalização do exercício profissional e as UF's que tenha como objetivo mapear os desafios e as necessidades de assistentes sociais formados pelo EaD, e, a partir disso, construir um programa de formação continuada fundamentado nas colocações dos próprios sujeitos profissionais; 3) Articular com a ENESSO a discussão dos impactos da contrarreforma universitária e do neoconservadorismo na apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social abrangendo as diretrizes curriculares da ABEPSS como *expressão de um acúmulo cultural crítico* para

fortalecer a participação do corpo discente na construção do movimento de enfrentamento do neoconservadorismo no âmbito da formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discorreu sobre a origem do pensamento conservador visto que é irrealizável a análise dos desafios contemporâneos do Serviço Social sem compreender as características desse pensamento e sua relação com a profissão. Para isso, também buscamos analisar o cenário político para apreender sua influência nos debates e movimentos no interior do Serviço Social uma vez que entendemos sua relação com os projetos societários.

O conservadorismo, fundamentado na obra *Reflexões sobre a Revolução na França* de Edmund Burke, surge como uma ideologia antirrevolucionária que naturaliza as relações sociais próprias da sociedade burguesa – e, consequentemente, as desigualdades sociais – ao se contrapor aos movimentos que contestam a ordem e são protagonizados pelas classes subalternas. Além disso, essa ideologia pauta a liberdade e a autoridade na tradição, concebendo esta última como algo restrito. E, por recusar enfaticamente a cultura da Modernidade, ela também possui caráter antidemocrático e antirracionalista.

Na sua reatualização na segunda metade do século XX, o pensamento conservador incorpora os princípios neoliberais à sua compreensão de mundo no contexto de *crise do capital* para enfrentar os movimentos progressistas que compunham as tensões sociais que despontaram na década de 1960. O neoconservadorismo, então, se apresenta nesse contexto defendendo valores tradicionais e moralizando as expressões da "questão social" de forma irracionalista buscando garantir a reprodução da ordem através da defesa da liberdade de mercado.

O aprofundamento do neoliberalismo nas décadas seguintes construiu um cenário com solo fértil para a escalada da "nova direita" no século XXI, de forma mais acentuada a partir dos efeitos da crise de 2008, que é acompanhada da ascensão do neoconservadorismo e seu fortalecimento no tecido social. No Brasil, podemos acompanhar esse movimento se fortificar em momentos de crise social como nas jornadas de junho de 2013 em que as tensões da luta de classes se acentuaram e a classe dominante se organizou para responder de acordo com seus interesses.

Com a resposta à direita, construida a partir do neoconservadorismo e seu discurso anticomunista direcionado ao PT, a extrema-direita avança e promove o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro como seu representante. O caldo cultural calcado no ataque à justiça social e na defesa da ordem e do preconceito propiciou a vitória deste na eleição de 2018, levando ao poder uma figura com discurso autoritário que

conduziu seu governo destruindo as conquistas progressistas das últimas décadas e atacando inclusive a democracia liberal.

Tal conjuntura afetou o Serviço Social não somente pelas alterações nas condições de trabalho de assistentes sociais, que também são parte constituinte da classe trabalhadora, e vem passando por uma profunda precarização. Destaca-se a ampliação desmedida do ensino a distância e o aprofundamento da precarização da formação profissional. Dinâmicas que vem possibilitando o fortalecimento da vertente neoconservadora no interior da profissão.

O Serviço Social brasileiro é marcado desde sua origem, na década de 1930, pelo pensamento conservador por ser introduzido neste território pela aliança formada entre o Estado, a burguesia e a Igreja Católica. A atuação profissional no início da trajetória da profissão no Brasil, assentada no doutrinarismo e no paternalismo, marcou a imagem socialmente construída do Serviço Social, sendo este associado à *ideologia do favor* – o que liga o perfil profissional a uma imagem *voluntarista*. Enquanto isso, as profissionais ligadas ao Serviço Social tradicional também tendiam a compreender seu exercício profissional a partir de uma autoimagem *altruísta e messiânica*.

Sob a influência do Movimento de Reconceituação latino-americano da década de 1960, ocorreu o processo de renovação do Serviço Social Brasileiro no qual questionou-se o Serviço Social tradicional a partir da crítica embasada na teoria marxista. Tal crítica objetivava romper com a sua base, negando, assim, as "marcas de origem" que constituem os fundamentos da imagem social da profissão vigente até então, mesmo que de forma limitada. Assim sendo, esse processo – que possibilitou o acúmulo teórico e político do Serviço Social – viabilizou a reconstrução da autoimagem do Serviço Social na conjuntura de transição democrática dos anos 1980.

É a partir da possibilidade de gestação de uma nova concepção da profissão, em que a prática profissional de assistentes sociais é direcionada pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, que as alterações acarretadas pelo processo de renovação resultam em mudanças também na dimensão da autoimagem do profissional de Serviço Social. Essa nova autoimagem é construída a partir da luta por direitos sociais e defesa intransigente dos mesmos, ou seja, a partir do projeto profissional que se contrapõe ao conservadorismo e a imagem socialmente construída do profissional.

A tendência teórico-política, identificada como marxista, passa a ter hegemonia no campo do Serviço Social ao ter seu projeto profissional respaldado pelo conjunto

CFESS/CRESS e pelos documentos norteadores da área (Código de Ética, diretrizes curriculares da ABEPSS e pela Lei de Regulamentação do Exercício Profissional - 8.662/93), que exemplificam a alteração na autorrepresentação da profissão. No entanto, há de se ressaltar a existência da heterogeneidade de tendências profissionais no interior do Serviço Social mesmo com esse norteamento.

O conservadorismo nunca deixou de existir no meio profissional, podendo se apresentar de várias formas. Além do projeto com influência da tradição marxista, podemos encontrar o de cariz tecnocrático, o assentado na vertente neoconservadora e o que constitui uma vertente aparentemente radical. Ainda assim, é com o quadro político neoconservador que se forma à medida que transcorre a ascensão da "nova direita" que tendências teórico-políticas contrárias ao PEP e sua direção social adquirem mais consistência.

Dessa forma, é perceptível uma maior organização de assistentes sociais que se identificam com essas tendências teórico-políticas, sendo elas: a neoconservadora; a funcionalista-sistêmica; e a pragmática. Seus posicionamentos antagônicos aos valores emancipatórios e as entidades que representam a defesa destes no âmbito do Serviço Social simboliza uma maior adesão a projetos societários capitalistas e ultraliberais. E, tal relação, exprime notoriamente a dimensão política da profissão na sociedade burguesa e como o entendimento do significado social da profissão alinhado à imagem social construída altera a compreensão de assistentes sociais sobre suas atribuições e competências.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, S. L. de A. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.

ATAIDES, A. C. de. **Interlocuções entre a imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político na região dos Inconfidentes**. 2019. Monografia (Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2356/3/MONOGRAFIA_Interlocu%c3%a7%c3%b5esImagemServi%c3%a7o.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BARROCO, M. L. S. Direitos humanos e neoconservadorismo no Brasil contemporâneo. In: **Serviço Social e Sociedade**, v. 143, p. 10-16, 2022.

_____. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 124, p. 623-636, 2015.

BARROCO, M. L. S. **Ética:** Fundamentos Sócio-Históricos. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Serviço Social na história**: 40 anos de lutas e desafios. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 21-37, jan. / jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30270/20617>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais, **Interinst. Psicol.,** Belo Horizonte , v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-39.

CARDOSO, F. G. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93. 10ª.** ed. Rev. e Atual.: Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

_____. **Ofício CFESS n° 307/2021.**

DA SILVA, A. I. C. **O ensino a distância e as tendências da apropriação dos fundamentos do Serviço Social**. REVISTA EM PAUTA , v. 17, p. 134-148, 2019.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, I. (Org.); PRATES, J. C. (Org.). **Diversidade e Estética em Marx e Engels**. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2016. v. 1. 242p .

FERDNANDO INOCÊNCIO, A. ; GALETTI, C. C. H. . **Neoconservadorismo moral na agenda política das novas direitas**. DESIGUALDADE & DIVERSIDADE (PUCRJ), v. 2, p. 118-135, 2021.

FREIXO, A. de; PINHEIRO-MACHADO, R. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, A. de.; PINHEIRO-MACHADO, R. (Orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-24.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro**: Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MIGUEL, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORSCH, C.; LEWGOY, A. M. B. **Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook**. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 13, p. 167-186, 2021.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**, Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 199-212, Aug. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000200199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 maio 2022.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Para uma história nova do serviço social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, E. M. **23 Teses pela reforma do serviço social brasileiro**: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ORTIZ, F.G. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAIVA, B. A. de; TAVARES, E. J. O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?. **Revista Katálysis,** v. 23, p. 601-614, 2020.

RAMOS, S. R; SANTOS, S. M de M dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 209-233.

SANTOS (a), A. J. ; ALBUQUERQUE, D. O. ; BARACHO, G. A. L. ; PINHO, J. S. B. S. ; OLIVEIRA, T. C. P. **Apontamentos críticos sobre 'As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro'**. PRAIA VERMELHA (UFRJ) , v. v.29, p. 739-762, 2019.

SANTOS (b), J. V. A extrema-direita quer a destruição do consenso liberal-democrático do pós-guerra. Entrevista especial com Michele Prado. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/625674-a-extrema-direita-quer-a-destruicao-do-consenso-liberal-democratico-do-pos-guerra-entrevista-especial-com-michele-prado>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SILVA, M. M. . **O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita**. Revista Praia Vermelha , v. 29, p. 473-808, 2019.

SILVEIRA, J. R. S. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a nova direita vai ao Serviço Social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, Niterói, 2019, p.1-28. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC47/MC472.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [recurso eletrônico] / Jamerson Murillo Anunciação de Souza. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

TEIXEIRA (a), J. B.; BRAZ, M. **O projeto ético-político do serviço social**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-20160806 0407431902860.pdf >. Acesso em: 17 fev. 2023.

TEIXEIRA (b), R. J. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Tese de Doutorado em Serviço Social/PPGSS-UFRJ. 2019.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VASCONCELOS, A. **A/O Assistente Social na luta de Classes**: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Prints das publicações consultadas para coleta de dados

Serviço Social Libertário
14 de junho de 2019

Dia 14 de junho, o conjunto CFESS - CRESS se ocupa mais uma vez em promover ações que confundem a identidade, o objetivo e o sentido da profissão com militância política-partidária-ideológica.

É atribuição dessa autarquia pública federal "orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil". Cabe a essa entidade representar o interesse dos profissionais Assistentes Sociais. Não lhe cabe, não é sua atribuição e nem é o objetivo de uma profissão ações para a construção de nova ordem societária e defesa de interesses de classe trabalhadora, isso pode ser ação de organizações ativistas, movimentos sociais, sindicatos, partidos e qualquer outra coisa, mas jamais de uma profissão.

Essa postura atual é tão grave que tem gerado crise na identidade da profissão, na materialidade das ações profissionais, falta de objetividade e clareza sobre o exercício profissional, com isso certa dificuldades de se definir junto aos demais profissionais no trabalho interdisciplinar e com empregadores e clientes/usuários dos serviços, perda do sentido e do significado da profissão, perda de espaços de trabalho, desvalorização profissional, entre outros prejuízos.

A profissão possui uma natureza técnica, interventiva e propositiva tendo como centralidade o ser humano e seu contexto. Ao Assistente Social cabe atuar como profissional, saber investigar, planejar e propor ações interventivas efetivas com competência, ética e humanidade, para saber lidar com as demandas cotidiana cada vez mais complexas. Ao conselho federal cabe basicamente o papel de disciplinar e defender esse exercício profissional e não viver de militância, não fazendo protestos e levantando bandeiras de lutas classistas e seletivas, comumente carregada de partidarismo, não apostando em projeto socialistas, não apresentando a teoria crítica revolucionária de Marx como única corrente teórica!

Esperamos compromisso com a CATEGORIA PROFISSIONAL e não com "posicionamento crítico" que nada mais é que militância, enquanto deixa a desejar no que lhe compete.

Pelo Resgate Da Profissionalização Do Serviço Social No Brasil

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
27 de outubro de 2022 ·

Assistente social vota com ética, em defesa da democracia e das políticas públicas!

Domingo é dia de eleições. Nossa frágil democracia vem sendo ameaçada diariamente, por ações e reações de grupos ou pessoas que praticam violências contra nossos corpos, alvos de discriminações, preconceitos, violações diversas, sendo eliminados e atacados.

Em que pesem as diferenças no interior da categoria profissional, nos une o compromisso de garantir um atendimento de qualidade aos indivíduos, às famílias e à sociedade em geral, contribuindo para o ideário de um mundo mais fraterno, justo e inclusivo, por ser este o cerne do nosso Código de Ética.

Leia a nota do CFESS completa pelo link: https://bit.ly/Cfess2turno

#descriçãodaimagem Carrossel de 8 cards com fundo branco e ilustrações traz mensagens à categoria, com trechos da nota do CFESS que reafirma o compromisso do Serviço Social com a ética, em defesa da democracia e das políticas públicas.

245 44 comentários 265 compartilhamentos

Serviço Social Libertário
4 de novembro de 2019 ·

Curta Serviço Social Libertário

Nós, do Serviço Social Libertário, acompanhamos as mesas transmitidas pela 16° edição do CBAS (2019) e, concluímos que foi um espaço voltado à uma tentativa (desesperada) de reforço da narrativa política, ideológica e partidária no interior da profissão!

Os gritos de "guerra" " Fora Bolsonaro" , beiravam a infantilidade de um jardim da infância, jardim este, em processo de desvinculação materna, expressando o desespero em ter que aprender a caminhar no mundo concreto, e não naquele idealizado distante da realidade vivida!

Assim é o Conjunto Cfess-Cress e toda a elite intelectual do Serviço Social: vivem um processo de eterno luto e em torno do desespero de manter o LuloPetismo em seu "modus operandi". Esta elite intelectual e partidária, que tomou o Serviço Social em 1979, transformou a profissão em movimento político, descaracterizando-a de ciência, vivem uma realidade paralela às demandas profissionais reais, era nítido ver, palestrantes perdidos diante das indagações do teor técnico trazidas por aqueles profissionais que estão na base, profissionais que queriam respostas para suas demandas institucionais.

A saída sempre posta pela elite intelectual, é como um disco vinil arranhado dos anos 80, com palavras repetidas várias vezes, pleonasmos e retóricas, para dar um "ar científico" ao que eles não conseguiam materializar em respostas concretas.

"É preciso organização política" "É preciso ser classe trabalhadora " "É preciso gritar Lula Livre". Como se estes jargões ultrapassados, retóricos e partidários, conseguissem responder às dificuldades personificadas pelos profissionais em suas inquietantes colocações.

Todos os elementos reais da prática profissional, colocadas pelos profissionais de base, ficaram de fora das principais mesas, mesas que se dedicaram em "análises conjunturais" bastantes repetitivas, afirmando que a "brilhante" ideia para solucionar os problemas dos profissionais da base, seria uma revolução socialista.

Como conseguirão , os profissionais que ganham um salário mínimo, que atuam sem recursos materiais e humanos, fazer essa revolução socialista em seus CRAS e CREAS?

A "elite intelectual" do Serviço Social, diz que é preciso os profissionais fazerem isto, uma "prática revolucionária", e que esta é a resposta para as inquietudes de quem trabalha nas mais adversas condições, porém, dizem isto sentados em uma confortável mesa, com seus gordos salários, com sua realidade paralela, de um Serviço Social que não conhecem na prática, conhecem apenas, o Serviço Social que criaram em suas fábulas!

O CBAS, não nos representa!